

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
Núcleo de Ciência e Tecnologia

**VIOLÊNCIA HOMICIDA ENTRE CASAIS EM PORTO VELHO- RO:
QUESTÕES DE GÊNERO E DESENVOLVIMENTO**

Clícia Henriques de Souza

Porto Velho – RO
2009

FICHA CATALOGRÁFICA

S7293v

Souza, Clícia Henriques de

Violência homicida entre casais em Porto Velho questões de gênero e desenvolvimento. / Clícia Henriques de Souza. Porto Velho, Rondônia, 2009.

92f.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) Universidade Federal de Rondônia / UNIR, Porto Velho, Rondônia, 2009.

Orientador: Dr^a. Arneide Bandeira Cemin

1. Violência - Rondônia. 2. Homicídio conjugal. 3. Gênero. 4. Desenvolvimento. I. Cemin, Arneide Bandeira. Título.

CDU: 343.61

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
Núcleo de Ciência e Tecnologia

**VIOLÊNCIA HOMICIDA ENTRE CASAIS EM PORTO VELHO- RO:
QUESTÕES DE GÊNERO E DESENVOLVIMENTO**

Clícia Henriques de Souza

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, área de concentração em Políticas Públicas, para obtenção do Título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Orientadora: Dr^a. Arneide Bandeira Cemin

Porto Velho – RO
2009

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
FEDERAL DE RONDÔNIA



NÚCLEO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO REGIONAL E MEIO AMBIENTE

ATA DE DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

CLÍCIA HENRIQUES DE SOUZA

A Banca de defesa de Mestrado, presidida pela orientadora Prof^ª. Dr^ª. Arneide Bandeira Cemin e constituída pelos examinadores Prof. Dr. Ari Miguel Teixeira Ott e Prof. Dr. José Juliano Cedaro, reuni-se no dia 28 de agosto de 2009, às 14h30min horas, no Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – PGDRA, para avaliar a Dissertação de Mestrado intitulada “**Violência homicida entre casais em Porto Velho-Ro: questões de gênero e desenvolvimento**”, de Clícia Henriques de Souza. Após a explanação da candidata e arguição pela Banca Examinadora, a referida dissertação foi avaliada e de acordo com as normas estabelecidas pelo Regimento do Curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – PGDRA foi

Porto Velho, 28 de agosto de 2009.

Prof^ª. Dr^ª. Arneide Bandeira Cemin
Orientadora

Prof. Dr. Ari Miguel Teixeira Ott
Examinador

Prof. Dr. José Juliano Cedaro
Examinador

Prof^ª. Dr^ª. Vanessa Aparecida Alves de Lima
Suplente

*Às pessoas tão especiais em minha vida, minha família.
Aos meus pais, Carmen e Edezildo que sempre me incentivaram.
Ao meu marido, Osmar, que acredita muito em mim.
Ao meu filho Mateus, minha preciosidade.
Dedico-lhes esta conquista com gratidão.*

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal de Rondônia.

Ao Programa pós-graduação de
Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente.

Ao Centro de Estudo do Imaginário –
CEI/UNIR.

Ao Programa Institucional de Bolsas de
Iniciação Científica (PIBIC).

À Comissão de Justiça e Paz de Porto Velho e
ao Movimento de Direitos Humanos.

A Delegacia de Defesa de Mulher de Porto
Velho-Ro.

À minha orientadora Dr^a. Arneide Bandeira
Cemin, pela paciência e compromisso.

Ao Dr. Ari Ott, pela avaliação do trabalho
durante o PIBIC e o mestrado.

Ao Dr. Juliano Cedaro, pela contribuição no
exame de qualificação.

À Dr^a. Melissa Andréa Vieira de Medeiros,
por acreditar em mim e me estimular.

Às Dr^{as}. Iracema Tada e Vanessa Lima por
terem me apoiado.

Aos (as) amigos (as) e irmãos (ãs)
Simône e Delbiano, pela força e incentivo,
Débora e Adriél, pelo apoio e torcida,
Patrícia, Osmário, Ticiane, Saulo e Caroline.

Aos entrevistados que colaboraram com esta
pesquisa.

Os Três Mal-Amados

O amor comeu meu nome, minha identidade, meu retrato. O amor comeu minha certidão de idade, minha genealogia, meu endereço. O amor comeu meus cartões de visita. O amor veio e comeu todos os papéis onde eu escrevera meu nome.

O amor comeu minhas roupas, meus lenços, minhas camisas. O amor comeu metros e metros de gravatas. O amor comeu a medida de meus ternos, o número de meus sapatos, o tamanho de meus chapéus. O amor comeu minha altura, meu peso, a cor de meus olhos e de meus cabelos.

O amor comeu meus remédios, minhas receitas médicas, minhas dietas. Comeu minhas aspirinas, minhas ondas-curtas, meus raios-X. Comeu meus testes mentais, meus exames de urina.

O amor comeu na estante todos os meus livros de poesia. Comeu em meus livros de prosa as citações em verso. Comeu no dicionário as palavras que poderiam se juntar em versos.

Faminto, o amor devorou os utensílios de meu uso: pente, navalha, escovas, tesouras de unhas, canivete. Faminto ainda, o amor devorou o uso de meus utensílios: meus banhos frios, a ópera cantada no banheiro, o aquecedor de água de fogo morto, mas que parecia uma usina.

O amor comeu as frutas postas sobre a mesa. Bebeu a água dos copos e das quartinhas. Comeu o pão de propósito escondido. Bebeu as lágrimas dos olhos que, ninguém o sabia, estavam cheios de água. O amor voltou para comer os papéis onde irrefletidamente eu tornara a escrever meu nome.

O amor roeu minha infância, de dedos sujos de tinta, cabelo caindo nos olhos, botinas nunca engraxadas. O amor roeu o menino esquivo, sempre nos cantos, e que riscava os livros, mordida o lápis, andava na rua chutando pedras. Roeu as conversas, junto à bomba de gasolina do largo, com os primos que tudo sabiam sobre passarinhos, sobre uma mulher, sobre marcas de automóvel.

O amor comeu meu Estado e minha cidade. Drenou a água morta dos mangues, aboliu a maré. Comeu os mangues crespos e de folhas duras, comeu o verde ácido das plantas de cana cobrindo os morros regulares, cortados pelas barreiras vermelhas, pelo trenzinho preto, pelas chaminés. Comeu o cheiro de cana cortada e o cheiro de maresia. Comeu até essas coisas de que eu desesperava por não saber falar delas em verso.

O amor comeu até os dias ainda não anunciados nas folhinhas. Comeu os minutos de adiantamento de meu relógio, os anos que as linhas de minha mão asseguravam. Comeu o futuro grande atleta, o futuro grande poeta. Comeu as futuras viagens em volta da terra, as futuras estantes em volta da sala. O amor comeu minha paz e minha guerra. Meu dia e minha noite. Meu inverno e meu verão. Comeu meu silêncio, minha dor de cabeça, meu medo da morte.

João Cabral de Melo Neto

RESUMO

O trabalho teve por objetivo analisar notícias sobre homicídio conjugal na imprensa escrita e realizar entrevistas e anotações de campo com familiares da vítima e do agressor, sobre os casos noticiados, a fim de responder se o homicídio conjugal é um fenômeno que inter-relaciona desigualdades sociais e de gênero a partir de uma compreensão das situações concretas de vida dos sujeitos, sob um detalhamento de como a violência faz parte do cotidiano e de questões referentes à constituição cultural do masculino e do feminino, bem como o exame do modo como as relações de gênero e de poder são instituídas na sociedade; exige um estudo do ambiente socialmente construído e da problemática do desenvolvimento humano, particularmente de desenvolvimento sustentável. Foram pesquisados sete casos de homicídios conjugais no município de Porto Velho, os quais ocorreram nos anos de 2000 a 2002. Utilizamos a perspectiva teórica da Escola Sociológica Francesa, entendendo que as práticas e as representações sociais se inscrevem nos discursos e nas instituições, constituindo fonte privilegiada de pesquisa no estudo da formação discursiva e da formação ideológica. O contexto da violência homicida revelou a dinâmica psicossocial tanto na produção do homicídio quanto nas consequências da vida dos familiares das vítimas e do agressor e dos parceiros sobreviventes, além disso, a complexidade das relações entre homens e mulheres, que culmina na morte de um dos parceiros, deve ser considerada violenta sob a perspectiva da interação de uma diversidade de fatores: pessoais (características do agressor e da vítima); situacionais (aspectos do cotidiano e relação conjugal, padrões de gênero;) e sócio-político-econômico (contexto em que se insere o crime de gênero, levando em conta variáveis de renda, escolaridade, saúde, habitação, acesso às instituições e direitos sociais e civis). Portanto, o Estado, a sociedade civil organizada e entidades não governamentais deverão incorporar nas políticas públicas de enfrentamento a violência de gênero aspectos de desenvolvimento social e uma inter-relação de gênero que priorize uma equidade de direitos; comportarem um pleno exercício da cidadania, propondo uma melhoria nos serviços públicos (facilitando a comunicação entre as instituições), afim de que passe a existir uma melhor rede apoio, tanto no reconhecimento de situações de perpetuação de violência doméstica quanto de investigação dos crimes e monitoramento de famílias.

Palavras-chave: Violência homicida, Rondônia, gênero, desenvolvimento.

ABSTRACT

The work had for objective to analyze new on conjugal homicide in the written press and to carry through interviews and notations of field with familiar of the victim and the aggressor, on the notified cases, in order to answer if the conjugal homicide is a phenomenon that interrelates social inequalities and of sort from an understanding of the concrete situations of life of the citizens, under a detailing of as the violence is part of the daily one and referring questions to the cultural constitution of the masculine and the feminine one, as well as the examination in the way as the genere relations and of power they are instituted in the society; it demands a study of the environment socially constructed and the problematic one of the human development, particularly of sustainable development. Seven cases of conjugal homicides in the city of Porto Velho had been searched, which had occurred in the years of 2000 the 2002. We use the theoretical perspective of the French Sociological School, understanding that practical and the social representations if they inscribe in the speeches and the institutions, constituting privileged source of research in the study of the discursiva formation and the ideological formation. The context of the violence homicide in such a way disclosed the psicossocial dynamics in the production of the homicide how much in the consequences of the life of the familiar ones of the victims and the aggressor and the surviving partners moreover, the complexity of the relations between men and women, who culminate in the death of one of the partners, must be considered violent under the perspective of the interaction of a diversity of factors: staffs (characteristic of the aggressor and the victim); situacionais (conjugal relation and aspects daily, standards of genere;) partner-politician-economic e (context where if it inserts the sort crime, leading in account changeable of income, social and civil escolaridade, health, habitation, access to the institutions and rights). Therefore, the State, the civil society organized and not governmental entities will have to incorporate in the public politics of confrontation the genere violence aspects of social development and a sort interrelation that prioritizes an equity of rights; to hold a full exercise of the citizenship, considering an improvement in the public services (facilitating the communication between the institutions), similar of that pass to exist one better net support, as much in the recognition of situations of perpetuation of domestic violence how much of inquiry of the crimes and monitoramento of families.

Key-word: Violencein - Rondonia – Genere - Development

SUMÁRIO

RESUMO	viii
ABSTRACT	ix
INTRODUÇÃO.....	1
1 MATERIAIS E MÉTODO.....	3
1.1 Procedimentos	3
1.2 Método.....	4
2 REVISÃO DE LITERATURA	7
2.1 Mulher, Família e Conjugalidade	7
2.2 O Conceito de Gênero	12
2.3 Gênero: Luta de Direitos e Violência.....	14
2.4 Desenvolvimento Humano Sustentável.....	22
3 RESULTADOS	30
3.1 Os Discursos Sobre Homicídio Conjugal.....	30
Caso I - Aparecida, 54 anos, vitimada pelo marido Mauro em 2000.....	30
Caso II - Pedro, 33 anos, vitimado por Rosalvo, “amante” de Fátima, em 2001..	35
Caso III - Tânia, 30 anos, vitimada pelo marido Reinaldo em 2000	44
Caso IV - Mário, 37 anos, vitimado na casa da “amante” em 2001	49
Caso V - Paulo, 33 anos, parceiro de Ivete vitimado por Marcos 2001.....	55
Caso VI - Rafaela, 13 anos, vitimada por seu “namorado” Marcelo em 2001	58
Caso VII - Maria, 30 anos, vitimado pelo marido Carlos em 2000	61
4 DISCUSSÃO.....	66
4.1 As Notícias	66
4.2 As Entrevistas	68
4.2.1 Crime de gênero	68
4.2.2 Idade e iniciação sexual	71
4.2.3 Fatores psicológicos e abuso drogas	72
4.2.4 Religião e (re)estruturação da pessoa.....	73
4.2.5 Dominação e dependência.....	74
4.2.6 Instrumentos e sazonalidade da violência.....	77

4.2.7 Apoio de familiares	77
4.3 Aspectos Humanos, Sociais e Cíveis do Desenvolvimento	79
CONCLUSÃO.....	82
REFERÊNCIAS	84
APÊNDICE	1

INTRODUÇÃO

A violência humana é conceito amplo, complexo, polissêmico e controverso, porque exige análises sob o ponto de vista cultural, político e social. No entanto, as teorias existentes, a exemplo de Bourdieu (1999), Foucault (1996) e Santos (2002), refutam a ideia de uma característica somente instintiva, mas principalmente seria um fenômeno universal da relação interpessoal, por isso, presente em diversas sociedades de acordo com o condicionante sócio-histórico.

O estudo da violência deve ser compreendido sob vários campos disciplinares (antropologia, sociologia, ciências sociais e psicologia) e em suas características formadoras e básicas – condições sociais, políticas e econômicas – e não de forma atomizada e/ou estigmatizante, devendo, portanto, ser visualizada como um fenômeno de múltiplas facetas.

Os números crescentes relativos à violência de gênero levaram a Organização Mundial de Saúde (OMS) a reconhecer que a incidência do fenômeno indica sério problema de saúde pública, por isso, diversas políticas de atenção têm sido desenvolvidas para alertar, prevenir e enfrentar a violência contra as mulheres. Dalhberg e Krug (2007) anunciaram que a OMS no ano de 2000 divulgou um informe sobre violência e saúde pública apontando que, por ano, mais de 1,6 milhões de pessoas no mundo perdem a vida violentamente. E a violência ainda é uma das principais causas de morte na população entre 15 e 44 anos, responsável por 14% dos óbitos na população masculina e por 7% na feminina.

Segundo pesquisa da Fundação Perseu Abramo, realizada em 2001, cerca de uma em cada cinco brasileiras declarou espontaneamente ter sofrido certo tipo de violência por parte de algum homem. O relatório sobre o perfil das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher no Brasil (2003 a 2006) mostrou uma tendência de crescimento no volume de atividades executadas, como: atendimentos, inquéritos abertos e inquéritos encaminhados à justiça com autoria determinada. Entre 2003 e 2006, as ocorrências de violência doméstica aumentaram significativamente. Ainda segundo o relatório, como os índices da violência doméstica eram baixos as incidências eram incluídas na categoria outros. Foi somente no ano de 2006, tendo registrado 9,4% das ocorrências, que pela primeira vez essa categoria apareceu.

O estado de Rondônia especificamente vem mostrando índices crescentes de violência contra a mulher, que não se diferenciam muito do contexto nacional e mundial, ressaltando que a crescente onda de violência atinge não só a população da capital, mas principalmente das cidades interioranas. Conforme o anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, entidade que coleta dados das Secretarias de Segurança dos estados, na estatística de 2007, Rondônia ocupava o 6º lugar de criminalidade no país. A Delegacia Especializada em Defesa da Mulher e Família de Porto Velho apontou que em 2008 houve um aumento de 30% nas ocorrências em relação a 2007.

Considerando que a população portovelhense vive processo distinto (crescimento econômico e demográfico, bem como aumento das desigualdades sociais e dos índices de violência) esta pesquisa teve por objetivo conhecer os contextos de homicídios conjugais ocorridos na cidade de Porto Velho; e analisar a manifestação da violência de gênero embasada na compreensão da dinâmica psicossocial, pois, segundo Mucchielli (1978), a vivência humana está ancorada na interação entre espaços intra e interpessoais e micro e macro processos sociais. Estudamos 07 casos selecionados a partir das reportagens sobre violência homicida de gênero em Porto Velho dos jornais Alto do Madeira, Diário da Amazônia e Estadão do Norte.

Esta pesquisa indaga se o homicídio conjugal é um fenômeno que inter-relaciona desigualdades sociais e de gênero a partir de uma compreensão das situações concretas de vida dos sujeitos, sob um detalhamento de como a violência faz parte do cotidiano e de questões referentes à constituição cultural do masculino e do feminino, bem como o exame do modo como as relações de gênero e de poder são instituídas na sociedade; exige um estudo do ambiente socialmente construído e da problemática do desenvolvimento humano, particularmente de desenvolvimento sustentável.

O estudo está organizado em quatro agrupamentos. No primeiro apresentamos o “material e o método”; no segundo a revisão de literatura considerando os seguintes tópicos: “mulher, família e conjugalidade”, “o conceito de gênero”, “gênero: luta de direitos e violência” e “desenvolvimento humano sustentável”; no terceiro expomos os resultados da pesquisa relatando os discursos sobre os sete casos de homicídio conjugal e, no quarto, a discussão dos dados.

1 MATERIAIS E MÉTODO

1.1 Procedimentos

Os dados para essa pesquisa foram provenientes de entrevistas realizadas no domicílio dos entrevistados durante um trabalho em equipe, na linha de pesquisa “Gênero, família e violência em contexto urbano”¹ desenvolvido no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), no período de 2005 a 2007 e sob a orientação da prof^a. Dr^a. Arneide Bandeira Cemin.

Os sujeitos das entrevistas foram localizados a partir dos arquivos sobre matérias de jornais do banco de dados sobre homicídios, da Comissão de Justiça Paz (CJP), da Arquidiocese de Porto Velho. Este banco é organizado a partir dos homicídios noticiados em jornais da cidade de Porto Velho, no caso, o Diário da Amazônia, O Estadão do Norte e O Alto do Madeira, relativos aos anos 2000, 2001 e 2002.² Encontramos 35 notícias sobre homicídios no contexto da violência doméstica, assim distribuídos: 23 casos de homicídio conjugais e 12 casos de homicídio intrafamiliar.

O primeiro critério de seleção foram as reportagens que constavam endereço da vítima ou do agressor, nos casos de homicídio entre casais. Outro critério de seleção foi a diversidade quanto ao gênero, a idade e a situação sócio-econômica. Foram analisados sete casos e realizadas dezesseis entrevistas, sendo dez gravadas (dois homens e oito mulheres) e seis não gravadas (estas últimas tomadas como nota de campo). Com todos os entrevistados conversamos mais de uma vez.

A partir dos endereços nos jornais fomos à procura da residência dos envolvidos. Tivemos dificuldades para localizar os endereços, e quando encontramos nos deparamos com outras situações, entre as quais, a mudança de endereços dos envolvidos, alugando outra casa, ou indo morar com parentes e amigos, mudança de cidade, ou aprisionado, ou “foragido”. Houve ainda interferências de familiares ou conhecidos presentes no momento da pesquisa, às vezes interrompendo-a, e também dificuldades em decorrência da falta de condições físicas nos ambientes domésticos, visto que a maior parte dos

¹ O projeto foi submetido à Comissão de Ética em Pesquisa (CEP) do Núcleo de Saúde (NUSAU) da UNIR e aprovado sob o parecer nº FR 245386.

² Durante a pesquisa decidimos estudar este recorte temporal em função de que era o material mais completo da hemeroteca do CJP.

entrevistados encontrava-se em situações precárias. Em grande parte das entrevistas a conversa inicial era com vizinhos, familiares e testemunhas, o que nos permitiu descobrir a localização das pessoas e alguns eventos do homicídio. Desde o primeiro contato apresentamos a pesquisa, os objetivos e investigamos sobre a possibilidade de colaborarem com o estudo.

Este foi o momento mais delicado da pesquisa, uma vez que foi preciso estabelecer uma relação de confiança com as pessoas, geralmente temerosas que fôssemos da Polícia, da Justiça ou de algum Programa Investigativo dos meios de comunicação, particularmente do “Linha Direta”. Para vencer essas barreiras adotamos alguns procedimentos: explicamos com segurança e clareza nosso objetivo de pesquisa, garantindo-lhes o tratamento estabelecido pelo Código de Ética em Pesquisa; explicamos que soubemos do assassinato através da notícia de jornal e iniciamos a entrevista semi-estruturada pedindo que o familiar da vítima ou do agressor ou um dos parceiros sobreviventes nos contasse sua história de vida (origens, fatos marcantes, como sobreviveu à tragédia), além da sua versão do assassinato.

Foram entrevistadas as seguintes pessoas: Clarice, Fátima, Filha de Fátima, Tereza, Claudia, Ana, Ivete, Eliana, André, Cristina, Joana, Manoel, Isaura, Isabela, Patrícia e mãe de Maria. Dos sete casos analisados, os quatro primeiros foram realizadas seis entrevistas por Cemin e Souza (2006) e do quinto ao sétimo foram feitas dez entrevistas por Cemin e Honorato (2007).³

1.2 Método

Os autores que tomamos como base para a reflexão sobre gênero e violência homicida entre casais foram Day *et al* (2003), Heilborn (1992), Machado (1998) e Soares (2002). Grande parte dos autores explicou que o funcionamento da organização social é engendrado pelas estruturas de poder e pelos condicionantes históricos que marcaram todo o sistema de relações de gênero. Ainda sinalizaram um parâmetro mais complexo sobre as múltiplas formas de violência, para além do sofrimento físico, sexual e psicológico, apontando uma trama de condições sociais, econômicas e políticas que amalgama posições de poder.

³ Objetivando facilitar a visualização da relação entre o entrevistado e cada um dos casos, local do crime e renda média, foi confeccionado um quadro dos casos (vide apêndice).

Sobre o desenvolvimento humano sustentável, faremos referência à Teoria dos Sistemas Ecológicos de Urie Bronfenbrenner (1996), que inaugura pesquisas sobre ecologia do desenvolvimento humano, defendendo a investigação dos “comportamentos” no ambiente ecológico, isto é, no caso da violência compreender a natureza multifacetada, abordando a relação entre os fatores individuais (biológico e história pessoal) e contextuais (relações sociais próximas, comunitárias e da sociedade).

A análise das entrevistas e das notas de campo de familiares da vítima e do agressor do homicídio conjugal foi embasada na análise do discurso, orientado pela obra de Foucault (1996), tal como sistematizado por Orlandi (2000), levando em consideração o sentido de materialidade linguística e histórica do discurso, estudando as condições sociais de produção dos mesmos. As pausas, variações do tom da voz, mudanças de pensamento, interrupções, proibições interiorizadas, constrangimentos, restrições ao dizer, *insights*, enfim, tudo o que a maneira de falar do entrevistado nos demonstra é detalhadamente transformado em texto. Entretanto, esta é outra dificuldade da pesquisa, visto que a leitura de uma entrevista transcrita dá margem para várias interpretações de uma mesma frase – o que acontece com menos frequência quando a frase é escutada.

Sobre Foucault, Brumana (1983) explica que ao mesmo tempo em que ele radicalizou com os membros da velha guarda da *L'Année Sociologique* (revista criada por Émile Durkheim e Marcel Mauss), sua obra confirmou a dupla presença maussiniana: explicando as práticas sociais por meio de formações discursivas e inferindo relações entre autoridade social e corpo.

Dizer que toda categoria é social é o mesmo que dizer que toda sociedade engendra regras de controle, organização e seleção do discurso, daquilo que pode ser legitimamente dito e pensado. Por certo, esta regulação implica um processo de exclusão; exclusão que não é simplesmente verbal, pois se realiza através do poder de uma sociedade (BRUMANA, 1983, p. 92)

Analisar o discurso exige uma relação com a exterioridade discursiva, visto que é preciso ir para além das palavras e frases, na busca de articular “formações discursivas” e “formações ideológicas”, vendo os dispositivos institucionais. Outros conceitos da Análise do Discurso permitiram esse encontro, como é o caso da literalidade (os dizeres, a memória), da metáfora (as formulações e os esquecimentos), da paráfrase (matiz do dizer) e da polissemia (deslindamento dos sentidos).

O discurso não pode ser analisado fora dos quadros sociais, visto que seu processo e seus sentidos são histórico-sociais, logo, deve ser entendido como um modo de ação social: em espaço de conflitos e de embates ideológicos.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Mulher, Família e Conjugalidade

A literatura sobre a diversidade de representações de mulher ao longo do percurso histórico da civilização ocidental mostra que, em cada época, seus papéis, seus lugares, condições e formas de atuação colocam que é preciso mudar o estereótipo habitual de dizer que em todos os tempos as mulheres teriam estado dominadas e os homens teriam sido seus opressores. Já que a leitura feita dos discursos e das representações mostra uma realidade mais complexa de desigualdade, e de espaço movediço e tenso, no qual as mulheres, nem como totalmente vítimas, nem como heroínas, trabalham de todas as formas para serem participantes da história e não apenas um dos seus objetos. Assim, em cada época seus papéis, seus lugares, condições e formas de atuação mostram a diversidade de representações que a mulher foi assumindo ao longo do percurso histórico da civilização ocidental. (DUBY e PERROT, 1991).

Nos séculos XVI e XVII, Poster *apud* Reis (1984) explica que a condição da mulher era reconhecida em dois tipos de famílias: a camponesa e a aristocrática. A família camponesa era o grupo social mais significativo da aldeia, já que ali todos estavam integrados por sólidos laços de dependência. Era caracterizada por um alto padrão de natalidade e acentuada mortalidade infantil. A própria aldeia era responsável por regular a vida cotidiana dos indivíduos, através dos costumes, das tradições, dos rituais como casamentos, enterros, enfim, até o namoro era um procedimento coletivo, pelos quais se providenciava a formação de pares considerados adequados. A família não era o espaço privado nem privilegiado onde os laços emocionais se encontravam.

À mãe camponesa competia a criação dos filhos, de forma integrada as relações comunitárias. Ela era ajudada por parentes, por moças mais novas e também por mulheres mais velhas que ensinavam e fiscalizavam as práticas relativas ao tratamento dos bebês. Mas, a criança não ocupava o centro da vida conjugal. A necessidade da presença da mulher no trabalho do campo fazia com que os filhos não tivessem a mesma atenção que lhe seria dirigida na família burguesa. O enfaixamento dos bebês era comum, pois liberava a mãe para o trabalho e no caso da amamentação, era

realizado sem envolvimento emocional. Havia pouca preocupação com os hábitos higiênicos e com atividades sexuais das crianças (REIS, 1984, p. 107-108).

A família aristocrata tinha sua riqueza baseada nas relações de vassalagem, como o monarca que detinha o controle sobre a terra. A unidade básica de habitação era o castelo, que abrigava, além da família, parentes, dependentes, criados e clientes. Dava-se importância a linhagem, pois a perpetuação teria que garantir a preservação das propriedades familiares, logo, o casamento era considerado um ato político.

As relações entre os membros da casa eram rigidamente hierarquizadas e estabelecidas pela tradição. O trabalho masculino restringia-se a guerra, e as funções da mulher eram relativas à organização da vida social no castelo. O lazer era cultivado e o trabalho desvalorizado. A criação dos filhos não era atribuição das mães. Os bebês eram amamentados por amas-de-leite e entregues aos cuidados de criados. O treinamento de hábitos higiênicos era mínimo (REIS, 1984, p. 106).

Isso explicaria em parte o alto nível de mortalidade infantil que acompanhava o alto nível de natalidade. A família aristocrática não atribuía valor algum a privacidade, domesticidade, cuidados maternos ou relações íntimas entre pais e filhos.

Outro interessante registro diz respeito à sexualidade, que era reconhecida tanto para adultos de ambos os sexos, quanto para crianças. As necessidades sexuais das mulheres eram reconhecidas, sem que isso provocasse a perda de seus direitos ou da aceitação social. As concubinas eram publicamente reconhecidas e o sexo não era considerado assunto privado.

Reconhecia-se ainda que, independente de suas origens sociais, com o casamento legítimo a mulher passava a ser definida na sua relação com um homem. O pai e o marido eram os responsáveis legais por ela, a quem devia honra, obediência e seria economicamente dependente. Portanto, o modelo era que o pai sustentasse a filha até o casamento, dar o dote para compensar o fato de tomar como esposa uma mulher e também era decisivo para o estabelecimento de um novo lar. Só que esse modelo só se aplicava para classe média e alta da sociedade (DUBY e PERROT, 1996).

Para a mulher da classe trabalhadora era preciso sustentar-se a si própria, quer fosse solteira ou casada. E, apesar dessa obrigação de trabalharem para seu próprio sustento, a sociedade não podia conceber que as mulheres pudessem ou devessem viver

com total independência, seria considerado “antinatural”. Pai e marido tinham que dar casa, algum sustento, ou deveriam ir para casa de algum patrão – que arcasse com os custos da alimentação e alojamento, além do salário que deveria pagá-la quando deixasse a casa.

Sobre a educação, as escolas começavam a valorizar virtudes de limpeza e uma apresentação mais cuidadosa da pessoa, já que o objetivo era elevar os padrões de educação das “raparigas” que desejavam servir em casas de padrões sociais mais elevados que os seus. A mulher começava a trabalhar desde os doze ou treze anos de idade em casas de família, indústrias têxteis, serviço doméstico e em pequeno artesanato, já que precisavam acumular o dote para o seu casamento.

Por isso, as considerações econômicas é que determinavam a escolha de uma companheira, embora não se excluíssem inteiramente as considerações românticas. O casamento era uma instituição que proporcionava apoio e sustento a ambas as partes.

O casamento não era visto apenas como um destino natural da mulher, mas como um agente específico de uma metamorfose que a transformava num ser econômico e social diferente enquanto parte de um novo agregado familiar, a unidade primária sobre a qual se baseava toda a sociedade. A função do marido era proporcionar-lhe abrigo e sustento (essa era a função do macho difundida culturalmente). Ele pagava os impostos e representava o agregado na comunidade. O papel da mulher era o de companheira e de mãe [...] A aparência e a dignidade da esposa confirmavam o estatuto do marido (não bastava à mulher ser fiel, teria que parecer ser). (DUBY e PERROT, 1996, p. 47-48)

Os autores explicam ainda que, nos estratos sociais mais elevados, as mulheres tornavam-se donas de casa, com criados para dirigir, propriedade para administrar com a ajuda de feitores e agentes, e ofereciam hospitalidade em nome de seus maridos. Sobre as esposas dos que tinham profissões liberais, como os clérigos, tinham também um papel complementar definido a desempenhar. Para a esposa de um agricultor, a prestação de serviços na economia familiar podia significar uma ampla gama de obrigações, dependendo da riqueza do agregado: tratar o gado, cuidar da horta, tratar as abelhas, coser e remendar, fazer conservas e dar uma ajuda nas colheitas. Por isso, os trabalhos de uma esposa eram tidos como essenciais para o bem-estar de uma família e uma esposa preguiçosa era vista como uma maldição para o marido.

Na cidade, na economia familiar, o papel da mulher casada não se prestava a generalizações fáceis, mas sempre era tido como papel complementar ao do marido,

embora pudesse ascender a uma posição mais independente. Em negócios de família a mulher se ocupava de tarefas auxiliares, escrituração, contabilidade, venda efetiva dos objetos, mas estava impedida por regulamento ou postura municipal, de fazer comércio por conta própria. O aluguel da loja ou da banca era feito em nome do marido.

No que diz respeito ao objetivo do casamento, designava a reprodução, já que os filhos representavam uma proteção contra a idade avançada dos pais, num mundo conturbado e violento. As funções maternas correspondiam aos cuidados de aquecer, alimentar e manter sempre limpo seu filho, além de também comportar mais tarde a necessidade de transmitir e educá-los para certos valores morais e de comportamento.

Interessante notar ainda que, em caso de viuvez da mulher, habitualmente, eram-lhe delegados direitos na tutela dos filhos, assim passava a ter uma capacidade de direção e tornava-se senhora de seu destino e não submetia a qualquer tutor, enfim, sua vida ganha nova intensidade. Mas, o homem viúvo, tinha que encontrar uma mãe substituta para seus filhos, casando-se novamente ou trazendo para casa uma parenta solteira ou irmã ou deixando sua filha mais velha assumir o lugar de mãe e de dona-de-casa.

Fora da família e dos papéis estabelecidos de filha, esposa e mãe, as mulheres viviam em condições muito difíceis. A sua independência [...] dependia de um rendimento pessoal e de um quarto próprio. A idéia insistente de que o lugar natural da mulher era dentro da família criou o problema das mulheres que não tinham esse suporte ou que consideravam a família inadequada para apoiá-las. Em longo prazo, e em número crescente pelo final do século XVIII, foram as mulheres que não se conformavam com os tipos de papéis que lhes eram impostos que acabou por formar o ritmo das mudanças (DUBY e PERROT, 1996, p. 69).

A idade contemporânea é marcada pela Revolução Francesa (1789) com o advento da modernidade, industrialização e desenvolvimentos de vários ramos da ciência. O seu início foi marcado pela corrente filosófica iluminista, que elevava a importância da razão. Havia um sentimento de que as ciências sempre descobririam novas soluções para os problemas humanos e que a civilização humana progredia a cada ano com os novos conhecimentos adquiridos.

A consolidação do capitalismo trouxe uma série de modificações para o homem moderno, acreditava-se que a vida seria uma aventura pessoal à medida que a expectativa de ter uma vida própria estava sendo engendrada pelas mudanças sociais. O ideal burguês entrava em choque com os ideais de feminilidade, posto que o primeiro designava uma visão romantizada dos delírios de ascensão social e autonomia pessoal e

o segundo traduzia as exigências de filiação e disciplina familiar. Para a mulher isto pode ser percebido através das ideias de submissão que se contrapunham aos ideais de autonomia; a domesticidade aos de liberdade; a ideia de uma vida predestinada ao casamento e a maternidade contra a ideia de que cada um poderia escrever seu próprio destino conforme sua vontade (KELH, 1998).

E frente a ameaça eminente dos sujeitos tornarem-se “donos” de suas próprias vidas, a cultura européia do séculos XVIII e XIX produziu uma quantidade inédita de discursos, cujos sentidos eram promover uma perfeita adequação entre as mulheres e um conjunto de atributos, funções, predicados e restrições denominados feminilidade, conforme abaixo descrito:

Conjunto de atributos próprios a todas as mulheres, em função das particularidades de seus corpos e suas capacidades de procriação [...] atribui-se as mulheres a naturalidade da ocupação de um lugar único, a família e o espaço doméstico, que findam no mesmo destino, a maternidade (KEHL, 1998, p. 58).

Ao mesmo tempo o discurso apresentava uma contradição com relação à ideia de que a “natureza” feminina, que precisaria ser domada pela sociedade e pela educação, para que as mulheres pudessem cumprir sua vocação natural, mas que na verdade deveriam ostentar virtudes próprias da feminilidade: o recato, a docilidade, uma receptividade passiva em relação aos desejos e necessidade dos homens e dos filhos.

A enorme produção teórica entre os séculos XVIII e XIX destinada a fixar a mulher no lugar ao qual sua verdadeira natureza a destinou nos faz desconfiar da “naturalidade” desse lugar [...] a insistência dos pensadores do período quanto à natureza da feminilidade revela justamente a emergência, na sociedade moderna, das condições de desestabilização da relação entre mulheres e das formações sociais fundadas na diferença das funções reprodutivas masculinas e femininas (Idem, ibidem, p.71).

O que se pretende ressaltar aqui é sobre o desajuste entre mulher e feminilidade na sociedade burguesa, uma vez que a crescente circulação de informações e contatos produzidos pela modernidade sobre os atributos tidos como masculinos e femininos, não significaram necessariamente que maternidade e casamento sejam destinos impostos a uma multidão de mulheres infelizes, contra seu desejo.

Ingênuo pensar que a feminilidade foi um discurso imposto as mulheres, que o aceitaram passivamente apenas porque a educação oitocentista as acostumou a submissão [...] pelo contrário, o casamento fundamentado nos ideais de amor romântico, a posição de

rainha do lar responsável pela felicidade de um grupo familiar, a posse quase inquestionável dos filhos, tudo isso representou para a maioria das mulheres do século XIX um destino intensamente desejado, e para muitas um verdadeiro caminho de realização pessoal (Idem, ibidem, p. 94 e 95) .

Portanto, o que foi questionado diz respeito à dependência material da mulher, o controle exercido sobre sua sexualidade e o fato de ser privada da vida pública. Todos esses questionamentos surgiram exatamente a partir das novas perspectivas do sujeito traçar o seu próprio destino, presentes nas condições modernas, que poderia estar deslocando o campo das identificações que até então teriam pautado a relação entre mulher e feminilidade. Ao mesmo tempo em que todos tinham possibilidades abertas de “crescerem” na vida, as mulheres encontravam alguns obstáculos a mais:

- Dependência material que infantilizava a mulher burguesa e de classe média e que limitava seu campo de ação e circulação;
- As vicissitudes da maternidade e os discursos morais, particularmente contra a atividade sexual não procriativa;
- A falta de condições de cidadania que apartava as mulheres da vida pública;
- Isolamento no espaço doméstico.

A participação das mulheres na Revolução Francesa questionou justamente as regras que regiam suas vidas subjetiva e socialmente, posto que os discursos feministas colocaram em cheque a naturalização de que o verdadeiro lugar da mulher seria o de ser filha, esposa, mãe e dona-de-casa .

Mas, chega uma época em que as reivindicações feministas exigem que e a doutrina de liberdade e igualdade seja cumprida de modo equitativo entre os sexos. Elas estariam apoiadas num questionamento sobre os atributos da subversão das mulheres aos homens tidos como naturais pelo domínio dos homens (PATTEMAN, 1993).

2.2 O Conceito de Gênero

O conceito de gênero não é um atributo apenas das diferenças sexuais e sim dos valores culturais que a sociedade constrói, atribuindo *status* diferente a homens e mulheres.

Gênero refere-se à construção social de sexo, ou seja, a palavra sexo designa apenas a caracterização anátomo-fisiológica das pessoas, enquanto gênero se refere à dimensão social e simbólica dos atributos masculino e feminino.

A categoria de gênero tem sido utilizada em muitos casos de maneira equivocada ou até mesmo em voga, principalmente quando parecia tratar de abandonar a categoria mulher. Heilborn (1992, p. 103) explica que o uso e o abuso desta indicam a necessidade de uma revisão dos estudos e discussões feministas, visto que é preciso levar em conta a sua dimensão social, a condição de um sistema relacional e o vínculo anatômico: “gênero é um construto abstrato, um princípio de classificação que emerge da observação do real, da diferenciação sexual do reino animal e vegetal”.

Quando se trabalha com o conceito de gênero encontra-se uma variedade de interpretação sobre a posição da mulher nas diferentes culturas, e cada uma tem em sua base uma perspectiva teórica, a exemplo da assimetria sexual, da dominação e da opressão.

Estudos sobre a mulher a partir da ótica feminista questionaram a adoção de certos papéis sexuais, familiares e a divisão do trabalho revelando na realidade que a relação entre os sexos era caracterizada pela assimetria e opressão.

Nessa perspectiva, a segurança ontológica do ser é vivida nas atividades instituídas socialmente no cotidiano (PAIS, 2003). Portanto, a noção de gênero se desenvolve de diferentes maneiras e em diversos lugares: nas brincadeiras infantis, nos segmentos de classe econômica, de sexo, de idade, nas ruas, escolas, casas, na mídia, bares, festas e nos vários ritos de passagens. Enfim, nos variados processos de socialização, específicos às esferas masculinas e femininas, que fundamentam estereótipos de acordo com o imaginário social de época e de lugar.

Enquanto a mulher mantém a honra familiar, através do exercício dos papéis tidos como domésticos (cozinhar, lavar e passar) e públicos (ser honesta, ou seja, fiel e obediente ao marido), sendo esposa e mãe ao mesmo tempo, o homem definitivamente ocupa o papel de provedor do lar, abstendo dos papéis de pai de família, honra pública, com “direito” a transgredir a regra da monogamia, ao mesmo tempo em que, as mulheres, pelo mesmo motivo, poderiam ser assassinadas.

Bourdieu (1999) ao falar sobre a dominação masculina não procurou ver o mundo dividido em dois blocos, de homem contra mulher ou opressão por parte do homem, e sim tratou de mostrar que a dominação, dentro de um determinado contexto e de uma dinâmica social, estaria ligada a um processo interativo que envolveria a

negociação de diferentes posições de poder. O que explicaria a maneira como o poder fica do lado masculino deve-se a constituição cultural do masculino e do feminino o modo como as relações são enredadas.

Outra análise diz respeito à opressão cultural da mulher teve início na célula base da maioria das sociedades, a família. Sob a ótica marxista, Engels (1995) expõe que a família mantém uma distribuição de poder inerentemente desigual, explicando que a conceito de gênero é uma classificação social resultado a existência de uma sociedade de classe. A inversão do objetivo social de reprodução para produção deve-se a passagem de comunidade primitiva para organização social em classes, que a propriedade é o fulcro da desigualdade e que a “domesticação da mulher é em definitivo um produto do controle do homem sobre a sua sexualidade e capacidade reprodutora da mulher, devido ao interesse de perpetuar o acesso desigual aos meios de produção” (STOLCKE *apud* HEILBORN, 1992, p. 102).

Portanto, o conceito de gênero transversaliza questões relativas ao trabalho, à vida privada, à sexualidade, ao ócio e a maneira como as culturas de massa produzem padrões para o próprio cotidiano, principalmente, por trazer conseqüências como conflitos e quadros de violência. Sabe-se ainda que as relações sociais nascem e consolidam-se nas ações cotidianas, a partir das condições históricas e do potencial interpretativo de cultura, ou seja, as identidades de gênero são formadas a partir do imaginário social predominante.

2.3 Gênero: Luta de Direitos e Violência

A violência configura-se como questão social mundial, indicando aspectos macros e externos e também micro-processos e internos que reorganizam a vida cotidiana. Para efeito comparativo denominaremos esses aspectos de estruturais e sistêmicos considerando um conjunto de questões sociológicas que procuram descobrir o significado simbólico das múltiplas formas de violência existentes. Explica ainda que a violência encontra-se inscrita nas diversas formas de racionalidade e define a violência como um procedimento racional arbitrário: exercício de poder nas relações sociais, configurando redes de dominação que se baseiam no uso de força e coerção para causarem dano ao outro (SANTOS, 2002).

Quando a questão da violência é tratada no âmbito das relações sociais tem demonstrado ser parte integrante do cotidiano e da realidade dos grupos humanos e não um fenômeno isolado, por isso, a violência pode ser considerada um “fato social” na concepção de Durkheim (1996), pois é social e generalizada.

A violência encontra cada vez menos resistência no meio social e espalha-se; seria então um antagonismo entre as condições sociais? Durkheim (1996) faz as seguintes considerações a esse respeito:

Não existe nenhum povo cuja moral não seja cotidianamente violada [...] o crime é necessário, que não pode deixar de existir, que as condições fundamentais da organização social, tal como a conhecemos, o implicam logicamente [...] Enquanto que a vida familiar tem uma ação moderadora sobre o suicídio, estimula de preferência o homicídio (DURKHEIM, 1996, p. 355 e 364).

Quanto à influência do sexo sobre o suicídio e o homicídio, o que se pode dizer, segundo Durkheim (1996), é que a influência é muito mais um efeito de causas sociais do que causas orgânicas.

Os dois sexos não participam na mesma proporção na vida social [...] os gostos, as aspirações, o humor dele são, em grande medida, de origem coletiva enquanto os da companheira estão mais diretamente dependentes das influências do ambiente familiar. O que se sabe é que cada vez que o homicídio lhe está ao alcance comete-o tão ou mais frequentemente do que o homem. E que os homicídios específicos da mulher, infanticídios, abortos, assassinatos domésticos são, por natureza, difíceis de descobrir (Idem, Ibidem 387).

O autor também destaca as transformações que ocorreram na instituição familiar, explicando que antes as famílias eram mais densas e existia, portanto, uma assistência moral mútua e um forte sentimento de resguardo, além da proteção da instituição matrimonial através da religião. Atualmente, os membros familiares, tais como filhos, além de serem cada vez mais reduzidos em quantidade, também se dispersam dos lares até mesmo antes de formarem outra família - como é o histórico dos sujeitos da pesquisa Cemin *et al* (2006, 2007) restando somente o casal ou, mais frequentemente um dos cônjuges.

O que Durkheim (1996, p. 389) defende é que não será com educação, sociedade política, sociedade religiosa, instituição família, grupos profissionais ou leis conjugais que serão eliminados os homicídios e suicídios no âmbito da vida doméstica; porque o “mal-estar que sentimos não é provocado por um aumento quantitativo e qualitativo das causas objetivas de sofrimento, revela não uma maior miséria econômica, mas uma

alarmante miséria moral”. Preconizando ainda que tanto o homicídio como o suicídio aumentarão, quanto maior a instabilidade moral.

A miséria moral corresponderia às diferenças de socialização de gênero bem como à fragmentação do sujeito, visto que os homens nas sociedades complexas ocupam-se tradicionalmente da função utilitária, sendo a função estética reservada à mulher. A solução apontada por Durkheim (1996) é a socialização igualitária, onde a mulher também seria socializada para a vida pública, ampliando suas esferas de interesse e de atuação para além do espaço doméstico:

Numa sociedade coerente e ativa, há um intercâmbio contínuo de idéias e sentimentos de todos para cada um e de cada um para todos, e como que uma assistência moral mútua que faz com que o indivíduo, em vez de estar reduzido as suas únicas forças, participe na energia coletiva e nela venha procurar alento quanto se sente exausto (Idem, *Ibidem*, p. 200).

Durkheim (1996) não acredita que haveria motivo para se pensar num dia no qual a mulher seria capaz de desempenhar as mesmas funções do homem na sociedade. Ele visualiza que ela poderá desempenhar um papel que, embora específico, seja mais ativo e mais importante do que o atual, porque a diferença de gênero e a desigualdade psicológica permaneceriam, mesmo com a igualdade jurídica.

Desde o século XVII, as feministas têm argumentado que a falta de educação escolarizada faz com que as mulheres pareçam menos capazes. A descoberta da artimanha social dos homens de tornar deficitária a educação das mulheres revelou que o argumento de que ela era produto da natureza não se sustentava, como até então afirmavam. Se ambos os sexos recebessem as mesmas oportunidades para exercerem seus talentos não existiriam diferenças políticas significativas nas habilidades das mulheres e homens.

No decorrer dos séculos XIX e XX as mulheres conquistaram o sufrágio universal; obtiveram a maioria aos vinte e um anos (antes era só quando casava); alcançaram o direito de ficar com a guarda dos filhos; de exercer profissões tidas como exclusivamente masculinas; participaram da regulamentação de leis trabalhistas; exerceram o direito ao orgasmo e controle de seus corpos, a exemplo das leis sobre aborto e a disseminação de contraceptivos, que transformaram os conceitos de família e de sexualidade; reivindicaram a escolarização universal para ambos os sexos e

conquistaram, além de outras mudanças no código civil sobre a condição da mulher no casamento: o direito ao divórcio e a emancipação econômica da mulher de seu esposo.

A melhora da condição social das mulheres, com a consequente melhora das condições físicas e de saúde, juntamente com as transformações tecnológicas, tornam o argumento da força, apesar de ser ouvido ainda hoje, menos plausível. Entretanto, não se deve esquecer que, na prática, os homens continuam a sustentar seu direito patriarcal sobre as mulheres por meio da força e da violência (PATEMAN, 1993).

No século XX, especificamente em países da América do Sul, o movimento feminista ganhou força na luta e defesa dos direitos da mulher em áreas como saúde, educação e modificações na legislação vigente. Criando agências capazes de garantir o direito das mulheres, a exemplo de Conselhos, Ministérios e Secretarias ligadas a Presidência da República; articulando movimentos que visavam reduzir a violência de gênero e intrafamiliar, visto que a violência doméstica não ocorre só contra a mulher, mas também contra filhos, enteados e parentes agregados; e no plano político sugeriram defesas de cotas para ingresso e participação de mulheres em cargos políticos; mudanças nos códigos civis e penais a exemplo do estabelecimento da igualdade jurídica para os cônjuges e o direito das mulheres de administrar e dispor de propriedades, a substituição dos delitos contra a honra por delitos contra a liberdade ou integridade sexual.

Neste sentido, principalmente os grupos e movimentos feministas contribuíram para tornar pública a violência dos homens contra suas mulheres, uma vez que o assunto era tratado somente na ordem do ambiente privado da casa e de familiares.

No Brasil, especialmente em 1970, a imprensa e a opinião pública puderam vislumbrar que esse tipo de violência estaria presente em diversos segmentos sociais. Foi a partir dessa exposição “pública” que a sociedade conclamou dos governos a consolidação de mecanismos que procurassem coibir a violência contra a mulher. Por isso, foram instituídas políticas que permitiram a criação de Delegacias de Defesa Especializadas para Mulher e Juizados Especiais Criminais.

O acesso a justiça é dos fundamentos primordiais nos quais se assenta a sociedade democrática, por isso as delegacias especiais devem ser compreendidas de modo a explorar a sua particularidade e universalidade no sistema justiça (sua criação, contexto político-social, o movimento feminista, a luta pela democratização da sociedade e pelo direito das minorias). O que seria também equivalente entender o

processo e o movimento que levaram a criação de diversos tipos de polícia especializada, a exemplo da delegacia da criança e do adolescente, do idoso e as de crime de racismo (DEBERT, 2006).

A partir da década de 1980 houve um reconhecimento em âmbito internacional que a violência de gênero é um grave problema, não apenas para as mulheres, mas também de luta pela igualdade, desenvolvimento e paz (RICO, 1996).

Em 1979 Assembléia Geral das Nações Unidas aprovou a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher, só que o documento não esclarece de modo satisfatório a violência de gênero, porque aborda apenas o problema da violência contra a mulher. Um ano mais tarde (1980), em Copenhague, as Nações Unidas em Conferência Mundial do Decênio para a mulher instituiu a resolução intitulada “A mulher maltratada e a violência na família”; começou a estabelecer estratégia mais efetivas de combate a violência contra a mulher. E, desde então, as Nações Unidas passaram a organizar encontros que pudessem discutir a temática principalmente no que diz respeito à atuação do Estado (RICO, 1996).

O documento que tipificou de maneira mais clara a violência contra a mulher, revelando a natureza, a magnitude e a gravidade da violência de gênero na sociedade, foi a Declaração sobre a “Eliminação da Violência contra a Mulher”, realizada no encontro da Assembléia Geral das Nações Unidas no ano de 1993. Em síntese, as principais ideias foram:

Define-se a violência contra a mulher como todo ato de violência baseado na diferença de gênero que tenha ou que possa ter como resultado um dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico para a mulher, inclusive os atos de coação e privação da liberdade, que ocorrem tanto na vida privada como pública [...] a violência física, sexual e psicológica que acontecem na família, incluindo maltrato, abuso sexual de crianças, a violação por parte do marido, [...] os atos de violência realizados por outros membros da família e a violência relacionada com a exploração; a violência física, sexual e psicológica que acontecem dentro da comunidade em geral, inclusive a violação, o abuso sexual, do assédio e as intimidações no trabalho, em instituições educacionais e outros lugares, o tratamento da mulher e a prostituição forçada; a violência física, sexual e psicológica que acontecem ou que seja tolerada pelo Estado, aonde quer que ela ocorra (RICO, 1996).

No contexto da América Latina, em 1993 ocorreu a Conferência Regional sobre a “Integração da Mulher no Desenvolvimento Econômico e Social da América Latina e Caribe”, propondo novos instrumentos que pretendem prevenir, minimizar e erradicar a

violência contra a mulher, por meio do reconhecimento dos direitos da mulher, como a participação na vida nacional em condições de igualdade de oportunidade, erradicando todas as formas de discriminação (RICO, 1996).

No contexto nacional, uma das primeiras demonstrações de que o Brasil era signatário do acordo internacional sobre a violência contra a mulher ocorreu em 1986, ano em que foi instituída a primeira Delegacia de Defesa da Mulher (DDMs), no estado de São Paulo. Na atualidade, o Brasil tem cerca 300 DDMs, em praticamente todos os Estados da Federação. O Estado de Rondônia conta com sete Delegacias Especializadas de Atendimento a Mulher (DEAM), em Porto Velho, Ariquemes, Cacoal, Guajará-Mirim, Ji-Paraná, Rolim de Moura e Vilhena. Além de contar com dois Serviços de Referência para Atendimento de Mulheres Vítimas de Violência Sexual, em Porto Velho, no Hospital de Base Ary Pinheiro e na Secretaria do Estado de Saúde. Para Debert (2006), essas delegacias seriam tipos de equipamento jurídico-policiaI com a finalidade de dar um atendimento à mulher vítima de espancamentos, estupro, tentativas de homicídios, ameaças e outras violências abarcadas pelo direito criminal, garantindo que a violação aos direitos da mulher fosse tratada como assunto de criminalização e não mais restrito ao ambiente privado.

A criação dessas instituições deve ser compreendida no contexto de reabertura democrática da década de 1980 e da pressão exercida pelos movimentos feministas que deram ênfase na crítica ao descaso com que a violência contra a mulher era tratada pelo sistema de justiça, particularmente no tribunal do júri e na polícia. O modo machista como as leis eram aplicadas e os procedimentos adotados na polícia passam então a ocupar posições centrais na luta do movimento feminista, pois os homicídios conjugais, tendo o marido como réu, este era absolvido pelo tribunal do júri com a tese da legítima defesa de honra.

Quando se compara o caráter das DDM's e seus significados dinâmicos com outros países e contextos políticos, o brasileiro ganha articulações específicas, fruto de processos distintos, como a consolidação da democracia e a garantia de direitos sociais (DEBERT, 2006). Diferente de contextos africanos e asiáticos, na América Latina a violência contra a mulher não se restringe aos crimes de honra, em que são os familiares das vítimas que se servem desse argumento para cometer esse tipo de homicídio. Pelo contrário, os homicídios entre casais são cometidos, na maioria das vezes, pelo marido ou namorado das vítimas (DEBERT, 2006).

No entanto, ainda se fazem presentes muitos questionamentos com relação às políticas de enfrentamento a violência, como é o caso da DDM. Debert (2006), por exemplo, discute se as DDM's estão mais a serviço da judicialização das relações sociais ou a favor da politização da justiça. A autora explica que, enquanto os ideários de direitos humanos tendem a promover a judicialização das relações sociais – por meio da regulação da sociabilidade e das práticas sociais, dizendo como os indivíduos devem se comportar, o que acaba refletindo em diversos níveis da relação de gênero, entre casais, no tratamento dado as crianças pelos pais e destes aos filhos – o ideário feminista, por outro lado, diz respeito à politização da justiça, isto é, a luta por políticas de garantia dos direitos da mulher, como o combate à violência doméstica e respostas do poder público perante o conflito de gerações e de gênero.

Debert ainda critica o sistema prisional e o interesse pela forma de conciliação entre as partes, de modo a agilizar e desburocratizar o sistema de justiça. Certamente, posturas legítimas e louváveis, mas incidem de uma forma nefasta nos casos de violência doméstica e de gênero, particularmente nos contextos onde a família tende a ser vista como a instituição capaz de garantir a boa sociedade e os direitos da cidadania.

A crítica à delegacia da mulher diz respeito às propostas alternativas que sugeriram a transformação dos integrantes da família, dizendo como eles devem se comportar, indicando que o combate a violência era a psicoterapia. Como se sabe, a família é uma instituição permeada de conflitos de gênero e conflitos de gerações, de conflitos que envolvem a distribuição de recursos.

Outra análise da autora diz respeito à crítica sobre a vitimização de mulheres no contexto de violência conjugal, mostrando que elas têm um poder de “agenciamento” no ambiente familiar e social, visto que na maior parte das queixas relatadas nas DDMs as mulheres se recusam registrar Boletins de Ocorrência ou acabam retirando a queixa contra seus maridos e companheiros. Debert (2006) diz que a clientela que recorre à delegacia espera menos a consecução de sentenças judiciais, cujo desfecho seria a punição do acusado, desejando mais a resolução negociada de conflitos domésticos. Ocorre que, na atualidade, juridicamente não é possível retirar a queixa contra o companheiro por restrições da Lei Maria de Penha (Lei 11.340/2006), que trata de coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher.

Considerando que, segundo Durand (1997), o imaginário é sempre uma “pedagogia de época”, a implementação da Lei Maria da Penha, além levar em conta as diretrizes dos protocolos internacionais que mudaram radicalmente o entendimento e o

tratamento da violência doméstica e familiar contra as mulheres no Brasil, faz levantar a discussão sobre políticas públicas de enfrentamento à violência de gênero.

Mas, é importante salientar a análise que Debert (2006) faz com relação aos procedimentos das delegacias. Para ela o problema não é o que a mulher quer, ou o que a delegacia não oferece, e tão pouco a opção de um abrigo para passar a noite; a principal questão é visualizar a total dependência da mulher em relação à família e também as consequências da omissão do Estado nessa situação. Por isso, é preciso melhorar a educação, construir creches de qualidade para os filhos, oferecer emprego decente para ela sobreviver sozinha.

Na atualidade pesquisas sobre violência de Debert (2006) Fonseca (2000) e Machado (1980) apontam que a abordagem da violência contra a mulher se dá por meios institucionais variados, a exemplo: da instância jurídico-policial (delegacias, juizados, varas de família, defensoria pública, IML); instituições assistenciais (clínicas, casas abrigo, programas sociais, conselho de mulheres, movimento feministas) e políticas e serviços públicos ou privados (saúde, educação, distribuição de renda, defesa à diversidade, direitos sexuais e reprodutivos), o que atesta a complexidade do fenômeno.

No caso da violência contra a mulher a reflexão sobre a relação de gênero desmistificou a situação e permitiu verificar que a violência funciona para além de questões da sistemática da violência e da condição da mulher. A noção de patriarcado trata de uma relação historicamente fundada e transformável, e não adstrita apenas a uma exclusiva atuação de poder. Na obra *O Contrato Sexual*, Pateman (1993) explica:

O modo de dominação patriarcal difere de outras formas de dominação do final do século XX [...] A relação entre patriarcado e contrato, contrato entendido enquanto princípio de associação, é uma das formas mais importantes de instituição das relações sociais, tais como a relação entre marido e mulher ou a relação entre capitalista e trabalhador (p. 19-20).

Uma pesquisa realizada por Correa (2006) através da leitura de processos judiciais de homicídios ocorrido em Campinas/SP mostrou que a igualdade jurídica entre homens e mulheres não é um instrumento capaz de resolver as diferenças na relação de gênero, dizendo que a assimetria reside na instituição do matrimônio. Outra importante contribuição diz respeito a Debert (2006) que, ao estudar a condição de vítima das mulheres, revelou que a estrutura assimétrica da conjugalidade dispõe de

uma violência simbólica traduzida em posições femininas e masculinas, onde a violência física é a materialização da desejável restauração de papéis de gênero e da configuração de valores.

Portanto, o espaço de compreensão da violência contra a mulher é bastante ampliado quando as relações de gênero são analisadas em articulação com as relações de poder, haja vista a existência de um enredamento nas relações subjetivas de gênero, que estaria fundamentada cultural, simbólica e historicamente em dimensões identitárias.

2.4 Desenvolvimento Humano Sustentável

O sistema capitalista deflagrou uma crise sócio-ambiental sem precedentes no século XX. O mito do progresso a qualquer custo realizou transformações significativas – as quais resultaram em crescimento econômico e avanços tecnológicos –, mas apresentou impactos ambientais negativos: degradação solo, da água, do ar e a diminuição da biodiversidade. Do mesmo modo, no âmbito da sociedade, mostrou consequências como a disparidade nos padrões de vida e de consumo, resultando crescimento da pobreza, exclusão, desigualdades no acesso aos recursos e equipamentos sociais (a exemplo de saúde, educação, moradia), informalidade, segregação espacial, tensões étnico-raciais e violências (SACHS, 2002).

Várias reuniões e conferências sobre Meio Ambiente – Founex (1971), Brundtland (1987), Estocolmo (1993), Eco-Rio (1992) – deram início às crescentes discussões sobre o conceito de desenvolvimento sustentável que surgiu como uma opção para o crescimento econômico. Acordos e protocolos propostos por agências e organismos internacionais começaram a esboçar o sentido teórico e prático para o novo conceito. A multiplicidade de definições encontradas na literatura, segundo Bellen (2007), deve-se a inclusão ou não de certas dimensões no conceito de desenvolvimento sustentável, a exemplo de dados sociais, históricos, culturais, dos recursos vivos e não-vivos e as vantagens de curto e longo prazo de ações alternativas.

Confrontada com o problema global da pobreza, desemprego e exclusão social, a Declaração de Copenhague reafirmou o compromisso da organização das Nações Unidas com o conceito de desenvolvimento sustentável, no qual as dimensões social, econômica e ambiental estão intimamente entrelaçadas [...] O desenvolvimento tal

como ele é entendido hoje em dia, é um conceito abrangente, que difere de crescimento econômico – considerado ainda como uma condição necessária, mas de forma alguma suficiente –, englobando as dimensões ética, política, social, ecologia, econômica, cultural e territorial, todas elas sistematicamente inter-relacionadas e formando um todo (SACHS, 2006, p. 319-320).

A procura por modelos de desenvolvimento que possam garantir a qualidade de vida das gerações atuais sem comprometer a capacidade de gerações futuras de sobrevivência e de se desenvolverem, orientados principalmente no sentido de atender as necessidades das pessoas, mais justo democrático e equitativo; segundo Sachs (2002), mostrou que é preciso encontrar um novo equilíbrio do capital humano, natural, físico e financeiro, e que o conceito de desenvolvimento sustentável deve ser sinônimo de desenvolvimento social.

O autor afirma ainda que o progresso de um país deve estar ancorado em padrões endógenos de desenvolvimento, levando em consideração as configurações específicas nas articulações entre os problemas globais e a perspectiva regional, por isso, acredita que cada vez menos há modelos universais de desenvolvimento. E ressalta que é preciso evitar as tentações enganosas do otimismo ingênuo e do pessimismo estéril, porque a ideia de desenvolvimento funciona como uma armadilha ideológica: serve tanto para perpetuar as relações assimétricas entre as minorias dominantes e as maiorias dominadas, quanto permite influenciar, por meio do imperativo ético e consequências epistemológicas, o pensamento sobre o desenvolvimento. O compromisso e o respeito com a geração atual e futura devem cumprir o postulado ético de responsabilidade com diversidade cultural (em oposição à importação de modelos alienígenas), a sustentação da vida, a distribuição de renda justa e igualdade de acesso aos recursos e serviços sociais (SACHS, 2002).

O Relatório de Desenvolvimento Humano constituído pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), da Organização das Nações Unidas (ONU), a partir de 1990, amplia a noção de desenvolvimento sustentável e enfatiza que principalmente dever ser entendido no sentido desenvolvimento humano sustentável, devendo considerar a realização de três condições básicas: alcançar uma longevidade com boa saúde, adquirir conhecimento para participar da comunidade e ter acesso aos recursos necessários para gozar um nível de vida digna (PNUD, 2000).

A agregação de dados como renda, nível de instrução e longevidade de uma população deu um salto quanto à mensuração do desenvolvimento, o que ficou conhecido por Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

É verdade que esse rico conjunto de indicadores fornece medidas para avaliar o desenvolvimento em muitas dimensões. Mas também não é menos verdade que as decisões políticas muitas vezes demandam uma medida sumaria que incida mais claramente no bem-estar humano do que no rendimento. É para esse fim, então, que os Relatórios publicam o IDH, que vem sendo completado por índices que observam especificamente o gênero (Índice de Desenvolvimento ajustado ao Gênero – IDG; Medida de Participação segundo Gênero – MPG) e a pobreza (Índice de Pobreza Humana – IPH). Tais índices dão uma perspectiva de alguma dimensão básica do desenvolvimento, mas devem ser completados por meio da análise de dados e de outros indicadores que lhe são subjacentes. (VEIGA, 2006, p. 86-87).

De um lado é preciso reconhecer que o IDH é um ponto de partida sobre a avaliação de aspectos do desenvolvimento humano, e do outro perceber alguns alcances sobre esse índice. Por ser uma média aritmética dos três aspectos (longevidade, escolaridade e renda), deixa de lado outras dimensões do desenvolvimento (indicadores culturais, históricos, lazer, gênero, pobreza e etc.).

Quanto à noção de Desenvolvimento Humano Sustentável, que coloca a pessoa no centro do desenvolvimento, esta foi ratificada pela Declaração do Direito ao Desenvolvimento consagrado pela ONU em 1986.

Ao tornar as pessoas agentes do processo de desenvolvimento é preciso incluir a eliminação da privação dessa pessoa, dar oportunidades de fazer escolhas e participar ativamente da sociedade. E que se pode traduzir que o ideal desse desenvolvimento abrange a noção de “empoderar”, que significa permitir a pessoa o acesso a todos os bens materiais e imateriais, a fim de que ela possa atuar na sociedade como uma cidadã, crítica, capaz de opinar e buscar novas soluções para os conflitos da sociedade (BENVENUTI, 2008).

O desenvolvimento humano sustentável visa criar um ambiente que permita as pessoas usufruírem uma vida longa, saudável e criativa, na qual elas desfrutem da oportunidade de obter as coisas que mais valorizam: maior acesso ao conhecimento, melhor nutrição e melhores serviços de saúde, uma subsistência garantida, segurança em relação a crimes e violência física, horas satisfatórias de lazer, liberdade política e cultura, e um sentimento de participação nas atividades da comunidade (OLIVEIRA *apud* BENVENUTI, 2008, p. 8).

O ciclo proposto pela noção de DHS em Benvenuti (2008), ao levar em consideração diversos sistemas sociais, sustentabilidade e responsabilidade na construção de um novo paradigma de desenvolvimento mais equitativo e digno, resume-se em:

- Das pessoas – acesso aos direitos fundamentais, aos bens materiais e imateriais (cultura, alimentação, saúde, etc.);
- Pelas pessoas – participação, senso crítico, exercendo a cidadania;
- Para as pessoas – igualdade e justiça social, fazendo com que todos possam se beneficiar desse desenvolvimento.

Bronfenbrenner (1996) oferece a perspectiva da teoria bioecológica sobre a pesquisa em desenvolvimento humano, na qual procura examinar as influências do ambiente para o desenvolvimento das pessoas e principalmente a interação entre ambos. Inicialmente o autor estabelece alguns conceitos base e norteadores e, no caso, o desenvolvimento entendido como:

Uma mudança duradoura na maneira pela qual uma pessoa percebe e lida com o seu ambiente [...] e como uma concepção desenvolvvente da pessoa do ambiente ecológico e sua relação com ele, e também com a crescente capacidade de descobrir, sustentar ou alterar suas propriedades (BRONFENBRENNER, 1996, p 5-9).

Acrescenta ainda que o ambiente devesse ser concebido não só como ambiente físico e natural, mas também como ambiente ecológico que significa ser socialmente construído, tanto por aquele que é imediato onde a pessoa esteja inserida, quanto afetado pelos eventos que ocorrem em ambientes nos quais a pessoa nem sequer está presente.

E, em termos de análise, o ambiente ecológico propõe o estudo do desenvolvimento humano no nível de sistemas, iniciando com a unidade básica a díade (sistema de duas pessoas, ponto de partida dessa pesquisa, o homicídio conjugal) e estruturas interpessoais mais amplas (visto que nossa pesquisa também foi intergeracional, por até três gerações) a exemplo da inter-relação de quatro núcleos como: o processo, a pessoa, o contexto e o tempo.

Para Bronfenbrenner (1996), o primeiro componente do modelo bioecológico é o processo proximal, que significa a interação recíproca, progressivamente mais complexa, de um ser humano ativo, biopsicologicamente em evolução, com as pessoas, objetos e símbolos presentes no meu ambiente imediato.

A forma, a força, o conteúdo e a direção dos processos proximais que produzem o desenvolvimento, variam sistematicamente como uma função conjunta das características da pessoa em desenvolvimento, do ambiente (tanto imediato como o mais remoto) onde eles ocorrem, da natureza dos resultados evolutivos, das mudanças e continuidades sociais que ocorrem ao longo do tempo durante o período histórico que a pessoa viveu (CECCONELLO E KOLLER, 2003, p. 516).

Explica, ainda, que existem resultados evolutivos dos processos proximais, conhecidos por dois efeitos, de competência e de disfunção, que se traduzem em consequências sobre a vida das pessoas, mediante os eventos que ocorrem em seu ambiente (no caso desta pesquisa, será analisado qual desses efeitos aparece no desenvolvimento da vida dos familiares da vítima e do agressor e dos parceiros amorosos sobreviventes ao evento do homicídio conjugal). O resultado evolutivo de competência – o que significa a aquisição e desenvolvimento de conhecimentos, habilidade e capacidades a fim de conduzir e direcionar seu próprio comportamento através de situações e domínios evolutivos em diversas áreas humanas; e o de disfunção – que se refere à manifestação recorrentes de dificuldade em manter o controle e a integração do comportamento através de situações de diferentes domínios, gerando ou reproduzindo ambientes desfavoráveis e desorganizados (CECCONELLO e KOLLER, 2003).

O segundo componente é a pessoa, estudada tanto por meio de suas características individuais quanto por aquelas construídas na interação com seu ambiente, que significam ser vistas como produtos e produtoras do desenvolvimento.

Destacam-se resumidamente três principais, de disposição, de recurso e de demanda. As disposições dos comportamentos das pessoas podem ser generativas como inibidoras, ou seja, quando são ativas podem colocar os processos proximais em movimento e sustentar o desenvolvimento e quando interferem podem colocar obstáculos ou mesmo impedindo tais processos. Os recursos constituem dotes ou deficiência biopsicológicas que influenciam a capacidade da pessoa para engajar-se nos processos proximais, sejam através de capacidades, conhecimentos, habilidades e experiências que ampliam os domínios e opera construtivamente o desenvolvimento das pessoas como também representam condições que limitam e inibem a integridade funcional do organismo. E, finalmente, a demanda que constituem atributos pessoais capazes de requerer ou impedir reações do ambiente social, inibindo ou favorecendo a

operação dos processos proximais no crescimento psicológico, exemplo de idade, gênero, etnia (CECCONELLO; KOLLER, 2003).

O terceiro componente, o contexto, é percebido por meio da interação de quatro níveis ambientais: micro, meso, exo e macrosistema. O microsistema são as atividades, papéis e relações interpessoais no ambiente que a pessoa vive. O mesossistema é conjunto de microsistemas que uma pessoa frequenta e na inter-relação estabelecidas neles. O exossistema é o ambiente que a pessoa não frequenta como um participante ativo, mais que desempenha uma influência indireta sobre o seu desenvolvimento. E o macrosistema é um padrão global de ideologia e organização das instituições sociais comuns a uma determinada cultura ou subcultura, presentes no cotidiano das pessoas e que influenciam seu desenvolvimento (CECCONELLO; KOLLER, 2003).

E, por fim, o quarto componente, o tempo, exposto em micro, meso e macrotempo, que permite examinar a influência para o desenvolvimento humano de mudanças e continuidades que ocorrem ao longo do ciclo de vida.

Compreendemos que a violência colocada num contexto de desenvolvimento do Estado de Rondônia pode ser causada por diferentes fatores e em etapas diversificadas, como indica o modelo ecológico. A seguir iremos destacar alguns índices e características peculiares a Rondônia e que mostram desigualdades.

Rondônia conta com uma população de 1.562.417 habitantes, segundo estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano de 2006. Apresentou um crescimento demográfico de 2,2 % ao ano (1991-2006), uma população urbana de 66,8% (2006). Foram contabilizados 430.747 domicílios (2005); registrada uma carência habitacional de 47.895 no ano de 2006. A Fundação Educar DPaschoal⁴ registrou que Rondônia ocupa o 3º lugar no Brasil de crianças e adolescentes que se encontram fora da escola. No Brasil 11,2% da população com mais de sete anos são analfabetos, dos quais 2,5 milhões estão na faixa de escolaridade obrigatória (7 a 14 anos)⁵. Além disso, 11,2% dos maiores de dez anos não têm escolaridade ou estiveram na escola pelo período de até um ano; 27,5% têm até três anos de escolaridade; e mais de 2/3 da população (60,4%) não possuem o ensino fundamental completo, tendo, no máximo, sete anos de escolaridade (IBGE - PNAD 2003).

⁴ TREVISIAN, Rita. A Cara dos Números. In: Nova escola. Ano XXIV n° 223, jun/jul 2009, p. 47-48.

⁵ Com a implementação do ensino fundamental de nove anos, a escolarização obrigatória passou para a faixa etária de 6 a 14 anos.

A Secretaria Municipal de Planejamento de Porto Velho apontou mortalidade infantil de 25,2 por mil nascimentos (2005), mas a ONU recomendou na Declaração do Milênio⁶ que os países signatários reduzissem em dois terço a mortalidade de crianças de até 5 anos de idade até 2015; de médicos de 7,1 por 10 mil habitantes (2005) onde deveriam ser 1 médico para mil habitantes; leitos hospitalares de 1,6 por mil habitantes (2005); abastecimento de água de 50 % da população servida pela rede de abastecimento de água e o Brasil 22 milhões de pessoas não têm acesso a uma água de boa qualidade; esgoto menos de 2% da população estão ligados a rede de coleta de esgoto, que é lançado “in natura” no Rio Madeira, 47% utilizam fossas sépticas, 20% fossas rudimentares e 5% lançam seus desejos em valas e rio e outros escoadouros; 80% da população é atendida pela coleta de lixo, ordem de 215 ton/dia e o destino final é a céu aberto na BR-364, km 10,5.

Quanto à economia, o Estado tem participação 0,6% no PIB nacional, e a população economicamente ativa (PEA) 150.302, sendo desocupada 24.746 e ocupada 125.586; o Brasil é um dos países que tem uma das mais altas taxas de concentração de renda do mundo, mostrando que 50% da população de 170 milhões de pessoas se encontram em situação de pobreza. O relatório do IBGE (PNAD, 2003) indica ainda que 65,2% dos trabalhadores brasileiros com mais de 10 anos, recebem até dois salários mínimos. E com relação ao IDH de Porto Velho 0,735 no ano 2000. Isto significa que sua colocação no ranking estadual está em 2º lugar (52 municípios), da região norte em 11º lugar (449 municípios) e a nível nacional 1498º lugar (5.507 municípios.)

A cidade Porto Velho surgiu com as instalações ferroviárias da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, que começou a ser construída em 1907, objetivando escoar os produtos da região para o oceano Atlântico. Um contingente populacional, tanto do território nacional quanto de origem estrangeira, se dirigiu para a construção de um dos maiores marcos da modernidade na Amazônia (OLIVEIRA, 2000).

A região foi povoada pelos ciclos econômicos que provocaram vários surtos migratórios, o primeiro deles foi a exploração de borracha e, posteriormente, o de cassiterita e de ouro, os quais resultaram num incremento a nível infra-estrutural e urbano. Mas foi a partir da década de 70 com a abertura da BR-364 e com os incentivos do governo federal sobre os projetos de colonização que, definitivamente, estabeleceu-

⁶ A Declaração do Milênio, ratificada no ano de 2000, foi aprovada pela Assembléia Geral das Nações Unidas, a fim de melhorar a vida das pessoas no século XXI, propondo oito objetivos como: reduzir para a metade a porcentagem de pessoas que vivem na pobreza extrema, fornecer água potável e educação a todos, conter a propagação do HIV/Aids e alcançar outros objetivos no domínio do desenvolvimento.

se uma economia local, como agropecuária e exploração de minerais (OLIVEIRA, 2000).

Mas, em decorrência da falta de planejamento sobre a ocupação e o uso da terra em Porto Velho, essa explosão populacional gerou uma série de consequências para os processos de urbanização da região. Os principais problemas enfrentados estão associados a questões de infra-estrutura (tratamento de água, rede de saneamento básico, rede de transportes, entre outros), bens e serviços oferecidos (hospitais, posto de saúde, escolas, creches, áreas de lazer e segurança pública), habitação (invasões de terras, falta de regularização do solo e construções em locais inapropriados), desigualdades sociais e altos índices de violência.

3 RESULTADOS

3.1 Os Discursos sobre Homicídio Conjugal

Caso I - Aparecida, 54 anos, vitimada pelo marido Mauro em 2000⁷

Jornal

Titulo da matéria: Lavrador mata mulher com cinco tiros

Vítima: Aparecida (47 anos)

Agressor: Mauro (54 anos)

Testemunha: Irmã da vítima (Socorro) e um sobrinho de 5 anos de idade

Local do crime: Sítio onde Mauro era caseiro

Motivo: Inconformado com a separação

Arma: Espingarda

O homicídio de Aparecida foi noticiado pelos jornais Alto do Madeira, Diário da Amazônia e O Estadão, em julho de 2000. Aparecida ao decidir se separar de Mauro, depois uma convivência turbulenta de 10 anos, saiu do sítio onde morava, na adjacência de Porto Velho, para residir com sua filha na cidade. Passados alguns dias, teria ido buscar seus pertences no sítio, sendo recebida aos tiros por Mauro, os quais a mataram. Uma irmã da vítima (Socorro) e seu sobrinho de cinco anos teriam presenciado o crime. Mauro após ver o que tinha feito tentou suicídio e desferiu contra o próprio corpo vários golpes de faca, dizendo que queria ser devorado pelos urubus.

Primeiro contato:

Fomos à procura de Clarice. Quando encontramos o número da casa, um senhor de uns 40 anos, magro e moreno indicou que ela morava nos fundos da vila, e que a entrada era no portão ao lado.

Quando localizamos o apartamento, me identifiquei, falo como cheguei até ali e peço sua colaboração com a pesquisa mediante a explicação do objetivo. Ela demonstra interesse em participar da pesquisa e aceita falar sobre o assunto em momento mais apropriado, visto que precisava dar banho e amamentar seu filho recém nascido. O seu apartamento media em torno de 20 m², tendo na entrada uma cozinha, uma sala, dois

⁷ Todos os nomes citados são fictícios.

quartos e um banheiro. Nos fundos é que ficava a lavanderia, utilizada por todos os moradores dos outros 3 (três) apartamentos.

Marcamos um próximo encontro que não pôde ser realizado, pois ela não estava em casa horário marcado. No dia seguinte, procuramos Clarice e insistimos em realizar ao menos uma parte da pesquisa considerando que sua filha mais velha estava em casa e que poderia cuidar de seu irmão de colo enquanto entrevistasse a mãe. Clarice concorda em falar sobre sua trajetória e de sua mãe.

Depois de muito desabafo, percebemos um esgotamento da conversa e a necessidade de falar um pouco sobre sua casa e seu filho recém nascido. Teci um comentário sobre a vasilha de frutas que estava em cima da mesa que ficava na cozinha, Clarice me ofereceu um suco e explicou que nunca falta fruta (acerola, caju e manga) e verdura. Visto que considerei o quanto era significativo a presença daquela fruta em sua casa dado o contexto de pobreza.

E investigando a possibilidade de encontrar José, a tia de Clarice (irmã de Aparecida que presenciou seu assassinato) e sua avó nos deparamos com a inviabilidade de encontrá-los. Clarice diz que José havia sido visto pela última vez na rodoviária de Ariquemes. Já Socorro, sua tia que presenciou o assassinato de Aparecida, diz não saber do novo endereço e nem o telefone dela. E quanto sua avó explica que mora em Jaru.

Notas de campo

Entrevistada

Nome: Clarice

Idade: 33 anos

Parentesco com a vítima/agressor: Filha de Aparecida assassinada por Mauro

Local da entrevista: Casa de Clarice

Número de encontros: 04

Ano da entrevista: 2004

Clarice tem 33 anos, é natural de Jaru, tem ensino médio completo, trabalha como secretária em um hospital de Porto Velho (sua renda varia entre R\$400,00 a R\$500,00), tem três filhos e é evangélica. A entrevista aconteceu em sua residência. Ela começou dizendo que morou até os doze anos num sítio localizado perto do município de Jaru e só mais tarde mudou-se com sua família para a cidade (Jaru). A mudança foi ocasionada pelos estudos dos filhos, visto que os pais de Clarice perceberam que no sítio “tinha só até a 4ª série, e depois não tinha mais como dar continuidade”. Por isso, seus pais compraram uma casa na cidade, neste ponto, lembra do zelo do seu pai para

com os filhos, dizendo que os estudos era a única coisa que podia deixar para os filhos e para poder encaminhá-los na vida.

No que diz respeito a seus pais, Clarice comenta que eles viveram dezesseis anos juntos e tiveram cinco filhos (sendo três mulheres e dois homens). Seu pai, Antonio, de 57 anos, nasceu em Jarú; sabe ler pouco, mas assina o nome e é evangélico. Antonio nasceu e foi criado no sítio, trabalhava no seringal e na roça com o pai dele; durante a adolescência casou-se aos dezenove anos e começou a cultivar sua “terrinha”, diz Clarice, e na idade adulta migrou para a cidade com os filhos, mas continuava trabalhando na lavoura.

Sua mãe Aparecida, falecida aos 42 anos, nasceu em Jarú, era analfabeta e também evangélica. Na infância, Aparecida ajudava sua mãe no serviço doméstico e logo se casou, aos 13 anos, com um sitiante vizinho (Antonio), grande parte da infância e adolescência cuidava da casa e dos filhos, só um pouco mais tarde, quando se mudou com o marido para a cidade, foi trabalhar numa madeireira.

Clarice explica que em Jarú começou a trabalhar muito cedo, numa fábrica de laminados, aos quinze anos de idade, trabalhava e estudava. Seu pai trabalhava no sítio, durante a semana, porque preferia trabalhar no ramo da lavoura, e nos fins de semana vinha para a cidade. Sua mãe trabalhava na mesma madeireira que ela. Seus irmãos, uns estudavam de manhã e outros à tarde; assim, revezavam-se no trabalho doméstico: quem estudava de manhã, a tarde fazia o jantar, e quem estudava de tarde, pela manhã fazia o almoço. Atualmente todos moram no interior do Estado, são no total cinco irmãos (dois homens e três mulheres). Os dois irmãos moram próximo de Machadinho e as outras duas, uma em Jarú e outra em Ji-Paraná, todos casados.

Clarice acha que seus pais viviam bem, porque seu pai nunca agrediu fisicamente sua mãe, nem a maltratou na frente dos filhos. Ela se lembra que “havia discussões normais como têm em qualquer casal”. Só não esperava que seus pais se separassem. Uma das possíveis causas que motivou a separação foi certo distanciamento entre eles, haja vista que se viam apenas nos finais de semana, após a mudança.

Pouco tempos depois de morarem na cidade seus pais se separaram, logo em seguida sua mãe começou outro relacionamento, vindo morar num sítio, em Porto Velho, com o Mauro José, que trabalhava como caseiro, e ela, Clarice também veio morar em Porto Velho, porque aos dezesseis anos engravidou dum relacionamento que não teria dado certo. Disse que “era muito nova e meu marido não prestava, era mulherengo”.

Ainda sobre a vida pessoal de Clarice, conta que teve duas uniões informais, e não considera como casamento esse tipo de união, porque para ela casamento tem que ser no religioso ou no civil. Na primeira união, que teve a duração de um ano, só teve uma filha, que hoje tem 15 anos. Clarice tem orgulho da filha, porque além de ajudar nas tarefas domésticas e cuidar do irmão de colo, agora sua filha está trabalhando no seu lugar no hospital. Clarice conta que fez acordo com a direção do hospital, de modo que receberia seu salário durante a licença maternidade e sua filha trabalharia em seu lugar temporariamente, também recebendo salário. Sua filha além de estudar de noite, congrega na igreja de sua mãe.

A segunda união durou 7 anos, e resultou em dois filhos, um menino de 2 anos e outro de 2 meses. Moram separados, e Clarice diz que é melhor assim, ele ajuda financeiramente na criação dos filhos (comprando mantimentos para a casa, remédios e dinheiro quando Clarice precisa), e nos finais de semana o menino mais velho vai para casa do pai.

Quando ela relata um pouco sobre o assassinato de sua mãe, percebe-se também uma carga emocional e conteúdo latente, ao se referir ao evento como “acontecido” ou “ocorrido”, mostrando seus sentimentos de luto, perda mal-elaborada, ou até mesmo uma mecanismos de defesa em forma de negação, proteção contra o assassinato de sua mãe, a exemplo da fala “foi uma *perca* muito grande e essa dor nunca vai passar, apenas aprendemos a conviver com sua ausência”. Desabafa ainda que “é difícil comemorar o dia das mães, porque a morte dela foi à véspera desse dia”, e não entende como isso pôde acontecer com uma “pessoa que eu tanto amava, que estava ali no dia-a-dia, que você saiu dali de manhã e a deixou dormindo, de repente chega uma notícia dessas, uma pessoa bem de saúde, disposta e recomeçar sua vida”.

Outra constatação importante é quando ela recorre à religiosidade para se confortar sobre a impunidade de Mauro, explicando que, pelo fato de ser evangélica, entrega tudo nas mãos de Deus, e crê que, se o agressor não pagar pelos crimes na justiça dos homens, com certeza ele não escapara da justiça divina; e espera que um dia ele possa se arrepender do que fez. Mas acredita também que se a justiça funcionasse, ele não teria sido inocentado do crime e pagaria a pena preso na cadeia. Também até pensou na possibilidade denunciar o caso em “Linha Direta” (programa investigativo da rede televisiva Globo), só não o fez porque acredita que não vai adiantar nada, acha que se ele ficar dois ou três dias presos vai ser muito e se ficar.

Sua mãe morreu aos 42 anos, após ter tido um relacionamento de 13 anos com Mauro de 54 anos, que era separado e teve um filho em Jarú. Foram tempos marcados por agressões físicas e psicológicas. Várias vezes ela chegou à casa de Clarice e da sua tia, irmã de Aparecida, toda marcada, roxa e maltrapilha. E, além desses episódios freqüentes de agressão física, houve também indícios de tortura e humilhação. Clarice ainda aponta “se ele fez todas essas barbaridades que soubemos, imagina aquela que nunca iremos saber”. A exemplo disso, relata que sua filha presenciou a surra de facão que Mauro deu em sua avó, também soube através de um sitiante vizinho dos maus tratos. Ele a deixava algumas vezes amarrada de castigo na porteira do sítio debaixo do sol “rachando de quente” por horas a fio e que também ateava fogo nas roupas dela, que havia comprado na cidade, porque tinha ciúme já que ela era mais nova e bonita.

Acredita que sua mãe sempre acabava retornando para ele devido a ameaças, ou por medo dele, porque ele sempre andava armado ou até porque gostava de mais. E mesmo tentando negar as violências de Mauro para sua filha, talvez porque temesse seu julgamento, esta sempre lhe deu conselhos e apoio, além de sua avó ter dito que o homem não prestava e que a história ia acabar “mal”.

Quando decidiu se separar era porque já não agüentava mais as violências, dizendo que não podia continuar morando lá, que tinha decidido se separar de vez. Por isso, sua mãe tinha vindo para cidade morar em sua casa. Só depois de um tempo ela iria retornar para pegar as coisas dela que tinham ficado lá. Quando decidiu fazê-lo foi porque Mauro havia ligado dizendo que ia embora para o Mato Grosso e que ela fosse buscar as coisas. Ela foi lá, e não voltou mais. Acredita que Mauro teria feito isso de caso pensado.

Sua mãe antes do crime até pediu da polícia que a acompanhasse até a casa do agressor, temendo alguma reação violenta de Mauro, conta que seu pedido foi negado, porque não havia viatura para isso. Enfim, Aparecida convidou sua irmã, que estava com um neto, na tentativa de se resguardar contra Mauro, mas mesmo assim não conseguiu evitar o pior. Chegando lá, enquanto o motorista fazia a volta para estacionar o carro, sua tia e o neto ficaram do lado de fora da casa esperando enquanto sua mãe arrumava suas coisas. Pouco tempo depois Aparecida saiu correndo de dentro da casa e se atirou nos braços de sua irmã devido à ameaça de morte feita por Mauro. Quando ele passou a ameaçar tirar a vida das duas, ela se soltou e levou três disparos de espingarda, na presença de uma criança de cinco anos. Clarice conta que ele ficou foragido da

justiça por 72 horas, e que depois apareceu com um advogado, alegando legítima defesa. Não houve audiência e ele está solto.

Sobre o recebimento da notícia, Clarice conta que foi difícil e doloso, porque, num primeiro momento, lhe disseram que sua mãe estava muito ferida e teria ido para um hospital; depois, quando foi até a delegacia, lhe disseram que houvera um crime e não sabiam informar se teria sido masculino ou feminino e nem se o “corpo” estaria no hospital ou no sítio. Só ficou sabendo que sua mãe estava morta no local do crime, quando ligou para sua casa e sua filha em “prantos” lhe disse que um homem da funerária estava lá na casa dizendo que o “ocorrido” teria sido por volta do meio dia.

Aponta também que se sentiu muito maltratada e mal recebida pelas instituições que entrou em contato. Um exemplo disso foi que as pessoas foram muito “grossas” em dar-lhe uma informação sobre o homicídio na Delegacia, o corpo de sua mãe chegou ao Instituto Médico Legal depois de terem se passado oito horas desde o assassinato. Mesmo assim, a perícia não foi feita de imediato, porque não havia médico legista nem à noite e nem nos finais de semana. Quando ela pediu para ver sua mãe, lhe disseram que não se responsabilizavam caso ela passasse mal, porque não teriam nenhum copo d’água para oferecer. Não se descarta a hipótese de que o que ela indica como sendo “frieza” e “descaso” das pessoas que trabalham nessas instituições deve-se, em grande parte, a um mecanismo de defesa delas para lidar com as diversas situações de violência.

E sobre o que ela Clarice sentiria caso encontrasse Mauro, explica que antes sentia muito ódio, mas hoje tem uma espécie de raiva, porque sua mãe não merecia ter morrido daquele jeito, e não teria como sentir carinho por uma pessoa que fez isso com sua mãe. Disse ainda que “ela era uma pessoa batalhadora, bastante prestativa, e que não merecia a maneira e a brutalidade que ele fez”.

Caso II - Pedro, 33 anos, vitimado por Rosalvo, “amante” de Fátima, em 2001

Jornal

Titulo da matéria: Ricardão mata outro disputando a amante

Vítima: Pedro (33 anos)

Agressor: Rosalvo (30 anos)

Testemunha: Fátima (43 anos, esposa de Pedro)

Local do crime: Residência de Fátima

Motivo: Disputa amorosa

Arma: Terçado

O homicídio de Pedro foi noticiado pelo jornal Diário da Amazônia em novembro de 2001. Na madrugada de domingo, terminou um triângulo amoroso quando o amante Rosalvo, ao procurar Luana em sua residência, que estava com um segundo amante, chegou com um terçado na intenção de acabar com a vida do rival. Diz ainda que Fátima ao tentar evitar a violência acabou sendo ferida. O agressor estava sendo procurado pela Justiça para ser responsabilizado pelo crime.

Primeiro contato

Fomos à busca do endereço onde ocorreu o assassinato de Pedro. A rua parecia um beco, mas as tabuletas (algumas feitas pelos moradores) distinguem becos de ruas. O que se notava na rua e no beco era a presença de crianças. Avançando na rua tão estreita quanto um beco, chegamos ao número procurado.

Encontramos Fátima, uma das protagonistas da história. Falamos da pesquisa sobre violência contra a mulher e que soubemos do caso dela pesquisando artigos de jornal, ao mesmo tempo em que lhe mostramos o artigo referente a ela. Perguntamos também se ela concordava em participar da pesquisa. Em seguida, marcamos o próximo encontro, conciliando o tempo dela e o nosso. Agendamos para o sábado. Anotamos o número do seu telefone para confirmação. Chama atenção o fato de ela morar em um quarto de alvenaria que é colado a uma casa de madeira. O quarto é pequeno, 6 m².

Mora no atual endereço há oito anos. Nele tem uma cama de casal e muitas bonecas e bichos de pelúcia pelas paredes, junto com uma foto de jogadores do Flamengo. Ao lado da cabeceira da cama tem uma pequena estante com objetos decorativos e outra prateleira, também pequena, distante da cama uns 80 cm. Essa última prateleira abriga suas roupas e faz uma divisória no cômodo onde, do outro lado fica uma cômoda com espelho na parede e sobre ela vemos esmaltes para unhas e outros cosméticos de marcas populares. Tem também um banco que serve de apoio ao telefone, e ao lado fica um fogão, que a primeira vista não parece ter uso: sua tampa permanece fechada e fica coberta por uma toalha decorativa. Há uma mesa e uma cadeira (ambas de tamanho infantil), ao lado da geladeira, onde sobre a mesa ela guarda as latas de mantimentos e as poucas louças que ela tem. Aparentemente não haveria como cozinhar ali naquele cômodo, entretanto Fátima diz que prepara seus próprios alimentos. Ao pé da cama fica a geladeira com aparência nova, bem cuidada. Em cima da geladeira tem uma árvore de natal de plástico branco e outros objetos decorativos de baixo valor monetário. Na porta da geladeira tem adesivos de “oração do lar”, outro que

diz: “os olhos de Deus estão em todo lugar”, e outros similares, além de outros pequenos enfeites. Perguntei para que serviam as duas sacolas cheias de latas de cerveja e de refrigerantes, vazias, e ela disse que era para vender.

Não foi possível o próximo encontro programado, de modo que agendamos para outro dia. Fátima nos recebe em seu quarto e começamos a conversa a partir da narrativa de jornal visando compreender a história.

Fátima começou por esclarecer que Luana é sua filha e não teve nada a ver com a história. Era ela que tinha sido mulher de Rosalvo e Pedro. Peço que ela me fale de seus casamentos. Ela diz que morou junto com Rosalvo por doze anos, que tiveram um filho, hoje com 7 anos, que mora com a avó paterna. Diz que se conheceram no Banho do Rio Candeias, para onde ela foi com a irmã. No ônibus de volta ela “estava com frio e ele lhe ofereceu a camisa” (diz ela ainda com emoção), daí tiveram um caso, acrescenta. Disse também que tem onze filhos e que o mais velho tem 26 anos. Nesse ponto peço sua concordância para gravar a conversa.

Ela discorre sobre sua vida até certo esgotamento da conversa. Desligo o gravador e passamos ao levantamento de sua rede social pessoal, trajetória de migração e dados sociológicos dos ascendentes. Seu pai nasceu em Humaitá/AM, faleceu aos 56 anos de idade, cursou o ensino fundamental, trabalhou como barqueiro, na roça e foi empregado de fazenda, quanto à religião era católico. E a sua mãe é natural da extinta Cachoeira de Samuel, tem 65 anos de idade, nunca estudou, trabalhou na roça, foi zeladora, é católica e teve uns vinte filhos. Diz que a família tinha um “negócio de barco” e com as viagens constantes os filhos não estudavam.

Notas de campo

Entrevistada

Nome: Fátima

Idade: 49 anos

Parentesco com a vítima/agressor: Esposa de Pedro, que foi assinado pelo ex-marido, Rosalvo

Local da entrevista: Quarto de Fátima

Número de encontros: 06

Ano da entrevista: 2004

Fátima se intitula como uma mulher sofredora desde “muito nova”. Trabalha como diarista segunda, quarta e sexta-feira. Não tem carteira assinada e ganha 130 reais. Ela nasceu na extinta Cachoeira de Samuel, que foi inundada para geração de energia.

Tem 49 anos de idade, estudou até a 3ª série do Ensino Fundamental e de católica passou a evangélica da Igreja Universal do Reino de Deus, depois do homicídio.

Fátima teve ao todo dezesseis filhos, dos quais cinco morreram, segundo ela, de desnutrição e desidratação, não tinham recursos e ela não sabia como cuidar dos filhos. Dos filhos que sobreviveram, três são mulheres e oito são homens. Conta ainda que a preferência dela e do marido e era ter filho homens, o que atualiza a questão da perpetuação da família através do varão.

Retoma a vida na infância e diz que seus pais brigavam muito. Que um dos motivos das brigas era a suspeita que seu pai tinha a respeito de ela não ser filha dele. Diz que aos 5 anos de idade, sua mãe a entregou para uma família com a qual ficou dos 5 aos 6 anos de idade. Disse que era muito maltratada pela mulher que a adotou, que lhe dava puxões de orelha e de cabelo, batia na cara, de palmatória de chicote de boi (mostra cicatriz nas costas) e que ficou estudando pouco tempo porque ficou “desgostosa” da escola com medo de contar os maus-tratos para a professora.

Disse que um dia ouviu uma discussão entre o casal com quem ela residia, na qual o homem dizia para a mulher que parasse de bater tanto nela e se não a quisesse que a entregasse para o pai e a mãe. Ela disse que naquele momento sentiu um “baque” no coração e a pergunta repentina e angustiada, então, “quem são meus pais?”. Disse que fugiu da casa e ficou com os vizinhos, que lhe disseram de um senhor que era seu tio. Logo que foi possível ele a trouxe para São Carlos⁸, onde ela voltou a morar com os pais, que já tinham seis filhos. Diz que sofria nas mãos dos pais, que sentia que eles não gostavam dela. Viu os irmãos, que a estranharam, mas começaram a brincar e sempre o assunto surgia, a Eliane (uma das irmãs) dizia, eu não te conheço, “tu não é daqui” (sic), mas diz que fizeram amizade.

Entretanto, até hoje, ela e a mãe são distantes, ela diz que se morrer, para a mãe é que nem cachorro. Do pai ela também apanhava por ser danada, por brigar e por fazer o que não devia. Trabalhava “desconforme”: capinar roça, plantar melancia, colher, torrar farinha, carregar paneiro (fardo de produto).

Começou a sua vida sexual com um garimpeiro quando tinha 10 anos de idade. Foi para o garimpo com amigas da mesma idade, três meninas que conheceu na beira do rio. Foram de carona com dois garimpeiros em uma voadeira⁹ para um flutuante (balsa) em Teotônio e de lá passou a circular em outros garimpos. No garimpo, além de se

⁸ São Carlos é um distrito do município de Porto Velho, situado a margem direita do Rio Madeira.

⁹ Transporte fluvial de pequeno porte.

prostituir, ajudava a cozinheira da balsa no trabalho de fazer comida e lavar roupas. Pelo sexo, o garimpeiro pagava o quanto queria. As mulheres brigavam muito entre si. Diz que gostou de um garimpeiro, que foi assassinado no garimpo.

Aos 11 anos, voltando a São Carlos, conheceu José que tinha 19 anos. Engravidou e a mãe ficou sabendo quando já estava com 2 meses. Foi para a casa do vizinho porque a mãe queria matá-la, tendo mesmo pego a espingarda para efetivar o ato. José chegou da pescaria e no comércio ficou sabendo da situação dela e foi falar com seus pais. Perguntei se ela amava José e ela disse que não, que nesse período de 2 meses de gravidez conheceu outro rapaz por quem se apaixonou, mas ele morreu afogado ainda antes de o bebê nascer. Da conversa com os pais, José a levou para a casa da mãe dele em Itacua¹⁰. Perto de ter o bebê ficou sabendo que ele tinha outra mulher em seu trajeto de pesca. Aborrecida, voltou para a casa da mãe em São Carlos. Diz que teve que sair da casa da mãe antes de terminar o resguardo, acentua com a voz emocionada. “Faltava um dia para completar os trinta dias do resguardo”, disse ela ofendida. Na ocasião a mãe teria dito: “o caminho do feio é por onde veio”.

Pedi passagem para o dono de um barco e veio com o filho para trabalhar em Porto Velho. Foi morar na estância da Dona Joana, na Liberdade, onde amigas suas já moravam. Trabalhava de garçoneiro à noite e de faxineira durante o dia. Dona Joana cuidava da criança para ela.

Depois de três meses em Porto Velho ele a encontrou e voltaram para Itacua, onde ele fez uma casa e foram plantar roça e cuidar da criação de pequenos animais. Aponta que enchente acabou com tudo.

Vieram para Porto Velho e foram morar em uma estância. Ele foi trabalhar como carregador no carro da Coca-Cola e ela ficou em casa, cuidando dos filhos. Diz que estavam bem, até que ele arrumou mulher no trabalho e passou a sovinar as coisas em casa. Então, ela saiu para trabalhar de faxineira. Uma mulher arranhou trabalho para ela em uma firma de limpeza onde ficou por dois anos.

Quanto à vida com José voltou a ser de brigas; diz que se batiam, puxavam a faca um para o outro e os vizinhos chamavam a polícia. Diz que continuava com ele porque pensava que ele poderia ajudá-la economicamente. Mas, ao mesmo, sofria porque José sempre dizia que não iria dar um teto para seus filhos, e no fundo ela dizia “tenho fé em Deus que vou montar a casa dos meus filhos” (sic).

¹⁰ Itacua é um distrito do município de Porto Velho, situado à margem direita do Rio Madeira.

Fátima explica “foi um sofrimento horrível” porque tinha que deixar seus filhos pequenos em casa, que eram “em carreirinha” e o mais velho tinha 9 anos, para poder trabalhar. Como tinha medo que eles se queimassem, recomendava que a vizinha os olhasse. Lembra ainda que tinha uma que até vendia “dindim”.

Em busca de uma solução econômica, ela diz que o dono do correio do bairro São Sebastião deu a ela a ideia de por um comércio em frente ao correio. Ela disse que passou a vender salgadinhos e outros produtos, e o comércio estava até direitinho, tinha umas coisinhas. Tempo em que ele perdeu o emprego por causa de faltas e de bebida, tendo vendido o comércio sem que ela soubesse. Acrescenta que ainda tinha que terminar de pagar a geladeira que o comprador do bar queria ficar. Disse que foi para a justiça e ficou com a geladeira. Diz que o dinheiro da venda do bar ele gastou, além de ter vendido o bar por mixaria.

Vieram morar no Cai N’Água, no atual endereço. A área era “só mato”. O “barraco” que comprou era de madeira já apodrecendo. Não tinha água, nem luz e contava com apenas dois quartos e uma sala. Diz que dividiu a sala para fazer a cozinha e um quarto ficou para ela e o outro para as crianças.

De noite cortava e fritava banana para que o filho mais velho e o marido vendessem. O acerto com o marido era ela ganhar a metade do lucro, mais ele gastava tudo no “brega” (barzinho) do Cai N’Água, com mulher e bebida.

Brigavam de se matar, diz ela. Os vizinhos chamavam a polícia. Na última briga, ela diz que o furou com uma faca. Teve até uma vez que ele disse que queria matá-la e que as coisas eram dele; chegou a incendiar a casa com a família toda dentro. Que perderam tudo, mas que Deus tinha sido “grande” porque ajudou ela conseguir fogão, botija e tudo que tinha sido destruído.

Nessa época se separaram e José foi morar em Aliança, onde trabalha por empreita. Não foi atrás de pensão porque sabia que ele não tinha nada para dar, só bebia. Diz que havia tomado uma decisão para a vida dela, ficou dois meses sozinha criando todos os seus filhos.

Seu relato nos fez perceber a extrema dinâmica dos relacionamentos marcados por temporalidades muito próprias, o que nos permite, de certo modo, desmistificar e relativizar a pobreza como lugar de promiscuidade. Quando Fátima fala que deixou o marido que lhe batia e foi cuidar dos filhos, acrescenta que passou, por exemplo, dois meses sem homem, foi cuidar da vida, sentença. De modo que as éticas dos relacionamentos vão se instituindo em apoio a essas temporalidades dinâmicas. Diz ela

própria que bebia e fumava muito, gosta de “bagunçar” e era muito violenta e não tinha Deus em sua vida antes de entrar para a igreja Universal.

Depois que começou a sair com a sua irmã, conheceu o pai do Elias no Banho do Rio Candeias, mais ou menos em 1992. Passado dois meses ela o trouxe em casa e passaram a viver junto com os filhos que ela teve com José. Como a casa era velha e de madeira Rosalvo ajudou Fátima a reconstruir; além de fazerem um quarto encostado na casa. Conta que ele nunca maltratou seus filhos e nem se aproveitou de suas filhas, mas que tinham muitas brigas e separações.

Numa dessas separações conheceu Pedro e foi morar na casa dele. Sofreu também, porque apesar dele ter se separado, a mulher vivia tentando retomar o relacionamento e brigava com Fátima. Conta que como ele gostava de beber, um dia, quase a matou com uma faca, mas ela escapou por sorte. Terminou o relacionamento, mas ele passou a persegui-la, não queria que ela fosse para igreja sozinha, mas Fátima dizia que queria um pouco de paz na vida dela. Acrescenta que era comum ele arrombar sua porta e que quando a procurava bêbado, agredia-a, porque não queria nada com ele. Nessa época voltou com Rosalvo, mas não adiantou, porque Pedro a procurou no seu trabalho avisando que não era para ficar mais com Rosalvo, chegando até “dar um murro” na cara dela e do Pedro, só que não imaginava que pudesse acontecer uma tragédia dessas.

Na noite do crime, Pedro mais uma vez procurou por Fátima, mas como ela disse “vai embora que meu marido esta aqui” mesmo assim ele arrombou a porta e veio com um terçado¹¹ pra cima do Rosalvo. Eles ainda lutaram por um tempo e Fátima tentou separá-los, mas foi jogada. A certa altura Rosalvo conseguiu tomar o terçado e desferiu o golpe mortal contra Pedro.

Rosalvo foi condenado por 12 anos, mas teria cumprido pena de dois anos e meio, no presídio Urso Branco, e estaria em liberdade, explicando que ele apenas assina um papel na polícia e chega numa hora determinada em casa. Está morando com a mãe dele, trabalha, e Fátima o liberou para procurar outras mulheres e que não autoriza que ele leve o filho deles, dizendo que ela ainda está viva. Lembra que Rosalvo disse ter se arrependido e que não deveria ter escutado seus “amigos”, que diziam “se eu fosse tu eu já tinha matado aquele homem”.

¹¹ Instrumento cortante, utilizado na lavoura agrícola mais conhecido como facão.

Fátima revela que a Justiça a proibiu de se mudar do estado por dois anos, e que se desejasse fazer alguma viagem teria que pedir autorização. Curiosa com tal relato, perguntei qual o motivo de tal obrigação, nos respondendo que a análise da perícia na arma do crime identificou as impressões digitais tanto dela quanto de Rosalvo. E que mesmo Rosalvo confessando que a culpa era só dele a polícia utilizou-se da força física para que ele confessasse o que a perícia encontrou. O que nos fez compreender como tortura física por meio do órgão que supostamente deveria coibi-la. Acrescentando ainda que ela tinha mesmo pego no terçado, mas foi depois que o crime aconteceu.

Fazendo um balanço dos seus relacionamentos, diz que “todos os caras que tive em minha vida me dava muito macho¹²”, mas que na realidade ela nunca traiu e sim que sempre trabalhou muito. Acredita que o homem é quem mais trai, porque imagina que eles enjoam das mulheres deles e que pensam: “a mulher da rua é mais legal”. Fátima sentenciar também que não quer mais ninguém em sua vida, porque se for num “brega” teme ser contaminada pela AIDS e até lhe ofereceram cem reais, mas que não faz nem de camisinha e que prefere sofrer junto dos seus filhos a padecer com um homem. E, mesmo às vezes, pensando em fazer “besteira”, não consegue mais “olhar” para seu corpo; o que ajuda a superar todo seu sofrimento é lembrar de Deus.

Fala ainda que se sente culpada pelo que aconteceu e que não deveria ter ido atrás da cabeça dos outros, que deveria ter ficado na dela; mas anuncia que naquele tempo o Pedro lhe iludiu muito, dizendo que iria ajudá-la, que ele era um homem bom, precisava de carinho, que eu nunca tive carinho na minha vida.

Entrevistada

Nome: Filha da Fátima

Idade: 30 anos

Parentesco com a vítima/agressor: Enteada de Pedro

Local da entrevista: Casa de Fátima

Número de encontro: 01

Ano da entrevista: 2004

Em uma oportunidade conversei com a filha de Fátima, e pergunto-lhe sobre o crime e ela diz que não estava em casa na ocasião. Pergunto sobre Pedro, o que foi assassinado, e ela diz que parece que era boa pessoa porque pelo menos não batia em sua mãe e até lhe ajudava; ao contrário de Rosalvo, que era muito violento, batia muito em sua mãe, tendo mesmo feito-lhe um furo nas costas com uma faca. Pergunto se o seu

¹² Expressão utilizada como sinônimo de traição.

pai batia em sua mãe, ela diz que era ao contrário, a mãe batia no pai (José) e apanhava de Rosalvo.

Acentua as brigas, diz que os vizinhos chamavam a polícia e a vida voltou a ser o inferno que era antes, no tempo em que sua mãe vivia com seu pai. Pergunto-lhe como vivia essa situação na infância e ela respondeu: “eu acho que do jeito que vive toda criança: assustada, envergonhada e com medo”. Tinha vergonha da briga dos pais e da presença da polícia, pois quando saía seus colegas e demais pessoas comentavam o fato.

Pergunto-lhe o que pensa sobre a sua mãe, ela diz que talvez o comportamento de sua mãe se explique por ela não ter tido infância e queria recuperar o tempo depois da separação de seu pai. Faz referência às bonecas e bichos de pelúcia que ornamentam o quarto de sua mãe. Diz que gostaria de ter tido outro tipo de mãe, que cuidasse dos filhos. Acredita que talvez isso se deva a história de sua mãe com a sua avó materna. Entretanto, diz que sabe pouco sobre a vida de sua mãe. Desconhece sua passagem pelos garimpos e a história familiar.

Pergunto como é a relação entre ela e seus irmãos, ela diz que é boa, que eles vão bem na escola, ajudam em casa com o dinheiro, e com alimentos que, às vezes, eles ganham, quando as caixas em que são guardados estão quebradas, então eles trazem tomates ou outros produtos. Ela parece ser muito calma, diz que seus irmãos não dão preocupação, não usam drogas e não há violência entre eles.

Seus familiares maternos e paternos moram em distritos de Porto Velho, situados as margens do Rio Madeira, em São Carlos (linha materna) e Itacuã (linha paterna). Apenas a avó materna reside em Porto Velho. Mesmo assim, embora morando próximo ao porto, de onde partem várias embarcações diariamente, eles nunca vão visitar os parentes e nem são visitados por eles. O pai eles veem pouco. Quando ele vem para a cidade, gasta todo o dinheiro com bebidas, cai no chão, e as pessoas avisam para os seus irmãos e então levam o pai até a casa, e logo que ele se recupera vai embora. Não contribui com as despesas. Ela disse que seu pai é alcoólatra e que não contam com ele para nada. Tampouco existem trocas de produtos ou de ajuda entre eles. Esperávamos que eles recebessem produtos tais como arroz, farinha, abóbora, melancia; produtos que são abundantes na área ribeirinha.

Caso III - Tânia, 30 anos, vitimada pelo marido Reinaldo em 2000

Jornal

Titulo da matéria: Tragédia em família morreu porque não quis o ex-marido

Vítima: Tânia (30 anos)

Agressor: Reinaldo (49 anos)

Testemunha: Filho mais velho do casal

Local do crime: Residência de Tânia

Motivo: ciúme e inconformado por ter sido rejeitado

Arma: Revólver

As notícias sobre o homicídio de Tânia, funcionária federal, foram veiculadas nos meios de comunicação impressa o Alto do Madeira e O Estadão durante três meses. Após várias tentativas de reconciliação, Reinaldo, funcionário do estado, decidiu matar Tereza. O filho presenciou a morte da mãe. Seu pai, ao ir à casa de sua ex-mulher, pediu ao filho que a chamasse disparou tiros de revólver contra ela friamente, que morreu instantaneamente. Parentes e amigos da vítima realizam um manifesto de protesto contra o crime e pelo relaxamento da prisão do assassino. Tereza conta que sua irmã Nilda preferia sofrer calada a denunciá-lo a Polícia Civil, para evitar escândalos. No tribunal do júri, Reinaldo pegou 30 anos de prisão e um dos fortes argumentos foi que o assassinato da ex-mulher por vingança foi porque ela pretendia ajuizar ação de alimentos contra o ex-marido.

Primeiro contato

Fomos à procura do endereço a partir da notícia de jornal, mas tivemos muita dificuldade em encontrá-lo; posto que só depois de perguntar para algumas pessoas que moram a mais tempo na cidade descobrimos que o nome da rua que procurávamos era na verdade o nome da rua do conjunto habitacional.

Outro problema foi que ao identificarmos o número da casa que constava no jornal, também não era. Então, a dona da casa nos disse que ia perguntar para uma vizinha que morava a mais tempo naquele conjunto. E mediante esclarecimentos sobre o caso que estávamos procurando ela nos informou que a casa era mais no começo da rua.

No portão da casa indicada encontramos Tereza, que me recebeu muito bem e logo me convidou pra entrar. Assim que expliquei sobre a pesquisa ela nos mostrou recortes de jornais que ela guarda. Atualmente somente a mãe dela é viva, posto que seu

pai faleceu dois anos após a morte de Tânia, segundo ela, de depressão. Além delas, mora outra irmã com dois filhos. Somente Tereza concordou em falar.

Notas de campo

Entrevistada

Nome: Tereza

Idade: 40 anos

Parentesco com a vítima/agressor: Irmã de Tania assassinada por Reinaldo

Local da entrevista: Casa mãe de Tânia

Número de encontros: 04

Ano da entrevista: 2004

Entrevistamos Tereza que nos contou sobre o assassinato de sua irmã Tânia pelo marido Reinaldo. Sua irmã tinha o relacionamento há 17 anos, resultando em 02 filhos, uma garota de 12 anos e um rapaz de 16, idades à época em que ela faleceu. A família resume que essa tragédia a desestruturou, visto que dois anos após a morte de Tânia o pai dela ficou depressivo e muito doente, chegando a ir a óbito. E que todo mundo acompanhou as dificuldades que Tânia e Reinaldo tiveram, a ponto dela, em quase todas as brigas, recorrer à casa dos pais. Teve até uma vez que a família decidiu mandá-la para outro Estado, onde mora uma irmã, que atualmente está com a tutela dos sobrinhos.

Na época em que Tânia foi assassinada, eles já estavam separados à 01 ano e 04 meses, e quando eles se encontravam era para discutir a situação financeira da casa e dos filhos. Por opção, eles preferiram ficar com a mãe, mas ela estava cheia de dívidas e não estava conseguindo pagar o colégio dos filhos e dar o mesmo padrão de vida que dava quando eles eram casados. Por isso, discutiam muito; a única assistência que ele dava era um “rancho” de vez quando.

Nessas discussões Reinaldo sempre ameaçava Tânia dizendo que se “ela o colocasse na justiça para pedir pensão pros filhos ele a matava”. Segundo Tereza, ele armou uma emboscada para matar Nilda, porque esta última comentou com um “amigo” comum entre os dois (o casal), “que entraria na justiça contra o Reinaldo, já que ele não queria dar pensão pros filhos”. Quando o Reinaldo ficou sabendo, começou a beber muito e prometeu que ia matar e a sua ex-mulher. Aproveitou a oportunidade de entregar o filho mais velho, que tinha passado o final de semana com ele e, para entregá-lo a mãe, enquanto o rapaz tirou a mochila do carro e entrou em casa falando que o pai queria falar com ela lá fora; quando Tânia não quis mais discutir com ele, assim que ela se virou, ele pegou um revólver e disparou cinco tiros contra ela, sem direito à defesa.

Tereza reconhece que talvez o problema fosse a ingenuidade de Tânia em nunca ter acreditado que Reinaldo pudesse chegar ao ponto de matá-la, visto que aconteceram tantas coisas, que ele sempre prometia e nunca concretizava; ela poderia ter evitado essa tragédia se tivesse conversado com outras pessoas “psicologicamente experientes” e com conhecimento de causa sobre a capacidade moral, psicológica e interna do agressor que passou uma vida inteira prometendo tirar a vida dela, que um dia poderia cumprir. A família de Tânia espera que sua morte sirva de exemplo pra outras mulheres que passam por situações similares, ao passo que suscite questionamentos como: quais são as armadilhas que o amor pode nos enredar, mas até que ponto é amor? Que amor é esse, que mata, maltrata, tira a vida? Será que existe mesmo uma forma de amor mórbida? Quem faz isso é porque teve seu momento de loucura? Ou será que esse sentimento de posse escapa do controle da pessoa, que mesmo após a separação, sabe que a pessoa não será mais dela, mas também não vai ser mais de ninguém? E o único alerta que Tereza faz é que, nesses casos, a mulher coloque acima de tudo o medo e procure ajuda da família e dos amigos, para desabafar e buscar auxílio.

Apesar das brigas, surras, ameaças eles sempre acabavam retornando o relacionamento. Mas o que mais impressiona nesse caso é a intensidade e a frequência com que as brigas ocorriam durante dez anos de casamento. A mulher, por ser sustentada pelo marido, não tinha emprego e só se dedicava aos filhos e marido e, depois que ela arrumou um emprego, passou a não aceitar aquela violência que outrora se submetia; quatro anos mais tarde, após a conquista do emprego, pediu a separação.

Eles também têm muito claro que ela já devia ter tomado essa decisão “séria”, de se separar a mais tempo, porque foram muitas as brigas “homéricas”, como chama Tereza. O Reinaldo era mal educado, grosseiro, de família do interior do Paraná, com mistura de índio e antes de se casar com Tânia tinha duas filhas, do primeiro casamento, “que também soubemos que ela sofreu na mão dele”, segundo Tereza, mas prestou depoimento a favor dele. Na verdade, a família aturava o Reinaldo por causa de Tânia, mas nunca concordaram com essa relação. Ele tinha um porte parecido com o ator Antonio Fagundes, tinha fama de mulherengo e gostava de sair para as “farras” com os amigos, para pescar e beber e era muito ciumento. Nas brigas ele parecia um “louco” chegou a dar tiro pro alto, quebrar as coisas dentro de casa (fogão, televisão, carro), sair batendo com um pau em tudo, rasgar as compras do mês, prometia matar a filha, desconfiado de traição, ter quebrado um dente de Tânia com uma coronhada de revólver, e as ameaças “um dia eu te mato”. Nessas situações, Tânia juntamente com os

filhos se refugiava na casa dos pais, mas sempre no dia seguinte ele voltava “lindo, maravilhoso, todo bem tratado e mansinho e voltavam às boas”.

O primeiro lance que Reinaldo demonstrou a personalidade dele foi logo que se juntaram, e foram morar em um apartamento. Começaram a discutir qualquer coisa e depois ele furou a geladeira com o garfo de fritar bife, com o seguinte dizer: “eu te mato”. E com medo de morrer, Tânia tentou escapar de casa, mas ele tinha escondido as chaves, aí ela teve a ideia de escrever um bilhete dizendo que queria uma escada para sair pela janela, já que marido queria matá-la. E ia jogá-lo pela janela quando tivesse passando alguém. Para sua sorte, foi um vigia, que ao ler o bilhete imediatamente acionou a polícia, que conseguiram uma escada com o corpo de bombeiros. E dessa vez, ele também quebrou o nariz dela. A atitude que a família tomou foi de mandar Tânia para outro Estado, mas eles acabaram voltando, de tanto que ele a perturbava.

Por isso, Tereza e sua família tentam resgatar quais os acontecimentos e situações que poderiam ter contribuído para que se chegasse a esse ponto e quais as intervenções que a família poderia ter tomado para evitar esse desastre.

Três pontos de suma importância que Tereza resume sobre a história de sua irmã que podem ter provocado a morte dela, já que a desculpa porque ela ia colocar ele na justiça foi apenas a gota d’água. Então, Tereza levanta as hipóteses de uma difícil situação financeira (explicitada anteriormente), ou o trabalho dela, ou questão de ciúme.

Durante 10 anos de relacionamento Tânia era dona-de-casa, depois disso, ela conseguiu um emprego através de um concurso público, na Polícia Rodoviária Federal. Eles viviam no auge, mas quando ela atingiu o mesmo patamar dele, não se mostrando mais submissa, alguma coisa mexeu no “EU” do Reinaldo, tipo ele se sentiu inferiorizado.

A situação começou a complicar quando ela passou no concurso da P.R.F. e foi promovida a Assessora de Comunicação. Tânia era muito inteligente, diz Tereza. E achava também que Reinaldo sentia ciúme dela, porque ela trabalhava com muitos homens. E todas essas situações podem ter contribuído como: quando a patrulha (referindo-se aos homens da P.R.F) vinha deixar ela em casa, por causa dos plantões; o fato dela se sobressair no trabalho e com a promoção passou a viajar para o interior, promovendo as inaugurações da polícia rodoviária; chegou até sair candidata a deputada, já que os colegas a incentivaram e chamavam “Patrulheira da Esperança”.

Quando se separam, Tânia começou a trabalhar de noite, num “lanchinho” que ficava na esquina da casa dela, vendendo churrasquinho para ajudar na renda familiar.

Ela fez um acordo com a dona do estabelecimento que só abria de dia, por causa do colégio, para tocar o negócio à noite, passando uma parte dos lucros para ela. Vinham conhecidos, amigos da família e colegas de trabalho.

Sobre a vida íntima de Tânia, a família havia descoberto há uns três ou quatro meses antes dela morrer, que ela estava vivendo outra situação de relacionamento. Transmitindo sem esconder seu direito a felicidade e tocando a vida dela pra frente. Que fazia plano de ir embora de Porto Velho, juntamente com seus filhos e essa pessoa da Polícia Rodoviária. E a família entendia que ela estava partindo para outra vida, mas não conseguia se desligar do ex-marido.

Quando ela foi assinada, o ex-marido ficou foragido por dois dias, só depois a família ficou sabendo que ele se escondeu no sítio de um desembargador. Eles ficaram preocupados porque toda a polícia rodoviária foi acionada e que estavam à procura do assassino.

Para mostrar inocência, Reinaldo apresentou-se na delegacia junto com um “advogado famoso e conhecido por causas que todo mundo considerava impossíveis por condenação”, diz Tereza, e que “se não fosse pela ajuda de amigos, da imprensa, da mídia e outros dando apoio daqui e dali, ela não teria tanta certeza se ele teria sido condenado esses 15 anos”. Ele alegou que foi por causa da traição de sua mulher.

A família, inconformada com a “cara de pau” de Reinaldo, conseguiu instaurar um inquérito para investigarem o caso. Já que perceberam que Reinaldo, mesmo ganhando em média R\$ 10.000,00, como Auditor Fiscal da Fazenda do Estado, começou a vender os bens que tinha na época, para pagar advogado vendeu carro, barco, casa, terrenos e um sítio.

Tereza admite que ela foi a principal batalhadora para que a justiça fosse cumprida; acha que é por causa de sua profissão, jornalista. Diz também que a família sofria a cada acontecimento, e que, além de noticiar a tragédia em rede televisiva e em jornais, ela também organizou uma manifestação, em frente do colégio Dom Bosco, no Dia da Mulher, aclamando por justiça; e também conseguiu através de amigos colocar um *outdoor* na Av. Sete de Setembro, em Porto Velho, com os seguinte dizeres: “Um ano de morte de Tânia e o assassino sem nenhuma condenação”. Tereza guardou todos os jornais e fez questão de nos mostrá-los, eram os mesmos jornais que tínhamos pesquisado.

Outro relato importante diz respeito ao reconhecimento do assassino que a sua condenação se deveu a luta da família e o fato da Tereza ser jornalista, dizendo no dia

do julgamento que a principal causadora por ele estar ali era Tereza e que tinha deixado-o que nem um cão sem dono. Ele foi condenado pelo crime, mas Tereza soube que ele está solto devido às leis em nosso país. Mesmo com toda a racionalização de Tereza, no fundo ela não sabe explicar como um homem desses havia entrado na família e que só os mistérios de Deus explicariam.

Por coincidência ou não os dois filhos de Tânia, estão fazendo advocacia e estão vivendo bem, com uma tia em outro estado, já que foram uma semana depois da morte da mãe. Tereza acha que o que os ajudou a superarem o fato, ou pelo menos em parte, foi a educação que eles tiveram e o apoio da família. Eles vivem com o salário da mãe, que herdaram, e também com o aluguel da casa onde moraram aqui em Porto Velho. E que eles vivem como se pai deles não existisse.

Caso IV – Mário, 37 anos, vitimado na casa da “amante” e a esposa é suspeita de ser a mandante do crime, em 2001

Jornal

Titulo da matéria: Pistoleiro trapalhão mata marido em vez da amante

Vítima: Mário (37 anos)

Suspeito de mandar realizar a agressão: Ana (esposa de Mário)

Testemunha: Claudia (amante de Mário)

Local do crime: Residência da amante

Motivo: ciúme e disputa amorosa

Arma: Revólver

O homicídio de Mário, “homem de duas mulheres”, foi veiculado pelo Diário da Amazônia, em agosto de 2001. O triângulo amoroso entre Mario, Ana e Claudia terminou em morte depois de muitas brigas, ameaças e juras de separação. A amante Claudia afirma que o tiro seria para ela; porque a mando da esposa, Ana, o pistoleiro invadiu a casa da amante, no domingo, para matá-la; mas, no confronto, matou o marido, Mário. Afirma ainda que depois que a mulher soube da infidelidade do marido produziu várias cenas violentas de ciúme e ameaças de agressão contra ela. Ana, ao saber que Mario iria abandoná-la, jamais aceitou ser descartada e decidiu eliminar a rival.

Primeiro contato

Pelo endereço que constava no jornal, fui a procura de Claudia. O que chamou a atenção neste caso não foi só o fato de ter sido um triângulo amoroso entre o casal

Ana e Mário, com a amante Claudia, mas também por haverem suspeitas de que a esposa tinha mandado matar a rival, mas o pistoleiro acabou matando o marido.

Percorri várias quadras até achar o número desejado. Ao chegar percebi uma movimentação de crianças e vizinhos. Apresentei-me e disse quem estava procurando. Um morador informou que não conhecia ninguém com esse nome e que ele morava de aluguel. Mesmo assim, insisti se ele não poderia dar alguma referência, e o rapaz respondeu que talvez os vizinhos soubessem informar.

Eram duas mulheres de meia idade e várias crianças de sete a dez anos que estavam ali por perto. Decidi arriscar a sorte. Comecei falando que era pesquisadora da UNIR e gostaria de encontrar a Claudia. Conteí que sabia do assassinato de Mário, através de uma notícia de jornal, e que o local do crime havia sido a casa ao lado. Uma das mulheres nos respondeu: “foi mesmo, o Mário morreu aí mesmo, é que ele vinha ‘furar o coro da amante’. Era o maior ‘quebra pau’, a mulher dele vinha sempre aqui, teve até uma vez que ela furou os quatro pneus do carro dele” (sic). Mas, depois dessa história elas contaram que Claudia havia se mudado logo ali por perto, e que a casa dela ficava numa esquina e que tinha uma lojinha de roupas.

Assim que compreendemos a localização, iniciamos nova busca. Não tardou e encontramos a loja, estava aberta e havia uma mulher e uma garota, estavam atendendo uma cliente. Supomos ser a Claudia, olhamos algumas confecções e esperamos a loja esvaziar para iniciar o contato.

Conversamos um pouco sobre o que fazíamos ali e que soubemos dela através de uma notícia de jornal, que dizia sobre o assassinato de Mário. Perguntei se ela tinha interesse em colaborar com nossa pesquisa, nos ajudando a compreender esse fenômeno de violência, visto que esses dados são muito importantes na formulação de campanhas de combate a violência, de políticas públicas para as sociedades, como estratégias em educação, palestras informativas e de conscientização. E, mediante a aceitação, combinamos um encontro num horário em que a loja estivesse fechada e que ela pudesse falar mais à vontade.

Ao chegar no dia a horário combinado, Claudia e sua filha estavam me aguardando. Ela convidou para sentar na sala, mas disse que seria melhor se pudéssemos sentar em algum lugar que tivesse apoio, numa mesa. Aí ela me levou até a cozinha. Mas, antes, Claudia insistiu em perguntar se eu era jornalista do programa “Linha Direta”, transmitido pela emissora Rede Globo. Expliquei detalhadamente que eu era estudante e a minha orientadora era professora da Universidade Federal de

Rondônia, e que a gente desenvolvia uma pesquisa para estudar as violências que ocorrem em âmbito familiar; e que esses estudos serviriam para os governos, escolas, polícias e até campanhas para melhorar o combate e prevenção a violência.

Conversamos até certo ponto, em seguida pedi que ela mostrasse sua casa e seu terreno o qual eram bem consideráveis, ela demonstrou orgulho pelo que conquistou após ter ficado com uma “mão na frente e outra atrás” quando Mário morreu. Marquei outro dia para concluir a entrevista, mas quando retornamos no dia marcado, ela nos disse que não queria mais falar nada, já que temia de que alguém de sua igreja descobrisse que no passado ela andava com roupas curtas e não ligava para a opinião dos outros. Tentamos esclarecer a ética da pesquisa e o objetivo, que não iriam comprometer a em nada. E mediante nova recusa, demos por encerrado essa pesquisa.

Notas de campo

Entrevistada

Nome: Ana

Idade: 43 anos

Parentesco com a vítima/agressor: Esposa de Mário

Local da entrevista: Casa de Ana

Número de encontros: 01

Ano da entrevista: 2005

Também não foi fácil encontrar esse endereço, mas como havia um posto de gasolina na referência, perguntei a um dos frentistas e ele esclareceu melhor. Ao chegar lá deparei com uma oficina mecânica, uma casa e alguns apartamentos no mesmo terreno. Quem nos recebeu foi uma das moradoras que nos informou onde a dona dali morava. Chegando lá Ana nos recebeu e convidou para que sentássemos em sua sala. Expliquei o que estava fazendo ali. Apesar dela não ter aceitado gravar a entrevista e nem preencher os protocolos da pesquisa, disse que preferia só falar de sua vida e sua de luta.

Entrevistada

Nome: Claudia

Idade: 38 anos

Parentesco com a vítima/agressor: “Amante ” de Mário

Local da entrevista: Casa de Claudia

Número de encontros: 04

Ano da entrevista: 2005

Claudia, 32 anos, é natural de Imperatriz no Maranhão, cursou o Ensino Fundamental, é comerciante, tem dois filhos (uma menina de 15 e outro menino de 07

anos), converteu-se para a igreja Assembléia de Deus no ano de 2001. Seus ascendentes, também são do Maranhão, seu pai faleceu e hoje teria 72 anos, sua filha acha que ele não completou o 1º Grau, mas que dava aula para agricultores, trabalhou na roça, era proprietário de algumas terras, já teve comércio e pertencia a igreja católica. Sua mãe tem 72 anos, casou-se quando tinha 19, teve 13 filhos, mas só 10 estão vivos, não terminou o 1º Grau, era dona-de-casa, depois passou a vender confecção e, por fim, frequentava a igreja Assembléia de Deus.

Sobre sua trajetória social tiveram dois deslocamentos, o primeiro foi do Maranhão para o Mato Grosso, quando ela tinha 14 anos, acompanhando seus pais, nessa época ajudava seu irmão em uma lanchonete. E o outro, foi quando ela veio para Porto Velho, começou a trabalhar de garçomete em um restaurante, depois passou a vender roupas, montou um restaurante próprio, voltou a vender roupas, vendeu cachorro quente e agora tem sua loja de confecção. Nunca teve carteira assinada e sempre sobreviveu aproximadamente com 1 a 3 salários mínimos.

Com relação a suas uniões conjugais ela disse que teve duas informais. E outra que só depois ela citou no qual teve a primeira filha quando tinha 14 anos, o rapaz era bonito e, apesar dele ter registrado a menina, o relacionamento não vingou.

Claudia conheceu Mario quando completou três anos de casamento com uma pessoa e foi morar na mesma instância que Mário morava. Ela sabia que ele também era casado quando começaram a se envolver.

Mas Claudia ressalta que nunca escondeu de seu marido que não gostava dele, e que só estava com ele porque tinha lhe ajudado muito e era muito legal com ela, principalmente numa época que ela estava muito triste e doente. Mas que quando conheceu Mario “mergulhou de cabeça” nesse relacionamento.

No começo, ela explica que apesar de ter se sentido atraída por ele só começou a sair e namorar depois de uns seis meses. Aponta ainda que o fator determinante foi o episódio da troca de uma lâmpada, quando lembrou que ele tinha um porte atlético de uns 2 metros de altura. Claudia soube pela irmã de Mario que Ana ficou com ciúme do marido porque tinha entrado na casa da vizinha e que tinha dando em cima dela. Nesse momento acreditamos que Claudia rechaçou as suas proibições interiores porque passou a olhar diferente pra ele, aceitando até sair pra jantar com ele. Claudia acha que tudo começou como se fosse uma questão com a mulher dele, por causa do ciúme, mas que depois foi se envolvendo cada vez mais.

Depois que Claudia começou a se envolver com o Mário, seu marido também arrumou outra pessoa e ela não se envolveu mais na vida dele. Conta que ele saiu numa boa de casa, não brigou, e que teve uma época ele vinha visitá-la, só que depois parou porque ele mudou da cidade.

A relação com Mário durou 08 anos, mas ele nunca se separou da mulher. Claudia sabe que ele teve várias amantes, mas quando estava com ela não ficou sabendo de mais nenhum caso. Acha até que quando conheceu Mario, ele já não vivia bem há muito tempo com a mulher, que brigavam muito, e ele tinha desconfiança de traição da parte dela; ultimamente ficava a semana inteira por lá, viajava e levava Claudia e diz que até as contas dele vinha pra casa dela. Então, ela acha que o homem que vive bem com a mulher não arranja amante.

Naquela época Claudia sempre nutriu esperança que um dia Mario se separasse, mesmo reconhecendo que havia algumas razões para ele viver naquela situação, como o fato de ser apegado aos filhos e Ana não aceitar a separação. A convivência das duas era bem complicada, porque aconteceram diversas agressões físicas e verbais, como o fato da Ana ter xingado sua filha de “puta”, chegando a quebrar janela, jogar saco de lixo dentro da piscina que ela tinha, sendo que diversos desses conflitos iam parar na delegacia. E, mesmo com todos os acontecimentos, Claudia nos contou que Deus tem honrado a sua família até hoje, porque soube que a situação dos filhos deles ficou bem complicada após a morte de Mário. A menina foi mãe solteira e o rapaz esteve envolvido com drogas, chegando a ser preso.

Sobre essa experiência com homem casado ela reconheceu que não tem futuro e que aconselharia para quem vive nessa situação que se afastasse porque ela seria o espelho dessa experiência. Ela ainda frisou que, mesmo tendo tirado o máximo de proveito dessa relação, gostando muito dele, recebendo ajuda financeira algumas vezes, e até viagens, reconheceu que, naquela época, era uma pessoa “folgada”; acredita que uma mulher que tem “amantes” não “liga” para a vida e nem as coisas dela; como hoje, tendo todas as documentações legalizadas e podendo acompanhar seus filhos semanalmente na escola. No caso do seu filho mais novo que teve com Mário só registrou-o depois que pai morreu, na época ele tinha 02 anos. E que, por causa disso, “teve que vender cachorro quente na rua”.

Sobre o homicídio apontou que Mário talvez estivesse vivo se ela não tivesse se envolvido com ele. O caso foi concluído por roubo e os culpados não foram punidos. Na época a polícia sondou que a esposa tivesse sido a mandante do crime, para matar a

“amante”, também cogitou a hipótese, por meio de acusação de Ana que, no final de semana anterior, Claudia estaria num “banho”, rodeada de “amantes” e fora um deles que havia matado Mário. Ela também acusou Ana de ter comprado os policiais para não darem prosseguimento às investigações.

No dia do crime, pela manhã, Mário chegou à casa de Claudia e, como não a encontrou foi buscá-la na casa da irmã dela. Na volta ele a chamou para ir num sítio, dizendo que ia fazer uns trabalhos, mas como Claudia estava cansada Mário foi sozinho. No final da tarde, retornou e novamente chamando-a pra sair, nesse caso, para jantar fora, ela recusou o convite. Em casa, após o jantar, ela, Mário e o filho caçula, foram para o quarto do casal, enquanto sua filha e uma irmã foram para a sala.

A certa altura da noite, um homem armado invadiu a casa e perguntou onde estava Claudia e, como a menina havia respondido que estava no quarto com seu pai (por consideração o chamava de pai), logo a fez de refém para que Mario abrisse a porta. Enquanto isso Mario alertou para Claudia que se escondesse embaixo do colchão porque achava que fosse sua mulher que tivesse mandado eles.

No momento que o bandido arrombou a porta, Mário tomou a menina e partiu pra cima dele. Começaram os tiros. Dois pegaram na parede, e outros três em Mario (no braço, no ouvido e no olho). Claudia ainda pulou na costa do rapaz, mas levou um soco e caiu no chão, e logo apontou a arma para cabeça dela, prometendo que a mataria, mas as balas haviam acabado. Depois fugiu com outro rapaz que estava lhe esperando.

Claudia afirmou que não foi roubo, porque eles não levaram nada, já que havia duas motos e duas TVs. Questionou também como eles sabiam que a irmã dela que estava na sala não era mãe da sua filha.

Após o crime levaram Mario para hospital, mas ele já estava morto. Claudia avisou a mãe de Mário, a qual sabia do caso e até ajudou Claudia financeiramente, pagando três aluguéis e mandando mistura e verduras. Sobre sua relação com Ana, continua complicada, porque toda vez que se encontram é sempre uma discussão. Nessa época chegou ao fundo do poço, vendeu a casa, moto e nunca recebeu, não teve direito a pensão, porque não registrou o filho; morou um tempo de favor em casa alheia e até mandou seus filhos pra outro estado, onde mora uma irmã. Ao final, demonstrou que só conseguiu reerguer a cabeça quando se converteu para a igreja.

Caso V - Paulo, 33 anos, parceiro de Ivete vitimado por Marcos, 2001

Jornal

Titulo da matéria: Cabo PM mata duas crianças, fere outras duas e é morto

Vítimas: Elaine (5 anos), Larissa (10 anos) e Carla (menos de 10 anos), Paulo (33 anos).

Vítimas feridas / testemunhas: Daniela (menos de 10 anos) e Marcos (pai das crianças, 31 anos)

Testemunha: Ivete, ex-mulher de Paulo

Agressores: Paulo (33 anos) e Marcos

Local do crime: residência de Marcos

Motivo: rejeição

Arma de Paulo: faca

Arma de Marcos: foice

O homicídio do policial militar Paulo foi veiculado pelo Diário da Amazônia, em março de 2001. Paulo, ao ser rejeitado, em suas tentativas frustradas de reconciliação com Ivete, procurou a residência do atual companheiro dela, o Marcos, e assassinou brutalmente três filhas de Marcos, Elaine 5 anos, Larissa de 10 anos e Carla também menor de 10 anos, e ferindo uma irmã de Ivete. Apesar de Marcos ter sido atingido conseguiu pegar uma foice e matou o militar com vários golpes. Ivete estava no local do crime, mas na parte de trás da casa, porque antes de Paulo invadi-la ela saiu correndo. O crime foi comunicado na Delegacia Especializada em Homicídios, Instituto Médico Legal e SOS para socorrer as vítimas feridas.

Primeiro Contato

Procuramos Ivete no endereço divulgado pelo jornal porque, além de ser homicídio de ex-cônjuge, também havia várias vítimas menores de 10 anos. As condições do bairro são bastante precárias, com ruas sem pavimentação e pequenas casas de madeira. Ela já havia se mudado, mas os vizinhos puderam contar sua versão dos homicídios e indicar o endereço da mãe de Ivete.

Segundo um deles, Marcos encontra-se em Rio Branco – AC, e não foi preso por matar o Paulo (já que o crime fora cometido por legítima defesa). Descobrimos também que Ivete já tinha sido espancada por Paulo e ameaçada de morte. Um vizinho afirmou que a violência do homicídio foi tamanha que, dias após o ocorrido, ainda encontravam-se dentes de Paulo no quintal da casa vizinha.

Disse ainda que este não foi o primeiro caso de violência no bairro e que ele mesmo (o vizinho) teve derrame (cujas sequelas eram visíveis) ao ter que assistir a cena de uma mulher sendo esfaqueada nas ruas do bairro, enquanto tentava fugir do agressor pedindo socorro. Desse modo, no dia do crime que estamos relatando, sua esposa o impediu de socorrer as vítimas e ele disse que sentiu que não suportaria confrontar-se com mais uma tragédia (CEMIN; HONORATO, 2007, p. 9).

Notas de Campo

Entrevistada

Nome: Ivete

Idade: 35 anos

Parentesco com a vítima/agressor: Ex- Esposa de Paulo que foi assassinado por Marcos

Local da entrevista: Casa de Ivete

Número de encontros: 03

Ano da entrevista: 2006

Entrevistamos Ivete que foi testemunha ocular do assassinato das filhas de Marcos e da morte de seu ex-marido Paulo. Inicialmente, esclarecendo que na época do crime não estava tendo um relacionamento com Marcos como anunciou o jornal e que apenas estavam se conhecendo, mas que teve que assumi-lo depois da tragédia e só o fizera depois por se sentir culpada pela morte das meninas e do ex-marido. O relacionamento, porém, durou pouco tempo.

Ela nos conta sobre sua vida atualmente, seu trabalho e seus três filhos. Um garoto de 13 anos que é filho de seu primeiro relacionamento. A outra criança, de 9 anos de idade, é filha de Paulo. Com seu namorado atual, Ivete tem uma filha de 1 ano.

Sobre seu relacionamento com Paulo, policial militar, foi marcado por diversas violências, que antes da violência física a violência psicológica já acontecia há algum tempo. Enfrentou surras, murros, chutes, golpe de facada, humilhações em público, restrições do seu jeito de vestir, de poder sair com amigas e exigências sobre as tarefas domésticas, desconfiando até que a filha não seria dele, tendo expulsado a mesma de casa, a ponto de, quando a menina nasceu, “não havia nenhuma fralda pra vestir e sua mãe a enrolou num paninho” (sic). Explica que batia nela por besteira, do tipo por as crianças terem quebrado alguma coisa, por algo não estar pronto e do jeito dele, como janta servida, copo e talher dele separado, porque não comia com eles mais ninguém, e a “farda” impecável, e que, além de ser muito ciumento, consumia bebida alcoólica.

Ivete sempre imaginou formar uma família “feliz” com pai, mãe e filhos e fez tudo o que pôde para investir nessa relação, no início, deixou seu emprego no Alcoólicos Anônimos, perdeu sua dignidade e personalidade, porque só passou a viver para a casa e para os filhos, deixando de conversar com muitas pessoas, já que era extrovertida. E, como consequência, passou a engordar, disse que ficou compulsiva por comida e quanto mais Paulo dizia “você está gorda, feia, acha que alguém vai te querer se me deixar?” (sic), mais ela engolia as tantas humilhações, a exemplo de cobrá-la por não ser uma boa mãe.

No início Ivete diz que procurava justificar o motivo pelo qual ele fazia aquilo por ter tido uma infância pobre na Bahia, pelo fato da mãe ter que sair pra trabalhar, de ser cobrado por cuidar dos irmãos menores, por a mãe lhe bater e ter passado fome; e que também, por isso, teria ido trabalhar com violência.

Quando Ivete passou no concurso público, passou a ver a vida de outra forma, começou a sair com amigas, ter vida social, chegando a ser compulsiva por compras para casa e para ela. Mas só depois de seis anos de convivência, de idas e vindas, haja visto que as agressões continuavam, passou a perceber que poderia viver sem ele e que poderia se sustentar.

Os dois eventos que mais marcaram Ivete durante o relacionamento. Um foi no início do ano, quando Paulo a surrou em Praça Pública (na praça Getúlio Vargas, conhecida por praça do Baú Barateiro) o outro foi o descaso da polícia acentuado pela condição de policial do agressor. Mesmo ela tendo registrado queixas várias vezes, inclusive por agressão, a polícia “nada fez” e ainda a tratou com desrespeito e humilhações, tendo um alto cargo da polícia convencido-a de não ir adiante com a denúncia para que Paulo não perdesse a farda, já que tinham um filho para sustentar. Nesse dia, Ivete cortou seu cabelo bem curtinho como forma de se “livrar” da vergonha de ter sido puxada pelos cabelos em público.

No final do ano de 2000, Paulo quase a deixou aleijada, tendo a mesma andado de muleta por três meses. A briga começou porque Ivete estava decidida a se separar de Paulo e este veio até a sua casa e destruiu todos os móveis que ela havia comprado (freezer, sofá, ventilador). E, logo após a agressão, ele foi cuidar dos ferimentos dela, limpar todo o sangue da casa e no fim comprou um doce. Nesse intervalo Ivete conseguiu driblá-lo e chamou a ambulância que a levou até uma unidade pública de saúde, mas sua perna só foi salva depois que foi encaminhada a um hospital particular.

A “sangria” aconteceu no mês de março do ano seguinte. Nessa época conheceu o Marcos, pai de três meninas, e foi se apegando a elas, porque sempre gostou muito de crianças; acentuando que trabalha com crianças abrigadas. Ivete soube após a tragédia que Paulo estava investigando onde Marcos morava e também havia prometido matá-la numa mesa de bar. No dia do crime, Paulo ficou sabendo que Ivete estava na casa de Marcos por meio de Eliana, mãe de Ivete, quando foi devolver a filha. Quando Paulo chegou lá, uma das meninas avisou que havia um homem olhando pelas frestas, porque a casa era bem pobrezinha. Em seguida, Paulo deu umas porradas na porta e Ivete conseguiu fugir pelo fundo. De lá ela escutou os gritos das crianças e as porradas dos

homens, determinado momento Marcos matou Paulo a facada. Além dele, morreu também duas filhas de Marcos e uma irmã de Ivete.

Ao final da pesquisa, Ivete pediu-nos um favor. Afirmando não ter se recuperado do homicídio – do qual muitas vezes se sentia culpada – chegando mesmo “a esperar ter uma conversa com seu falecido marido para se desculparem mutuamente”. Perguntou-nos se poderíamos conseguir um psicólogo que a atendesse, pois ela se define como compulsiva por alimentos e/ou por compras as mais diversas. Enviamos Ivete a um processo de seleção da clínica de Psicologia da UNIR (CEMIN; HONORATO, 2007, p. 10).

Entrevistada

Nome: Eliana

Idade: 60 anos

Parentesco com a vítima/agressor: Mãe de Ivete

Local da entrevista: Casa de Eliana

Número de encontros: 02

Ano da entrevista: 2006

Também localizamos a mãe de Ivete, Eliana, que permitiu que gravássemos sua entrevista. Ela nos contou que Paulo já havia batido em sua filha inúmeras vezes, chegando até a fazê-la andar de muletas por algum tempo. Quando apanhava, Ivete também batia no marido. Eliana disse ainda ter outra versão para o homicídio: para ela, Paulo não teria esfaqueado Marcos. Este teria machucado a si mesmo para incriminar o outro, já que fora encontrado “com a barriga de fora” longe do corpo de policial. Seria impossível, de acordo com Eliana, caminhar aquela distância nas condições em que Marcos se encontrava. Eliana tem dificuldade em aceitar que Paulo era extremamente violento. Eliana afirmou que as brigas constantes de sua filha com Paulo tinham como único motivo o ciúme exagerado dele. Entretanto, Eliana não o considerava uma pessoa má. Disse que Marcos o provocava, telefonando para ele e ameaçando matá-lo (CEMIN; HONORATO, 2007, p. 9).

Caso VI – Rafaela, 13 anos, vitimada por seu “namorado” Marcelo em 2001

Jornal

Titulo da matéria: Mataram menina de 13 anos e o ex-namorado é suspeito

Vítima: Rafaela (13 anos)

Agressor: Marcelo (aproximadamente 30 ou 31 anos)

Local do crime: residência da vítima

Motivo: rompimento do namoro / rejeição

Arma: faca tipo peixeira

O homicídio de Rafaela foi veiculado pelos jornais Alto do Madeira, Diário da Amazônia e O Estadão, em setembro de 2001. A adolescente de 13 anos foi morta com vinte facadas e o principal suspeito é o seu ex-namorado. O crime ocorreu na quinta-

feira por volta das 22 horas. Marcelo assediava a criança e não aceitava que ela ficasse com mais ninguém. O agressor invadiu a casa da vítima na noite do crime, mesmo ele sendo acostumado a frequentá-la. Ainda na reportagem, segundo os peritos, o matador esfaqueou a jovem de uma forma que sugere raiva incontrolável e ela lutou muito, provavelmente na tentativa de não fazer sexo. Marcelo foi preso, mas negou o crime e no dia seguinte foi solto por falta de provas.

Primeiro contato

Procuramos pelos familiares de Rafaela no endereço divulgado pelas matérias de jornal. Encontramos seu irmão, Tiago, que nos atendeu e aceitou gravar a entrevista, explicando que essa foi a casa onde ocorreu o crime, mas que por um período a alugaram. No mesmo dia fomos à casa de Cristina, irmã de Rafaela, localizada ao final da mesma rua. Conversamos com ela, que nos falou sobre a irmã e sua relação com o agressor (CEMIN; HONORATO, 2007, p. 11).

Notas de campo

Entrevistado

Nome: Tiago

Idade: 25 anos

Parentesco com a vítima: Irmão de Rafaela assassinado

Local da entrevista: Casa de Tiago (antiga residência de seus pais)

Número de encontros: 03

Ano da entrevista: 2006

Tiago nos afirmou, ao contrário dos jornais, que sua irmã Rafaela nunca havia namorado Marcelo; matou-a exatamente porque ela sempre o rejeitava, dizendo até que ela nunca havia beijado-o, chegou a dar uns presentes para ela, que a perseguia no colégio; e que ela dizia para ele que não o queria de nenhuma maneira, porque precisava terminar os estudos para não se atrasar; na ocasião Rafaela estava na 5ª série.

Tiago declarou que Marcelo era considerado um grande amigo da família, que a mãe de Marcelo é vizinha há vários anos, tendo livre acesso à casa onde moravam. Ele era uma pessoa calma, não bebia, não fumava, não andava em “bagunça” e vivia dentro da igreja. Acha que pelo fato de ter visto Rafaela crescer e pegar corpo de mulher passou a desejá-la. Disse que também era trabalhador, até juntou dinheiro pra comprar uma casa para ele.

Na época que os pais de Rafaela se separaram, o Marcelo alugou para mãe de Rafaela um quarto de sua casa, por um preço bem abaixo do mercado, segundo Tiago, com o intuito de se aproximar de Rafaela. Relatou-nos ainda que sua mãe não havia

percebido que ele queria acesso à Rafaela. Certa vez, Marcelo tentou beijá-la à força e como esta avisou sobre o assédio para seu pai e seu irmão, voltou a morar com eles.

Pouco tempo depois Marcelo passou a frequentar a casa deles, Tiago disse que era uma amizade “normal”, para assistir jogo e que ele não falava com Rafaela. Na casa do pai de Rafaela moravam os quatro filhos (Tiago, outro irmão, Rafaela e Cristina). Na noite do crime Marcelo invadiu a casa, quando apenas Rafaela se encontrava. Ainda segundo Tiago, após tirar satisfação se Rafaela estava namorando e, numa última tentativa de conquistá-la, percebendo mais uma rejeição, Marcelo feriu Rafaela com uma faca 18 vezes. Após o assassinato, ele fugiu.

No dia seguinte, Marcelo se apresentou com um advogado para a polícia, dizendo que teria cometido o crime por amor. Ele foi julgado, sentenciado por 18 anos, mas já está em liberdade porque cumpriu 1/3 da execução judicial. Na delegacia ele teria encontrado os familiares de Rafaela, que tentaram espancar o agressor, mas foram impedidos por agentes de plantão e pelo próprio delegado.

Tiago acredita que ele poderia ter algum tipo de distúrbio, que ficou pensando tanto em tê-la que cumpriu o que as outras pessoas dizem: “se não ficar comigo não vai ser de mais ninguém”. Por um tempo, Tiago apontou que a família queria vingança, mas que hoje em dia entregaram nas mãos de Deus e apenas queria que ele passasse mais um tempo na cadeia. Explica ainda que sua mãe foi morar num sítio, que fica na estrada sentido Humaitá, e o seu pai com sua avó, porque para ambos não foi nada fácil superar essa situação.

Hoje Marcelo mora com esposa e filho, procura melhorar de vida, pensa em fazer faculdade, também gostaria que sua esposa conseguisse emprego, para que possam comprar as suas “coisinhas”. Mas que eles vivem “do jeito que dá pra viver”, ela cuidando do menino que vai fazer três anos e ele trabalhando. Não pensam em ter mais filho para o momento, porque criar filho é muita responsabilidade hoje em dia.

Conversamos com Cristina sobre Rafaela, nos informando que ela era uma pessoa muito “fechada” e frequentemente perseguida por Marcelo. Poucos dias antes do homicídio, ela dissera à irmã que estava com medo dele, receosa de que ele efetivasse a ameaça que fazia. Como as matérias de jornal informaram, o agressor dissera à vítima que se ela não ficasse com ele não ficaria com mais ninguém. Mesmo reconhecendo que Marcelo era amigo íntimo da família, Cristina disse ter sido a primeira a desconfiar que ele cometera o homicídio, por uma vez surpreendeu o Marcelo na casa do pai dela, junto com outros amigos, apalpando os seios de Rafaela, que tentava se esquivar. Quis

denunciá-lo a polícia, mas o seu pai pediu que não o fizesse porque o Marcelo era amigo de família.

Entrevistada

Nome: Joana

Idade: 45 anos

Parentesco com o agressor: Mãe de Marcelo

Local da entrevista: Casa da Joana

Número de encontros: 02

Ano da entrevista: 2006

Descobrimos que a mãe de Marcelo, Joana, ainda mora na casa ao lado da casa da vítima – separada por uma cerca de madeira. Procurada por nós dias depois, ela aceitou gravar a entrevista, mas mostrou-se muito preocupada, ansiosa, e claros indícios de omissão da história de vida de Marcelo. Perguntava-nos constantemente se sua entrevista seria divulgada ou se alguém havia nos enviado à sua casa; tinha respostas curtas e tinha dificuldade para responder algumas questões, dizendo que havia entendido, como o falecimento do pai do Marcelo e sobre a infância deste.

No fim da entrevista, perguntamos se poderíamos encontrar Marcelo e ela nos informou seu endereço e local de trabalho. Procuramos Marcelo e explicamos nossa pesquisa, perguntando se ele aceitaria nos ajudar conversando conosco sobre o homicídio. Mostrando-se inibido e incomodado, Marcelo negou-se a comentar sobre o fato. Pedimos que ele pensasse por alguns dias, prometendo que ligaríamos para saber se havia mudado de idéia. Mais uma vez, ele não aceitou participar da pesquisa (CEMIN; HONORATO, 2007, p. 11).

Caso VII - Maria, 30 anos, vitimada pelo marido, Carlos, em 2000

Jornal

Agente penitenciário mata amásia com três tiros

Vítima: Maria (30 anos)

Testemunha: ex-título: marido da vítima, que reside na casa vizinha

Agressor: Carlos

Local do crime: residência da vítima

Motivo: discussão / embriaguez de Carlos

Arma: revólver calibre 38

O homicídio de Maria foi noticiado pelo jornal *Diário da Amazônia*, em novembro de 2000. Diz que Carlos, com sinais de embriaguez, procurou Maria, noticiada como amásia, porque estaria inconformado com a separação e iniciaram uma discussão violenta. O que chamou a atenção do ex-marido de Maria que morava na casa vizinha, acionando quase que de imediato a polícia. Durante a ligação, ouviram-se os disparos e, de fato, com vítima fatal, já que Carlos e Maria continuaram a briga na casa

do vizinho. A chegada da viatura ainda permitiu uma perseguição do assassino, mas ele desapareceu.

Primeiro contato

O endereço que constava na matéria não era o da casa da vítima (ao contrário do que relatava o jornal), e sim o da casa de sua vizinha Isaura – onde realmente ocorreu o homicídio. Pois Carlos veio perseguindo Maria com o revólver e a matou dentro da sala de Isaura, indiferente aos pedidos da própria Isaura, da vítima e da filha desta, na ocasião com seis anos de idade. Isaura nos falou sobre o homicídio e sobre os envolvidos, e através dela conseguimos localizar os envolvidos mais importantes deste caso (CEMIN; HONORATO, 2007, p 12).

Notas de campo

Entrevistados

Nome: Manoel, Isaura, Isabela, Patrícia, Mãe de Maria

Parentesco com a vítima: familiares, amigos de Maria

Local da entrevista: Casa de Isaura, do Manoel, da mãe de Maria, mãe de Patrícia

Número de encontros: 05

Ano da entrevista: 2006

Conversamos com Isabela, irmã de Maria, explica ela que seus irmãos nasceram, e moraram com seus pais, parte da infância, em Colônias de Seringais, no Acre. Por volta dos 9 anos, Maria e Isabela foram morar em Rio Branco, numa casa de família, trabalhando como domésticas, porque seus pais queriam que elas estudassem, e onde moravam não havia acesso a escolarização.

Ainda nos conta que lá sofreram muitas humilhações, maus-tratos e espancamentos, chegando mesmo, as duas, a serem estupradas, entre os 10 anos ou 11 anos de idade. Isabela casou-se aos 13 anos, para “sair do sufoco da família”, teve três filhos que doou ao pai das crianças, de quem se separou por não aguentar a violência e os espancamentos. E aponta que Maria também não teve um destino diferente, marcada por constantes agressões e ameaças de morte por parte de seus companheiros.

Maria engravidou a primeira vez aos 14 anos, e depois aos 22 anos, em 2006, quando teve um filho chamado Augusto; ela o doou para uma mulher, logo após o nascimento. O pai de Augusto reside no Acre e não mantém contato com ele. Augusto fora criado pelo avô durante a infância, após ter passado por várias famílias. Durante a adolescência, ele quis morar a mãe, Maria, com a qual teve um relacionamento extremamente difícil. Maria batia em Augusto, chegando a lhe ameaçar com um

revolver, porque ele cometia constantes furtos, por isso, ela chegou a expulsá-lo de casa. Ele já passou por inúmeras casas, morando de aluguel ou de favor. Várias pessoas da família de Maria e a sogra apontaram Augusto como uma pessoa perigosa.

Augusto se encontrava preso, durante o período da entrevista, na mesma instituição do sistema prisional onde o homicida de sua mãe trabalhava (Carlos). Soubemos que existem inúmeras queixas policiais contra Augusto, que vão desde o uso e venda de drogas, roubos, espancamento e assassinato, inclusive do marido de sua avó, a qual tinha se separado de seu avô e convivia com um rapaz com a metade de sua idade, de quem Augusto não gostava.

Augusto teve um relacionamento tumultuado com Patrícia, 22 anos, e tiveram uma filha, hoje com 5 anos, e ela está esperando outra, com de 8 meses de gestação. Atualmente Patrícia mora com a mãe que, segundo esta última, diz que “eles já se separaram por pelo menos umas seis vezes”. O período que Augusto morou na casa da sogra, e em uma das inúmeras brigas do casal, quando Patrícia e sua mãe insistiram que Augusto saísse de casa, ele agrediu a sogra e chegou a furá-la com faca, atingindo-lhe as nádegas e a barriga. Patrícia explica que sua mãe não quer que ela sequer se comunique com Augusto; e lamenta ter que sustentar a filha e as netas com seu salário de empregada doméstica, chegando mesmo a querer que a neta, que vai nascer, seja doada para a tia de Augusto, Isabela.

No entanto, Patrícia mantém contato com Augusto e luta pela sua liberdade, sem que sua mãe saiba, porque acredita no arrependimento dele e por ele ter lhe escrito uma carta pedindo que não o abandone. Patrícia explica que engravidou pela segunda vez com o intuito de Augusto acompanhar o nascimento da filha, mas pela segunda vez a história se repete, haja vista que durante as duas gestações ele esteve preso.

Durante a pesquisa, tentamos conversar com o filho de Maria, Augusto, que está preso. Conversamos com o diretor de segurança da Casa de Detenção, que pediu apenas que enviássemos um ofício a ele. Quando estávamos em frente à penitenciária, o diretor pediu que nos avisassem que não poderíamos entrar e que deveríamos levar um ofício para outra instituição. Até o fechamento deste relatório, não foi possível conversar com Augusto.

Com o segundo marido, teve Lucas (de idade e endereço desconhecidos pela família). Da relação com o terceiro marido, Jonas, nasceu Amanda (13 anos). Jonas também reside no Acre e não paga pensão para a filha. Segundo Manoel, pai de Maria e avô de Amanda, a família não tem condições de pedir a pensão judicialmente – já que o

avô é idoso e não está em condições físicas satisfatórias –, além de temer o comportamento de Amanda caso ela tivesse dinheiro disponível. Há muitas reclamações da família a respeito de Amanda, principalmente porque ela parece viver suas relações amorosas de forma muito parecida com a mãe. Segundo os entrevistados, Amanda é desobediente e agressiva; gosta muito de sair e permanecer fora de casa até tarde, além de só se envolver com “marginais”.

Depois da morte da mãe, Amanda morou com o pai até os 12 anos. Há um ano ele a deixou em Porto Velho, na casa do avô, dizendo-se incapaz de continuar com ela: “não queria puta na casa dele”, pois estaria sendo ameaçado de morte por um namorado de Amanda, então com 11 anos, pois ela teria saído de sua casa para morar com um homem muito mais velho que ela e que por sua vez, já havia matado um homem.

Com um destino não muito diferente Amanda, com 13 anos de idade, muda constantemente de endereço, sempre em casas precárias, atualmente reside numa pequena casa alugada com outras 4 pessoas (entre elas uma amiga de 15 anos, que saiu de casa porque o padrasto tentara abusar sexualmente dela). Ela é identificada como prostituta por toda a família, que sabe de seus expedientes para conseguir o dinheiro do aluguel e dos alimentos. Mas, Amanda costuma visitar o avô de quem recebe pequenas ajudas, principalmente quando precisa de comida ou dinheiro (CEMIN; HONORATO, 2007, p 12-18).

O outro companheiro de Maria foi Carlos, agente penitenciário. De acordo com Isaura, vizinha de Maria, diz que numa dessas agressões Carlos “furou” Maria com um garfo, provocando cortes profundo, e que mesmo Maria tendo realizado inúmeras queixas contra o agente penitenciário na polícia, não houve nenhuma providências, somente após 3 meses depois da sua morte que chegou uma intimação. Nas últimas ameaças que fez, Carlos teria avisado que compraria uma arma para matar Maria. Avisou a ex-companheira sobre a compra e no final de semana cometeu o crime.

O descaso policial foi acentuado por várias pessoas da família que informaram que Maria deu queixa na polícia várias vezes e que após o seu assassinato o agressor continuou em liberdade e ameaçando as pessoas da família. O pai de Maria foi até a Delegacia e só obteve ironias. Conseguiu a prisão do agressor por interferência de um advogado para o qual o seu filho trabalha como caseiro.

Segundo os familiares, Maria já havia terminado seu relacionamento com Carlos. Na ocasião do homicídio, Maria namorava Oscar – que estava preso na mesma Casa de Detenção onde Carlos trabalhava – e planejava se casar com ele. Segundo os familiares de Maria e particularmente sua mãe, ela estava se arruinando economicamente em função deste amor, pois estava vendendo tudo o que podia, inclusive teria vendido o carro para custear a liberdade de Oscar.

Carlos tinha muito ciúme de Maria, e era sempre provocado por Oscar. Por isso, muitos familiares de Maria culpam Oscar pelo homicídio. Atualmente Oscar está casado com Isabela, irmã de Maria, que passou a visitá-lo na prisão depois que a irmã morreu. Ele que antes era funcionário público, não consegue emprego por ser ex-presidiário e vive de fazer limpeza em quintais; e ela vende lanche em um “carrinho de lanche” de sua propriedade.

Após o homicídio, Carlos foi condenado a 12 anos de prisão em regime fechado. Entretanto, de acordo com a vizinha de Maria, ele não ficou preso sequer por três anos e já está em liberdade há cerca de um ano – e continua a trabalhar como agente penitenciário (CEMIN; HONORATO, 2007, p 12-18).

4 DISCUSSÃO

4.1 As Notícias

As notícias sobre violência ganham cada vez mais espaço nos veículos de comunicação em massa, como internet, jornais, rádio, revistas e televisão, que a princípio têm como objetivo informar a população sobre todos os tipos de acontecimento de forma rápida e eficaz.

Inicialmente analisamos como cada caso de homicídio conjugal foi noticiado, entendendo como uma fonte de dados primários, porque na maioria se mostraram desconexos ou inverídicos aos serem comparados com as entrevistas de familiares da vítima do homicídio ou agressor. Sobre o modo como a mídia retrata as informações Machado e Jacks (2001) afirmam que as informações que julgam relevantes nem sempre são noticiadas de modo perfeito, simples e acabado; ao contrário, sempre estão sujeitas a certos interesses, pela valoração e pela ideologia; uma vez o autor do texto jornalístico se interpõe entre fatos e o leitor estará a mercê do jogo discursivo de fazer crer.

Lemos as notícias acreditando que elas são um índice do real; lemos as notícias acreditando que os profissionais do campo jornalístico não irão transgredir a fronteira que separa o real da ficção. E é a existência de um ‘acordo de cavalheiros’ entre jornalistas e leitores pelo respeito dessa fronteira que torna possível a leitura das notícias enquanto índice do real e, igualmente, condena qualquer transgressão como ‘crime’ (MACHADO; JACKS, 2001. p.)

As notícias sobre o homicídio de Aparecida (caso I) divulgaram algumas informações fantasiosas a respeito do desfecho do crime. Na realidade Mauro não tentou se suicidar após ter matado a ex-mulher desferindo facadas contra o próprio corpo e não disse que queria ser devorado pelos urubus e, sim ficou dois dias fugitivo da polícia, após o assassinato.

A reportagem sobre o homicídio de Pedro (caso II) trocou a pivô do “triângulo amoroso”, que na verdade seria a mãe e não a filha, visto que esta não teve nada a ver com a cena do crime.

A matéria sobre o homicídio de Ivete (caso IV) trazia informações falsas sobre seu relacionamento com Marcos. Ela não morava com ele, e os dois só moraram juntos após o homicídio das crianças – quando Ivete se sentiu na “obrigação” de ficar com Marcos.

As notícias sobre o homicídio de Rafaela (caso VI) demonstraram que algumas informações são divulgadas de forma diferente de acordo com o jornal que a noticia. Cada matéria trazia uma versão própria sobre o relacionamento entre agressor e vítima. O leitor não teria certeza se os dois eram namorados, ex-namorados ou se nunca haviam namorado. Como verificamos com a família, Rafaela e Marcelo jamais haviam sido namorados.

Faz parte da estética pós-moderna configurar um mundo sem ideologias, “naturalizando” os fenômenos, as visões sobre as coisas e as atitudes do homem. A perda da noção histórica, como já dizia Walter Benjamin nos anos 30, impede a construção de um futuro diferente do presente. Temos a sensação de vivermos um “eterno presente”. Não nos perguntamos por que o mundo se configura deste modo e não de outro. Perdemos a noção de hierarquia e a noção de relevância, e isso vale também para a produção e o consumo da informação. (MACHADO; JACKS, 2001, p. 6)

Outra análise diz respeito ao efeito de uma naturalização de que são situações de pobreza que geram violência, mesmo porque estudos internacionais mostraram que não há uma relação direta entre pobreza e homicídios, embora nossa pesquisa tenha mostrado que o efeito cumulativo da pobreza (por várias gerações) provoca fragilidades, condicionando trajetórias e vivências desorganizadas e homicídios violentos; o que não significa que esse tipo de violência não exista em camadas sociais mais favorecidas, como foi noticiado o assassinato de Tânia (caso III).

É claro que uma das formas de mensurar a pobreza refere-se ao aspecto quantitativo, como é o caso da renda, considerando que ser pobre é ter uma renda inferior a meio salário mínimo per capita por mês, ou até viver com menos de um dólar americano por dia (GONZALEZ, 2008).

No entanto, sabemos a renda é apenas um dos indicadores sobre a análise da pobreza. A abordagem multidimensional relacionando pobreza econômica e liberdades substantivas, a exemplo da liberdade de participação política, oportunidade de receber educação básica, de ter acesso a uma assistência médica, de saciar a fome, de obter uma nutrição satisfatória, de vestir-se de modo apropriados, de ter acesso à água tratada ou

saneamento básico. A pobreza tem muitas faces e é diferenciada entre indivíduos, regiões e países (SEN, 2000 e TEXEIRA, 2008).

Enfim, percebemos que os crimes conjugais têm se manifestado apenas como uma das formas de violência doméstica que está associada a diversos outros fatores, e colaboram para a disseminada, contínua e cumulativa violência entre casais que atinge todas as populações do mundo, independente do nível cultural, social e econômico.

No caso do tratamento das notícias de homicídios conjugais ou crimes violentos, deve ser exigido uma atitude do autor do texto para minimizar os efeitos das dispersões, distorções ou fantasiamento do discurso. A escrita deve primar pela sensibilidade, tolerância e estranhamento ou distanciamento. Isso significa que devam ser manejados ou evitados os apelos emocionais sensacionais que essas notícias vinculam, tais como: identificação com as vítimas e manifestação de sentimentos, como pena, raiva, rechaço, impotência e tristeza.

4.2 As Entrevistas

4.2.1 Crime de gênero

A análise do homicídio conjugal mostrou que dos sete casos pesquisados cinco tiveram como vítimas mulheres e, portanto, o acusado era o homem (ex-marido, ex-companheiro, ex-namorado), um caso no qual a vítima foi um homem e o acusado outro homem (ex-parceiro sexual da mulher), e outro caso tendo um homem como vítima, mas a acusada de ser a mandante do crime foi a ex-mulher.

Apesar da inexpressividade quantitativa da amostra, a pesquisa mostrou consonância com os índices revelados sobre a violência homicida, a exemplo da OMS, ao mostrar que quase metade das mulheres assassinadas são mortas pelo marido, namorado e ex-parceiro. E que a violência responde por aproximadamente 7% de todas as mortes de mulheres entre 15 a 44 anos no mundo todo¹³. O banco de Dados do Movimento Nacional de Direito Humanos também mostra índices de violência no Brasil

¹³ Fonte: OMS, Informe Mundial sobre Violência e Saúde 2002. Disponível em <http://www.who.int/violence_injury_prevention/>

(1997 e 1998) 90% das vítimas de homicídios são homens, que 95% dos agressores também são homens, ambos se encontram na faixa etária de 15 a 49 anos; e que 60% das mulheres mortas são vítimas dos homicídios cometidos pelo marido ou companheiro.¹⁴

Uma correlação, entre o que os dados da nossa pesquisa e o que esses índices mostram, diz respeito ao falseamento da hipótese sobre a concepção da vitimização da mulher pelo homem, visto que a maioria das vítimas de homicídios são homens. Na realidade essas estatísticas mostram a posição do masculino inserido significativamente como agente de poder e de violência. Segundo Machado (1998, p. 5) “mata-se e morre-se muito mais no masculino. No feminino, morre-se um pouco menos, e mata-se muitíssimo menos”.

Por outro lado, a identificação de que o homem é o responsável por grande parte da violência contra a mulher exige entendê-la como uma das modalidades de violência de gênero. Segundo Saffioti, isso permitiu vislumbrar que o pano de fundo da violência doméstica e intrafamiliar são as relações de gênero, mostrando que o engendramento das esferas do masculino e do feminino faz parte da centralidade do exercício de violência, a exemplo da diversidade de violência inter e intragênero que encontramos nos casos de homicídio conjugal. “O gênero de quem mata e o gênero de quem morre não são indiferentes em relação ao ato e modalidade de violência” (SAFFIOTI *apud* MACHADO 1998, p. 4).

Portanto, começar elucidando que o homicídio conjugal é um crime familiar e de gênero a partir das diferenças de sexo do agressor (maior parte homens) e das vítimas (maioria mulheres) não seria compreendê-la como um produto de determinações biológicas, mas como resultados de uma construção cultural, social e simbólica sobre o feminino e o masculino. Segundo Durkheim (1996), a influência do sexo do homicídio conjugal é muito mais um efeito de causas sociais do que causas orgânicas:

Os dois sexos não participam na mesma proporção na vida social (...) os gostos, as aspirações, o humor dele são, em grande medida, de origem coletiva enquanto os da companheira estão mais diretamente dependentes das influências do ambiente familiar. O que se sabe é que cada vez que o homicídio lhe está homem. E que os homicídios específicos da mulher, infanticídios, ao alcance comete-o tão ou mais frequentemente do que os abortos e os assassinatos domésticos são, por natureza, difíceis de descobrir (DURKHEIM, 1996, p. 387).

¹⁴ Homicídios no Brasil: 1997 – 1998. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/mndh/menu.htm>>.

Além disso, a hipótese de que o ambiente familiar seria um lugar de proteção e segurança foi desmistificada e falseada a partir da divulgação dos atos violentos em lares e da visualização das mazelas do ambiente doméstico, por grupos e movimentos feministas e meios de comunicação em massa e pesquisa científicas. A exemplo das violências que identificamos como agressões físicas e psicológicas, abuso sexual, exploração trabalho infantil, violência intra e intergênero, entre diferentes gerações, contra crianças, adolescentes, pais biológicos e adotivos, filhos.

No entanto, ainda não conseguimos responder: por que as mulheres são quase sempre mortas por homens? A violência doméstica é cotidiana e produtora de uma escala em que a morte, perpetrada pelo parceiro, pode vir a ser o ponto culminante. Segundo Machado (1998), morte transforma-se no significativo evocado através da constância das ameaças; os homicídios entre conjugais são apenas a ponta do iceberg da violência doméstica:

As relações amorosas violentas mobilizam e são mobilizadas por construções de gênero igualmente enraizadas no masculino e no feminino. Não são poucos os conflitos domésticos e amorosos onde as agressões verbais são recíprocas e igualmente fortes e graves entre homens e mulheres, mas o exercício da violência física, quer seja entendida como disciplinar ou como demonstração de poder evocador ou não de legitimidade compartilhada, parece ser “atributo preferencial masculino”, em que os homicídios parecem ser o ponto final de uma escalada da violência física.

Culturalmente, a agressão física da mulher contra o homem só se faz em nome de uma “reação”, pois a agressão física feminina contra o homem não se articula simbolicamente com qualquer legitimidade disciplinar. É em relação aos filhos que a agressão física feminina se articula com gesto e ato disciplinar. A forma de legitimidade disciplinar da mulher em relação ao companheiro é a forma verbal, que se situa liminarmente entre a “queixa” e o “ralhar” disciplinar da função materna. Assim, quando se instaura a agressão física de mulheres contra seus companheiros, seus atos só ganham inteligibilidade cultural enquanto “reação à violência masculina” (MACHADO, 1998, p.14).

Por isso, o que queremos destacar é que a mulher não é isenta de cometer violência e sim mostrar que os principais fatores de risco e vulnerabilidade da violência, agressão e coerção contra a mulher são fundamentados na desigual distribuição de poder, nas relações assimétricas dentro da sociedade e na desvalorização do feminino. E que a violência intragênero – homem contra homem- revela questões de rivalidade e desafio, defesa da honra, orgulho masculino ferido e disputa, como mostrou esta pesquisa.

Um dos campos disciplinares que proporcionou a desconstrução, e o combate a narrativas hegemônicas, foi a Antropologia. Isto significou que a crítica da violência contra a mulher relativizou a ideia de que em certos grupos populares é normal a mulher apanhar e que também que só existe um nível de desenvolvimento para as sociedades. O fenômeno da violência doméstica deve, portanto, levar em consideração os aspectos micro e macrosociais do cotidiano. Visto que a violência se institui a partir de regras, normas, instituições e imagens, gerando comportamentos legitimados ou não pelas sociedades (FONSECA, 1984).

4.2.2 Idade e iniciação sexual

A violência tem início na infância (na forma de maus-tratos, espancamentos, expulsão de casa, perdas drásticas dos pais por morte, separação ou fuga de casa), reproduz no casamento, se desdobra na ação da polícia, completando-se, às vezes, na penitenciária, fato que tem continuidade com as próximas gerações, visto que nossa pesquisa constata que as crianças ficam totalmente expostas a violência direta e indireta, considerando-se esta última como violência entre os adultos presenciada pela criança (CEMIN; SOUZA, 2006).

A violência em situação limite, ou seja, homicida, revelou o mesmo quadro de infância imersa em violência em contexto familiar (reconhecida como tal pelos sujeitos). A violência contra criança e adolescente manifestou-se também por meio de iniciação sexual precoce, gravidez na adolescência, abuso sexual de menor por padrasto e tio (incesto), infanticídio, trabalho infantil, agressão física contra criança e adolescente (CEMIN; SOUZA, 2006). E que algumas dessas constatações também foram encontradas em outras pesquisas como foi o caso de Soares (2002) apontando que 28% das vítimas de homicídio conjugal tinham menos de quinze anos.

A análise dos casos mostrou que no caso II, onde Fátima teve o início sexual aos 10 anos de idade, foi seguida de prostituição da então criança, nos garimpos de ouro do Rio Madeira. No caso V, o assassinato de Rafaela, pré-adolescente de 13 anos, assediada sexualmente e assassinada pelo Marcelo. No caso VII expusemos que Maria, assassinada pelo ex-marido, teve iniciação sexual aos 9 anos de idade, assim como sua irmã aos 13 anos e Amanda (filha da Maria), também na pré-adolescência e identificada pelos familiares como prostituta.

A infidelidade conjugal foi indicada pelos entrevistados como motivo de violência. Encontramos modos diferenciados com os quais as pessoas lidam com a questão: as mulheres podendo aceitá-la em troca de uma vida “confortável,” como viagens, carro, casa própria e de acordo com as expectativas, e/ou do zelo do marido no ocultamento do fato, incluindo não ter filhos com outras mulheres (CEMIN; SOUZA, 2006).

4.2.3 Fatores psicológicos e abuso drogas

As causas específicas que levam a esse tipo de violência são várias: como a personalidade e as experiências de vida, tanto do homem quanto da mulher (ter presenciado violência conjugal quando criança ou ter sofrido abuso; pai ausente, abuso de drogas e/ou bebidas alcoólicas); fatores de risco da relação (conflitos, brigas e discussões conjugais da parte que detém melhor poderio econômico e de decisão familiar; infidelidade conjugal), fatores sociais (pobreza, desemprego) e culturais (dominação masculina, honra, aceitação da violência e barreira do silêncio).

Nossos dados confirmaram alguns fatores indicados por Day *et al* (2003) que contribuem para manutenção de uma relação conflitiva como: repetição de um modelo familiar/parental violento (pais e marido caso II e V); vivências infantis de maus-tratos (casos II, III, e V, VII); negligência de menores (caso VI); rejeição e abandono de menores (casos II, VI); abuso sexual de meninos e meninas (casos II, III, e V, VII); casamento como forma de fugir da situação familiar de origem, sendo o parceiro e relacionamento idealizados (casos I e V); sintomas depressivos (caso V); sentimento de responsabilidade pelo comportamento agressivo do companheiro (casos III e V); ausência de uma rede de apoio eficaz no que se refere à moradia, escola, creche, saúde, atendimento policial e da justiça (caso I, II, VI, VII).

Os fatores pessoais do agressor também compreendem: ser homem, ter em média 43 anos, ter presenciado violência conjugal quando criança, ter sofrido abuso sexual quando criança (caso III), pai ausente (caso V), consumo de bebida alcoólica (casos II, III, V e VII) e uma ínfima parcela de autores de crime serem psicopatas.

O resultado da violência doméstica é visivelmente negativo por atingirem a saúde física e emocional da mulher (quadros orgânicos como distúrbios ginecológicos, distúrbio alimentar – caso V – quadros psicológicos e até distúrbios psiquiátricos como

depressão – caso IV; compulsão por compras – caso V), o comprometimento do bem estar dos filhos (ter presenciado a morte da morte pelo pai casos III e IV); a morte dos filhos do atual companheiro pelo ex-companheiro (caso V); a conjuntura econômica e social da família (o marido gastar o dinheiro com bebidas e mulheres e não sobrar nem pra comprar um pão ou leite para as crianças, como no caso II); a dependência ou ajuda financeira de mulher no casamento (apontados unanimemente nos casos pesquisados) e mesmo no caso onde encontramos uma família de classe média alta, apontou-se a situação financeira difícil que a mulher se encontrava após a separação, porque o pai se recusa a dar pensão alimentícia para os filhos após a separação (caso III).

4.2.4 Religião e (re)estruturação da pessoa

O material de pesquisa também evidenciou questões ligadas à religião e religiosidade. Para Durkheim (1912), o homem percebe o mundo como sagrado ou profano. O sagrado se constitui em um conjunto de coisas, de crenças e de ritos, que podem ou não culminar em uma religião. Mas, para existir o sagrado os homens precisam diferenciá-lo do que é profano no seu cotidiano e na sua vida.

Nas entrevistas, os sujeitos referenciaram os mistérios de Deus como uma das formas de explicar a tragédia que aconteceu (caso III, a entrevista de Tereza), de crer que se o agressor não for punido com a justiça dos homens com certeza não escapará a justiça divina (caso I, a entrevistada Clarice) e também da conversão para a religião evangélica após os assassinatos ou pouco antes dele acontecer, caso de duas mulheres entrevistadas, Fátima e Cláudia; e um namorado violento, Augusto filho de Maria, ter mudado seu comportamento após ter se convertido.

O relato de Clarice (caso I) mostrou que o conforto na religião e na justiça divina permitiu elaborar seus sentimentos de ódio contra o agressor, Mauro, por quem ela relata ter hoje em dia uma espécie de raiva. Também atribuiu à religião certo controle sobre a sexualidade de seus filhos, visto que acredita que ela não permitirá que sua filha adolescente repita o mesmo erro que ela cometeu, ter tido filhos muito cedo.

Fátima (caso II) atribuiu que depois que entrou para a “Assembléia de Deus” parou de beber, de sair para as farras, de “bagunçar” e de ser violenta, dizendo que, na verdade, buscava um pouco de paz para sua vida.

O discurso de Tereza (caso III), onde mesmo predominando os componentes psico-cognitivos para procurar entender o que aconteceu com sua irmã e toda sua luta para incriminar legalmente o agressor, ela acaba recorrendo em um momento da entrevista que não é fácil elaborar a morte de sua irmã em termos psico-emocionais e, por isso, acredita que só os mistérios de Deus podem explicar o que aconteceu com Tânia.

Claudia (caso IV), que se intitula uma mulher “folgada”, que não ligava para a vida e suas coisas – a exemplo de não ter registrado seu filho até os quatro anos de idade e tê-lo prejudicado no recebimento de pensão e herança, por não reconhecimento da paternidade – afirmou que só superou as sérias dificuldades financeiras e emocionais, quando do assassinato de Mario, após ter entrado para a igreja evangélica. Disse ainda, que até temia conversar conosco, por medo que os irmãos da igreja conhecessem seu passado “promíscuo”.

No caso V, a entrevistada Ivete também buscou na religião evangélica uma maneira de superar a tragédia, acreditando ser a culpada pela morte das crianças e de Paulo, tendo tido uma experiência com o sobrenatural, e ainda ter sonhos onde procura se conciliar com Paulo.

Por isso, entendemos que os indivíduos acreditam que há alguma coisa ou uma força, que supere a sua individualidade. Os homens, ao buscarem uma realidade coletiva através da adoração do totem ou Deus, mostram que a religião é a transfiguração da sociedade e que os interesses religiosos não passam da forma simbólica de interesses sociais e morais para alívio de consciências (DURKHEIM, 1912).

4.2.5 Dominação e dependência

Por que põe ela nele o olhar e a fala que ditam e vigiam a lei que a submete? Porque ela contesta, denuncia a violência, queixa-se de seu poder, mas sempre espera que ele afinal lhe dê razão? Por que ela se fascina pela tarefa de “mudar o companheiro”? Por que ela se fascina por este amor que não se deveria querer...? Dois mundos simbólicos parecem dividir as expectativas das mulheres face a seus companheiros. De um lado, a igualdade de direitos, de outro, a construção de um parceiro amoroso que seja protetor e que pareça deter o poder mágico de dar-lhe o seu autorreconhecimento. Na busca do parceiro amoroso e sexual, parece sucumbir a apenas desejar ser desejada. (MACHADO, 1998, p.14)

O estudo do fenômeno da violência conjugal mostra cada vez um espaço de complexas relações que articulam poder e domínio nas esferas do masculino e do feminino. Os dados desta pesquisa confirmaram tanto a hipótese de Durkheim (1996) com relação ao fato de que mesmo com a igualdade jurídica permaneceria as diferenças de gênero, porque elas dependem dos modelos de socialização, quanto a de Patteman (1993), no que diz respeito à conquista de direitos, pois ele assinala a questão da permanência do domínio patriarcal.

A guisa da primeira hipótese, a de Durkheim (1996), percebemos mulheres que casaram cedo ou tiveram iniciação precoce, ou gravidez na adolescência, não tiveram uma divisão igualitária nas divisões das tarefas domésticas, incluindo a responsabilidade e cuidado dos filhos (como precariedade ou ausência na execução da paternidade nos casos II, III, V e VII). E mesmo quando a mulher conquista um emprego, continua a exercer seu papel de dona de casa e responsável pela educação dos filhos, gerando tensões e o aumento da violência (casos I, III, V). Por isso, entendemos que a dinâmica psicossocial da violência conjugal mostrou que as mulheres, além de reproduzirem no seu casamento seu modelo familiar, também confirmam aquele lugar socialmente construído e destinado como atributo do feminino (ser mãe, dona-de-casa, esposa) e do masculino (ser provedor, mantenedor ou até mesmo ser aceitável que ele não queira assumir o filho, alegando desconfianças quanto a traição) e que tem influência de diversos tempos e lugares das famílias e contextos sociais, como aponta o modelo ecológico de Bronfenbrenner (1996).

Com relação à segunda hipótese, de Patteman (1993), destacamos que a dominação masculina é um fator que aparece em todas as entrevistas, algumas até permanecendo casadas com o homem violento depois de ter um emprego reenumerado (caso IV e V), também teve um caso de uma mulher deixar o emprego para se casar (caso V), de não conversar com amigos, não sair para lugares festivos por causa dele (caso V) e de que o significado da pensão alimentícia não ser econômico, mas sim exigir a presença do pai na vida do filho (caso IV), do ex-marido de Maria, Jonas, ter entregue a casa dela para sua filha (de Jonas) morar com o marido dela, ao passo que Augusto e Amando, filhos e herdeiros de Maria, ficaram desabrigado (caso VII). Patteman (1993) assinala que o casamento aspira uma espécie de contrato sexual, onde a mulher, seu corpo e sua subjetividade são propriedades do homem, por isso, a maioria deles não admite que a mulher tenha um emprego, ou ganhe mais que ele, ou que possa

iniciar outro relacionamento, ou possam se vestir como queiram. Para Day *et al* (2003) o abuso do poder pode assumir várias formas, dentre elas as mais comuns são:

- Agressões físicas como golpes, tapas, chutes, surras, tentativas de estrangulamento, facadas, tiros de revólver, queimaduras, quebra de objetos favoritos, móveis, ameaças de ferir as crianças e outros membros da família.
- Abuso psicológico por menosprezo, intimidações e humilhações constantes.
- Coerção sexual.
- Comportamento de controle tipo isolamento forçado da mulher em relação a sua família e amigos, vigilância constantes de suas ações e restrições de acesso a recursos variados.

Esses mesmos dados foram encontrados nas pesquisas que realizamos em Porto Velho, como o caso V, quando Ivete estava casada com Paulo.

A violência, segundo Maffesoli *apud* Cemin, Scarabel, Souza e Gomes (2002), é sempre ritualizada. A mulher recorrendo de forma predominante à violência simbólica, com acusações e depreciações ao marido; e o homem, no geral, recorre também à violência física. Nesta pesquisa constatamos os seguintes estágios quanto à ritualização da violência:

- Violência simbólica;
- Violência física;
- Tentativas de continuidade da união;
- Separação/Morte;
- Ausência/Presença do Estado.

A violência contra a mulher tem assumido o caráter de violência doméstica e violência sexual. Violências estas que se diferenciam das demais formas de violência interpessoal uma vez que partem do parceiro íntimo. O abuso do cônjuge, noivo, namorado ou amante é mais comumente um padrão repetitivo de controle e de dominação, do que um ato único de agressão física.

4.2.6 Instrumentos e sazonalidade da violência

Encontramos os mais variados instrumentos de violência: “terçados” ou “facão”, garfos de cozinha (mesa e espeto), facas, chicote de couro de boi, revolver. Levantamentos sobre pesquisas de homicídio conjugal (DAY *et al*, 2003; SOARES, 2002) mostram que os instrumentos utilizados no crime consistiriam em sua maioria armas brancas (objetos cortantes como facas, canivetes, navalhas, punhais, machados, tesouras) armas de fogo (revólver, espingardas, rifles e etc.), espancamentos, estrangulamentos, afogamentos, acidentalmente. Além disso, também aponta que ter uma arma em casa multiplica a probabilidade de ocorrência do homicídio. O que verificamos é que no caso desta pesquisa o problema não é ter uma arma de fogo em casa e sim os relacionamentos e os fatores pessoais tanto do agressor quanto da vítima, como também assinalou Soares (2002).

As variáveis sazonais que estimulam ou inibem os crimes, como dias no mês, feriados, fins de semana, época de carnaval, atividades durante a semana, certas instituições onde ocorrem o aumento da ingestão de bebidas alcoólicas e abuso do poder masculino também foram encontradas nesta pesquisa; assim como Borges (2005), a exemplo de quatro assassinatos nos finais de semana (em dois casos, os pais foram entregar os filhos para suas ex-mulheres, caso III e V; outro quando o marido estava na casa da “amante”, caso IV e o que procurou a ex-mulher para se reconciliar, já alcoolizado e a matou, caso VII).

4.2.7 Apoio de familiares

O material de pesquisa também evidenciou aspectos ligados ao contexto sócio-familiar, enquanto uma rede de apoio as recorrências de violências entre os casais, durante as idas e vindas no relacionamento, os parentes da vítima-mulher acolhendo-a e a seus filhos.

A família da Tânia, caso III, mostrou a sensação de impotência com relação ao desfecho trágico e a situação de violência doméstica, pois a família não teria mais o que fazer além do apoio e conselho, quando fossem requisitados. No período que ela conseguiu se separar de Reinaldo, eles sempre estiveram presentes, incentivando-a para que reconstruísse sua vida, visto que era jovem e inteligente e tinha direito a uma vida

feliz, com ou sem um novo relacionamento. Outro ponto importante foi o apoio à recuperação dos filhos de Tânia (que presenciaram o assassinato da mãe), também se deveu a família, que os mandou morar em outro Estado, no qual estão cursando faculdade de direito.

No caso V, quando Ivete engravidou de Paulo e este questionou a paternidade, ela saiu de casa e foi morar com sua mãe, passando a contar somente com o apoio dela para as situações difíceis, inclusive financeiramente. Acentua que na época que nasceu sua filha, por não ter o enxoval de bebe, enrolou-a em um paninho de lençol que sua mãe fez, e isso Ivete nos disse com uma forte carga emocional.

A família, quando inexistente, seja por razões de distância ou do pouco vínculo, é representada com sentimentos de falta, a exemplo do caso II, onde Fátima aponta que sua mãe teria por ela a mesma consideração de que teria com um “cachorro”, sentindo-se rejeitada, pois não teria tanto valor e importância quanto os outros filhos. Demonstrou que gostaria de ter tido apoio quando engravidou aos 13 anos, e acredita que a mãe poderia ter evitado que ela fosse viver como prostituta nos garimpos de Porto Velho. Fátima se intitula como uma “mulher sofredora” e, para ela, isso se deve também aos relacionamentos com seu pai e com seus maridos.

De acordo com Bronfenbrenner (1979/1996), a família é, ao mesmo tempo, a fonte mais rica e menos utilizada de experimento natural sobre o impacto evolutivo dos sistemas envolvendo mais de duas pessoas. Nas casas e nas famílias, não é necessário introduzir variáveis inventadas no tamanho do sistema, porque a sua própria natureza as fornece diariamente, no momento em que pais e irmãos, assim como parentes, vizinhos e amigos, vêm e vão a toda hora, proporcionando experimentos naturais prontos, com validade ecológica assegurada (CECCONELLO; KOLLER, 2003, p.515).

Os dados encontrados neste estudo confirmaram a pesquisa de Day *et al* (2003) com relação ao período anterior a separação definitiva, no qual é comum o abandono e o retorno devido as dificuldades que a mulher enfrenta para o término do relacionamento. No entanto, essas pesquisas apontaram algumas características que exercem influência na decisão da mulher, a exemplo da idade, pois quando são muito jovens têm mais facilidade para iniciar outro relacionamento (caso VI de Rafaela), na situação em que aumentam de mais o nível de violência física e psicológica contra elas e os filhos (caso I, III, V e VII). No caso desse estudo, apontamos que o fator econômico também é essencial: caso I, onde Aparecida decidiu procurar um emprego na cidade, o caso II, em que Fátima percebeu que não valia a pena ter a ajuda financeira de Rosalvo e viver em

constantes agressões, no caso II e IV, no qual Tânia e Ivete, ambas passaram em um concurso público.

Outro dado interessante diz respeito ao período de homicídio conjugal ligado a rupturas e separações ser inferior a um ano – tanto apontado pela pesquisa de Soares (2002) quanto por esta. O que concluímos que são necessárias campanhas de conscientização sobre esse período “perigoso”, ou de programas do poder público de proteção continuada e efetiva às mulheres que decidiram se separar de maridos violentos, e um rigoroso cumprimento da legislação.

Os homicídios de ex-parceiras ocorrem quase sempre durante a separação ou pouco tempo depois. Raramente acontece depois de um ano de separação. Por isso, podemos concluir que o período de ruptura e a separação inicial é o mais perigoso do ponto de vista da mulher (SOARES, 2002, p. 279).

4.3 Aspectos Humanos, Sociais e Cíveis do Desenvolvimento

Os sujeitos desta pesquisa se deslocaram de seus estados (geralmente do norte, como Amazonas e Acre; do nordeste, como Bahia, Paraíba, Pernambuco e sul do país, como Paraná) de cidade do interior de Estado (Jaru) e da zona rural e distrital de Porto Velho (Jaci-Paraná, Santo Antonio) para a cidade de Porto Velho.

Das nove famílias que tivemos acesso ou soubemos de algumas notícias, sete apresentam características de competência (caso I, II, III, IV, VI) e três de disfunção (IV, V e VII). Mesmo que as famílias procurem caminhos para seu desenvolvimento e não repetição das histórias, percebemos estratégias individuais (a exemplo busca religião, racionalização, evitar relacionamento, empenhar nos estudos, trabalho, papeias de mãe, pai e companheiro) e nenhuma coletiva, social ou institucional.

A maioria das pessoas veio em busca de um emprego, de melhores condições de vida, ou como fuga a uma situação difícil, mas geralmente permanece em condições de pobreza e escassez de recursos.

O acesso à educação é um dos fatores primordiais para a ascensão social, a democracia e para a cidadania. Na maioria dos casos pesquisados encontramos baixa renda, analfabetismo, pouca escolarização, principalmente naquelas famílias que migraram da zona rural para urbana (caso I), ou de distritos do município de Porto

Velho para a capital (caso V). Nessas localidades o acesso a escolarização, quando existe, é até o ensino primário (referindo a antiga 4ª série ou 5º ano, na atualidade).

As entrevistas também revelaram a precariedade no acesso a serviços de saúde – no caso II, Fátima nos relatou que cinco dos dezesseis dos seus filhos morreram de desnutrição ou desidratação, por sua família também ter sido deslocada de sua casa devido à inundação, com a construção da usina de Samuel; no caso V, no qual Ivete quase perdeu uma perna, devido à inadequada assistência médica que recebeu numa unidade pública de saúde.

Em todos os casos de violência de gênero foram apresentados ausência ou precariedade no acesso às instituições, equipamentos e serviços assistenciais. No caso da recusa de proteção à mulher ameaçada de morte pelo marido devido à escassez de recursos humanos da polícia; do atendimento e funcionamento do IML de Porto Velho, pela impossibilidade de acesso nos feriados e finais de semana e dos funcionários se isentarem pelo que irá acontecer com o parente que for reconhecer o corpo (caso I); sobre a ausência da Vara da Infância e Juventude em realizar processos de adoção no caso de uma família entregar sua filha para outra sem a devida institucionalização (casos II e VII); da dificuldade dos Conselhos Tutelares em fiscalizarem a prostituição infantil nos garimpos, trabalho infantil, violência contra criança e adolescente, incluindo abuso sexual, como a pedofilia (casos II, V e VII); a falta de abrigos para mulheres que sofrem violência física de seus companheiros, além de programas capazes de promover qualificação profissional e renda para elas (casos I, III e VI); e o descaso policial no atendimento a vítimas de violência doméstica, onde o agressor era da corporação (casos V e VII).

Além da movimentação das construções de gênero, é preciso movimentar, mobilizar as construções sociais e simbólicas das noções de direitos humanos da categoria do humano que atravessa e engloba qualquer diferenciação de gênero. Os direitos humanos se colocam em nome dos gêneros, mas apontam para além dos gêneros (MACHADO, 1998, p.17).

Em todos os casos de homicídios conjugais apareceram questões ligadas a problemas no acesso à justiça, especificamente na garantia dos direitos sociais e civis. Como na inoperância de proteção a vítima (caso I), na investigação dos homicídios e na morosidade dos processos judiciais e arquivamento de processos sem punir devidamente os culpados (casos I e IV); de tortura policial (caso II); e na dificuldade, recusa e impedimento de questões ligadas a reconhecimento de paternidade (casos II,

III, IV, V e VII); pensão alimentícia para filhos (caso III); pensão por morte no caso de falecimento de um militar que comprovadamente tinha união estável independente da existência de filhos (caso V); herança (caso IV); proteção aos colegas de farda quando o delegado disse que à mulher que o agressor iria passar a noite detido no quartel, o que não aconteceu (caso V); e de um agente penitenciário não ter cumprido o tempo mínimo da sentença judicial pelo assassinato da ex-mulher e ter voltado a trabalhar na mesma função (caso VII).

Além disso, até os dias atuais a questão da linhagem paterna impera em assuntos jurídicos e subjetivos; ora por definir assuntos de herança e sobrenome, ora para fortalecer a constituição da identidade de um filho. Contradições como estas, perduram até os dias atuais porque a conquista de direitos através dos séculos não é garantia de condições melhores de vida ou de mudanças na construção social de gênero.

Estão passando a engatinhar a linguagem dos direitos humanos ao nível não só discursivo, mas de inserção na prática cotidiana é que se sobrepõem os novíssimos tempos do crescimento da violência institucionalizada pública, tanto mais difícil de sanar quanto mais se precariza o lugar da sociedade brasileira na repartição da produção mundial da riqueza [...] Os novíssimos tempos são os da movimentação das construções de gênero, mas também são os do crescimento da violência, de uma segurança privada pouco regulada, e das crescentes redes de crimes organizados (MACHADO, 1998, p.17).

CONCLUSÃO

A análise das notícias de jornais e das entrevistas sobre a violência homicida entre casais que ocorreram no município de Porto Velho teve por objetivo estudar a dinâmica psicossocial da manifestação desse tipo de violência, visando perceber as formações discursivas e ideológicas nas práticas e representações das relações sociais e de gênero e no entendimento de algumas questões de desenvolvimento de famílias.

Basicamente, as entrevistas demonstraram questões relativas ao **trabalho** (a mulher não tendo controle sobre suas rendas, a separação pode favorecer o lado dela ou o lado dele, através da melhoria econômica ou da liberdade de ir e vir, como estudar e ter um emprego); aos **direitos sociais e civis** (pensão alimentícia, visto que as mulheres tendem a dispensá-las, mesmo precisando do dinheiro para o sustento das crianças ou pela experiência com a justiça gratuita, considerada morosa; quanto à partilha de bens, não registrar o filho até 06 anos de idade; reconhecimento de paternidade e o desenrolar do processo jurídico a partir da denúncia); as **relações desiguais** (dificuldade no acesso a escolarização particularmente zona rural, racismo, dominação e subordinação, abuso de poder econômico e autoridade, particularmente quando ele é o único provedor do lar, violência policial).

Também mostraram contexto de pobreza, exclusão social, ausência ou precariedade no acesso de instituições e serviços assistenciais, desigualdade no acesso a justiça, problemas de habitação, baixa escolaridade e renda, dificuldade no acesso aos equipamentos sociais. Ausência de mobilidade social ascendente por pelo menos três gerações; condição sócio-econômica precária, expressa no tipo e localização da moradia e no montante da renda auferida.

As violências que denominamos de estrutural estão presentes em todas as camadas sociais de diversos modos (doméstica, sexual, exploração e prostituição infantil, rede organizadas de crime, roubo, tráfico de entorpecentes, dentro do sistema carcerário e prisional, tortura e humilhação policial, falta de recursos humanos e materiais para a segurança e defesa civil e pública). Violências presentes desde os tempos coloniais (desigualdades sociais, política, econômica).

Os casos analisados ainda revelaram que a violência não parte apenas do homem ou da mulher e sim depende de um conjunto de variáveis à que chamamos de

dinâmica psicossocial da violência. Os principais fatores que se destacaram foram questões educacionais, de saúde, habitação, acesso aos recursos, instituições e serviços assistenciais, desemprego, informalidade, problema de habitação e crescimento urbano desordenado. Demonstrando que a dinâmica psicossocial da violência homicida nas relações de amor faz inferências entre a subjetividade dos atores sociais e a dimensão social propriamente dita. Por existirem variadas formas e intensidade de violências envolvidas nos amor homicida percebemos que ao estudar tal fenômeno não é possível isolá-lo do contexto social, econômico, político e ideológico ao utilizar alguns conceitos do modelo ecológico do desenvolvimento.

As várias manifestações de violência intrafamiliar mostraram: maus tratos infantis, presenciar cenas violentas, perdas mal-elaboradas, separação conflituosa e violenta, rejeição, desigualdades sociais quanto ao acesso a educação, saúde, habitação, emprego e a violência veiculada nos meios de comunicação.

Por isso, esse estudo deve servir para o reconhecimento dos sinais sobre o amor homicida, particularmente contra a mulher e secundariamente com criança, no que diz respeito aos seguintes aspectos: histórico de violência, grau de dominação e dependência situação de risco, período de separação ou ruptura, abuso do álcool, doença mental, presença de arma de fogo.

Portanto, o Estado, a sociedade civil organizada e entidades não governamentais deverão incorporar nas políticas públicas de enfrentamento a violência de gênero aspectos de desenvolvimento social e uma inter-relação de gênero que priorize uma equidade de direitos; comportarem um pleno exercício da cidadania, propondo uma melhoria nos serviços públicos (facilitando a comunicação entre as instituições), afim de que passe a existir uma melhor rede apoio, tanto no reconhecimento de situações de perpetuação de violência doméstica quanto de investigação dos crimes e monitoramento de famílias.

As análises também permitiram perceber que a instituição de leis que regulamentem a relação entre homens e mulheres revela que o problema dessa violência não está ligado somente ao aspecto jurídico ou social, mas também à constituição subjetiva dos indivíduos e ao tipo de dinâmica que se estabelece nas relações de amor. Assim, estudar as relações internas, as práticas e representações diversas, dentro de um sistema familiar, nos forneceu uma visão do que a vida cotidiana oculta e revela ao mesmo tempo: o sentido e a necessidade de um desenvolvimento humano sustentável para a região.

REFERÊNCIAS

Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Ministério da Justiça, Brasil, 2008. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/pdf/anuario_2.pdf>. Acessado em: 08 ago 2009.

BELLEN, Hans Michael van. **Indicadores de Sustentabilidade:** uma análise comparativa. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

BENVENUTI, Caroline. **Desenvolvimento Sustentável.** II Encontro de Sustentabilidade em Projeto do Vale do Itajaí. Brasil, 2008. Disponível em: <http://www.tj.sc.gov.br/cejur/artigos/direitoconstitucional/holismo_paulo_fagundes.pdf>. Acessado em: 13 de outubro de 2008.

BORGES, Dorian; SOARES, Gláucio A. Dillon. **Os homicídios como fenômeno sazonal.** Disponível em: <<http://cienciahoje.uol.com.br/materia/resources/files/chmais/pass/ch194/homicid.pdf>> Acesso em: 12 mar. 2005.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina.** Rio de Janeiro: Bertrams Brasil, 1999.

BRONFENBRENNER, Urie. **A Ecologia do Desenvolvimento Humano:** experimentos naturais e planejados. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

BRUMANA, F.G. **Antropologia dos Sentidos:** introdução as idéias de Marcel Mauss. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CECCONELLO, Alessandra Marques; KOLLER, Silvia Helena. **Inserção Ecológica na Comunidade:** uma proposta metodológica para o estudo de famílias em situação de risco. In: **Psicologia: reflexão e crítica**, 2003, 16 (3, p. 515-524).

CEMIN, Arneide Bandeira; HONORATO, Naiane Camargo. **Gênero e Homicídio:** cotidiano, imaginário e rede social. Artigo apresentado ao PIBIC/CNPq, 2007. Disponível em: <<http://www.pibic.unir.br/pdf/HUMANAS%20E%20SOCIAIS/NAIANE%20CAMARGO%20HONORATO%20RES.pdf>> Acesso em 5 março 2008.

CEMIN, Arneide; SCARABEL, Camila Alessandra; SOUZA, Maria de Fátima Batista de; GOMES, Silvanio de Matia. **Gênero e Imaginário:** Experimentação do AT9. In: **Primeira Versão.** Porto Velho: EDUFRO. Ano II, Nº 103 - Agosto de 2002.

CEMIN, Arneide Bandeira; SOUZA, Clícia Henrique de Souza. **Imaginário Amoroso e Homicídios em Porto Velho.** Disponível em: < <http://www.cei.unir.br/artigo76.html> >. Acessado em: 15 jun 2006.

CORRÊA, Mariza; SOUZA, Érica Renata de (org.). **Vida em Família:** uma perspectiva comparativa sobre “crimes de honra”. São Paulo: UNICAMP, 2006.

DALHERG, Linda L; KRUG, Etienne G. **Violência**: um problema de saúde global. *In: Ciência e Saúde Coletiva*. 11 (sup). 1163:1178, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v11s0/a07v11s0.pdf>. Acessado em: 08 de ago 2009.

DAY, Vivian Peres *et al.* **Violência Doméstica e suas Diferentes Manifestações**. *Revista de Psiquiatria RS*, 25 (suplemento 1): 9-31, abril 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rprs/v25s1/a03v25s1.pdf>. Acessado em 07 Mar 2007.

DEBERT, Guita Grin; GREGORI, Maria Filomena; PISCITELLI, Adriana (org.). **Gênero e Distribuição de Justiça**: as Delegacias de Defesa da Mulher e a construção da diferenças. São Paulo: UNICAMP, 2006.

DUBY, Georges; PERROT, Michelle. **Histórias das Mulheres no Ocidente**: do renascimento a idade moderna. Porto Alegre: Ed. Afrontamento, 1991.

DURAND, Gilbert. **As Estruturas Antropológicas do Imaginário**: introdução à arquetipologia geral. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

DURKHEIM, Émile. **O Suicídio**: estudo sociológico. Lisboa: Presença, 1996.

_____. **Formas Elementares da Vida Religiosa**. São Paulo: Matins Fontes, 1912.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. São Paulo: Global, 1995.

FOCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

FONSECA, Claudia. **Família, Fofoca e Honra**: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2000.

GONZALEZ, Rodrigo Stumpf. **De Onde Vêm os Números da Realidade Social**. Disponível em: <http://www.comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edicao=3&id=385>. Acessado em: 07 de ago 2009.

GOUVEIA, Magali. Paixão, **Crime e Relação de Gênero**. Disponível em: <http://www.ifcs.ufrj.br/~ppghis/pdf/ropoi1a4.pdf> Acesso em 12 mar. 2005.

HEILBORN, Maria Luiza. **Fazendo Gênero**: antropologia da mulher no Brasil. *In: Uma Questão de Gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1992.

Homicídios no Brasil: 1997 - 1998. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/mndh/menu.htm>. Acessado em: 15 de mai 2007.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <http://www.ibege.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/default.shtm>. Acessado em: 10 de Fev 2009.

JACKS, Nilda; MACHADO, Márcia Benetti. **O Discurso Jornalístico**. Disponível em: www.ufrgs.br/gtjornalismocompos/.../machado_jacks2001.rtf. Acessado em: 29 de mai de 2009.

KEHL, Maria Rita. **Deslocamento do Feminino**. Rio de Janeiro: Imago, 1998.

MACHADO, Lia Zanotta. **Matar e Morrer no Feminino e no Masculino**. Brasília, 1998. Disponível em : < <http://www.unb.br/ics/dan/serie239empdf.pdf> >. Acessado em 02 fev. 2005.

MARTINS, Magno. **Até que Morte nos Separe: homicídios passionais em Porto Velho (97-2001)**. Porto Velho: EDUFRO, 2004.

MUCCHIELLI, Roger. **O Questionário na Pesquisa Psicossocial**. São Paulo: Matins Fontes, 1978.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. **Sobre o Pensamento Antropológico**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, Brasília, CNPq, 1998.

OLIVEN, Ruben George. **A Antropologia de Grupos Urbanos**. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise do Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2000.

OVÍDIO, Amélio de Oliveira. **Assim é Rondônia**. Porto Velho: Dinâmica, 2000.

PATTEMAN, Carole. **O Contrato Sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

REIS, José Roberto Tozoni. **Família, Emoção e Ideologia**. In LANE, S. T. M; CODO, W. (orgs). **Psicologia Social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 99-123.

PAIS, José Machado. **Vida Cotidiana: enigmas e revelações**. São Paulo: CórteX, 2003.

Relatório do Desenvolvimento Humano 2000. **Desenvolvimento Humano Sustentável**. PNUD, 2000. Disponível em < <http://www.undp.org.br/HDR/HDR2000/default.htm>> Acessado em: 02 de fev 2009.

Relatório sobre o perfil organizacional das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher: Brasil 2003-2007. **Secretaria Nacional de Segurança Pública**, 2007. Disponível em: < <http://www.mj.gov.br/services/DocumentManagement/FileDownload.EZTSvc.asp?DocumentID=%7B3FF444A9-666B-43F9-9905-0A34A8DB5B87%7D&ServiceInstUID=%7BB78EA6CB-3FB8-4814-AEF6-31787003C745%7D.>> Acessado: 03 nov. 2008.

RICO, Nieves. **Violência de Gênero: un problema de derechos humanos**. Serie Mujer e Desenvolvimento, Casilla 179-D, Santiago-Chile, julio 1996.

SACHS, Ignacy. **Caminho para o Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SACHS, Ignacy; VIEIRA, Paulo Freire (Org.). **Rumo à Ecosocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2006.

Secretaria Municipal de Planejamento, SEMPLA. Porto Velho, 2009.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia de letras, 2000.

SOARES, Gláucio A. Dillon. **Matar e, Depois, Morrer**. Disponível em: <<http://www.sielo.br/pdf.op/v8n2/14881.pdf>> Acesso em: 12 mar. 2005.

SANTOS, José Vicentes Tavares dos. **Microfísica da Violência**: uma questão social mundial. *In: Revista Ciência e Cultura*. São Paulo, jun/set, 2002, v. 54, nº1.

TEIXEIRA, Gilmara Emília. **Pobreza e Desigualdade de Renda**: um estudo comparativo entre as microrregiões de montes claros e Uberlândia. Disponível em: http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2006/D06A100.pdf. Acessado em: 09 de ago de 2009.

TREVISIAN, Rita. **A Cara dos Números**. *In: Nova escola*. Ano XXIV, nº 223, jun/jul 2009, p. 47-48.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

VELHO, Gilberto. **Observando o Familiar**. Organizado por Edson de Oliveira Nunes. *In: A Aventura Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, p. 36 a 46.

Violência como um problema de saúde. **Portal Medicina**. Disponível em: > Acessado em: 06 Fev. 2005.

Violência contra a mulher. **Pesquisa Fundação Perseu Abramo**, outubro de 2001. Disponível em: http://200.130.7.5/spmu/docs/pesq_Violencia%20contra%20a%20mulher.pdf. Acessado em: 05 de Mar 2007.

Wikipédia. **Enciclopédia livre**. Disponível em: <http://wikipedia.org/wiki/rondonia>. Acessado em: 10 de fev de 2009.

Zona leste lidera índices de violência contra a mulher. Rondônia, 2009. Disponível em: <<http://rondoniadgital.com/?p=935>>. Acessado em: 08 ago 2009

APÊNDICE

<i>Caso</i>	<i>Entrevistado</i>	<i>Vítima: idade/ocupação</i>	<i>Assassino: idade/ocupação</i>	<i>Testemunha</i>	<i>Outras Vítimas</i>	<i>Local do Crime</i>	<i>Renda Média¹⁵</i>
I	Clarice filha de Aparecida	Aparecida, 54 anos, dona-de-casa	Mauro, 54 anos, agricultor	Irmã e sobrinho (5 anos) vítima	-	Zona Rural	Até R\$ 478,00 Classe E
II	Fátima (43 anos, esposa de Pedro, diarista) Filha de Fátima	Pedro, 33 anos, vigia	Rosalvo, 30 anos, lanternagem e pintura	Filho de 11 anos do casal Fátima e Pedro	-	Zona Urbana	Até R\$ 478,00 Classe E
III	Tereza , irmã de Tânia, jornalista	Tânia, 30 anos, funcionária pública	Reinaldo, 49 anos, funcionário público	Filho de casal de 16 anos	-	Zona Urbana	R\$ 4.461,00 Classe B1
IV	Claudia , “amante”. Ana , esposa	Mario 37 anos, mecânico	Ana suspeita em ser mandante do crime	Irmã e Filha de 11 anos de Claudia e o Filho de 4 anos do casal Claudia/Mario	-	Zona Urbana	R\$ 776,00 Classe D
V	Ivete , ex-parceira de Paulo. Eliana , mãe de Ivete	Paulo, 33 anos, policial militar	Marcos, 31 anos, pai das crianças	Ivete Irmã de Ivete, 10 anos	Eline, 5 anos, Larissa e Carla, 10 anos	Zona Urbana	R\$ 776,00 Classe D
VI	André e Cristina , irmãos de Rafaela Joana , mãe de Marcelo	Rafaela, 13 anos, estudante	Marcelo, 31 anos, assalariado	-	-	Zona Urbana	R\$ 776,00 Classe D
VII	Manoel , pai de Maria Isaura , vizinha de Maria Isabela , irmã de Maria Patrícia , namorada de Augusto, filho de Maria Mãe de Maria	Maria, 30 anos	Carlos, 35 anos, agente penitenciário	Isaura, vizinha de Maria, e dona da casa onde ocorreu o crime	-	Zona Urbana	R\$ 776,00 Classe D

¹⁵ A renda média significa o somatório do salário de todos dividido pelo número de integrantes de uma família. Segundo o IBGE (2000) no Brasil foram identificadas sete classes sociais de acordo com a renda média: A1, A2, B1, B2, C, D, E.